

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.782

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
José Natal Pereira - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1798
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 028ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 12/09/20072

Publicações Diversas

Audiências Públicas8
Extratos26
Resolução26

PLENÁRIO

ATA DA 028ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 16h22min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro UcZai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Explicação Pessoal**

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a questão dos arts. 170 e 171 da Constituição do Estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que o governo do estado dificilmente cumprirá o acordo firmado com os reitores acerca do art. 170.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Reporta-se à proposta para regulamentação do art. 171 e ao cumprimento do art. 170 da Constituição de Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Refere-se à audiência pública para discutir a regulamentação do art. 171 da Constituição catarinense.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Elogia o deputado João Henrique Blasi por agregar propostas de todos os setores sociais na regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Dalila Rosa Leal e da professora Clarice, de Joinville; de Gilberto, Renato e do comandante Valmor Maliceski, do Corpo de Bombeiros Voluntários.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Fala da 2ª Parada da Diversidade, realizada em Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Elogia o alcance social da aplicação dos arts. 170 e 171 da Constituição estadual; reporta-se à reunião com a Agência Nacional da Água - ANA.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Cobra pedido de desculpas de deputados no caso relativo à denúncia do cheque contra o prefeito de Joinville; critica a política de pessoal da área de segurança pública do governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Ironiza o governo do estado por participar da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Comenta a distribuição de equipamentos agrícolas para pequenos agricultores através do projeto Microbacias.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Elogia o programa Microbacias e os benefícios aos agricultores em termos de saneamento básico.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo das críticas do deputado Joares Ponticelli; reporta-se à indicação de sua autoria pedindo a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no núcleo curricular das escolas públicas de Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Anuncia a absolvição do senador Renan Calheiros da acusação de falta de decoro parlamentar; elogia o governador Luiz Henrique e o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Lamenta a não-cassação do senador Renan Calheiros.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mostra-se desapontado com o Senado Federal por não haver cassado o senador Renan Calheiros.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Critica o Senado Federal no episódio do relatório contra Renan Calheiros.

DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Defende a interiorização de universidades públicas e gratuitas; fala sobre as obras da BR-282; expressa pesar pelo falecimento da professora Sofia Kaminski Corso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0159/2007, do Projeto de Lei n. 0032/2007 e do Projeto de Lei n. 0020/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, no dia 9 de outubro, numa terça-feira, o Fórum Permanente da Educação, que é presidido pelo ilustre deputado Herneus de Nadal, que tem o acompanhamento e a participação de um grande número de deputados desta Casa, estará em Blumenau, no Instituto Blumenauense de Ensino Superior - Ibes -, para discutir lá com toda a comunidade acadêmica do Médio Vale do Rio Itajaí Açu as questões dos arts. 170 e 171.

Não quero contrapor nenhuma observação, quero dizer que existe um esforço grande, conjunto, tanto por parte desta Casa como e principalmente por parte do governo, por dois motivos: primeiro, porque é lei estadual a participação do governo e, segundo, porque é vontade, desejo e consciência do governo de que, através da educação, das escolas de 1º, 2º e 3º graus, possamos melhorar a condição de vida do nosso cidadão, ajudando-o a participar no sistema Acafe ou nas escolas particulares, através de um recurso do art. 170, que corresponde a 5% de todos os investimentos feitos na Educação.

O deputado Paulo Bauer muitas vezes recebe, principalmente por parte da Oposição, algumas críticas, mas é algo extremamente grandioso. São 1.324 colégios. São mais de um milhão de matrículas de alunos ali naquelas escolas. Imaginem o número de professores! São mais de 1.500 professores com atestado médico. Imaginem administrar isso!

Então, está de parabéns o deputado Paulo Bauer, que consegue fazer isso com um orçamento de mais de um R\$ 1,5 bilhão. E mesmo operando com valores tão pequenos, mas dado o volume, vai ficando grande o número da Educação. O art. 170 corresponde, então, a 5% disso, que se descontado do R\$ 1,5 bilhão, se descontada a participação do estado no Fundeb, sobriam R\$ 600 milhões, R\$ 700 milhões. E 5% é algo em torno de 30 milhões, que é o tanto que o estado está participando.

Neste ano - e tenho aqui as planilhas -, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que nos contestou antes, foram pagas quatro parcelas. Existe um acordo entre o governo do estado e as instituições educacionais particulares e do sistema Acafe de pagar em oito vezes uma contribuição, uma ajuda que é dada para a universidade, para ser convertida em bolsas para alunos carentes.

E participamos - e está aqui o número correto -, com R\$ 29.200.817,00. Inclusive, foram pagas neste ano duas prestações referentes ao ano passado e mais duas referentes a este ano. E falta pagar, ainda este ano, cinco parcelas, que serão pagas em setembro, e serão pagas com certeza, outubro, novembro e dezembro. E se não pagar uma em alguns desses meses, vai sobrar uma para o ano que vem, ou seja, mais ou menos podemos dizer que o que as universidades receberam foi o repasse desse percentual que estava acordado com as universidades, tanto para as do sistema Acafe quanto para as particulares. As particulares totalizam R\$ 3.244.000,00. E somando as duas teremos mais ou menos R\$ 32 milhões, R\$ 33 milhões.

Quando o estado participar com do art. 171, provavelmente em vez de 30 milhões passemos a R\$ 30 milhões mais R\$ 60 milhões, R\$ 70 milhões. E, em vez dos 17 mil alunos que recebem bolsa das universidades, serão mais 25 mil alunos que poderão ser beneficiados. Essa é a

intenção desta Casa! Já tínhamos discursos aqui pregando que em vez de o governo criar novas universidades que usasse as que já temos, e não precisa ser só do governo do estado! Vejam v.exas. o grande esforço que faz o governo federal. Porque a Educação é um discurso de todos.

A Educação foi discurso nosso no palanque para chegarmos aqui; foi o discurso de Luiz Henrique para chegar à cadeira de governador, e é claro que o presidente Lula usou muito esse discurso, também, para chegar à cadeira de presidente. Então, temos que fazer esse esforço conjunto, para quê? Para usarmos a estrutura que já temos, para usarmos as universidades particulares e as do sistema Acafe, sem criar outras. Se forem criadas outras, tudo bem, o que vamos é criar uma estrutura paralela, e quem vai pagar será o mesmo povo, serão as mesmas pessoas, seremos nós, de uma forma ou de outra será o contribuinte.

Nobres pares, gostaria de deixar claro aos nossos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital que neste ano o governo já pagou quatro mensalidades. Acordou que pagaria oito, quatro já foram pagas e faltam cinco, mas uma delas é referente à sobre do ano passado. E acredito que mantendo os pagamentos como vem fazendo, se todo mês pagar uma parcela, vai sobrar apenas uma para o ano que vem, para o mês de janeiro, e nesse mês a universidade também tem que pagar salário de professor e tem despesas físicas.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Eu concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Serafim Venzon, este deputado gostaria sempre, desta tribuna, de falar bem do art. 170 e do art. 171 a partir de 2008, porque nesse caso não teríamos que fazer oposição ao governo. E torcemos que o governo cumpra o art. 170. Esse é o meu desejo e é sincero o que estou falando, porque sou professor universitário e sei o que significa o atraso da prestação do governo para com as nossas universidades, consequentemente quem paga a conta são os estudantes.

Agora, em relação ao art. 170, primeiro, os 5% em relação aos 25% dá uns R\$ 53 milhões. O secretário fez um acordo com os reitores...

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Daria esse valor, deputado?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Daria esse valor!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Daria esse valor se contasse em cima de R\$ 1 bilhão e meio, só que há a parte do Fundef.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Tudo bem! É a interpretação do Tribunal de Contas e da própria secretaria da Fazenda, e está no Orçamento de 2007. Mas mesmo assim o governo do estado fez, através da secretaria da Educação, um acordo com os reitores, de pagar R\$ 32 milhões em oito vezes e mais duas do atrasado. Então, são dez prestações que ele teria que pagar este ano. Ele pagou duas do ano passado e duas deste ano. E não fecha esta conta até dezembro nem até janeiro, porque se agora estamos em setembro - junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro - como ele só pagou duas, e nós já estamos em setembro, ele precisa de oito além das duas. Duas do ano passado e mais oito de 2007. Então, como ele está atrasando, ele precisa em setembro ou outubro pagar duas num mesmo mês.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Seria o ideal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Para conseguir chegar em janeiro e cumprir o acordo com os reitores.

Esse é um desejo meu e não quero nunca usar desta tribuna para criticar o governo do estado, porque ele não está cumprindo o art. 170, pelo contrário, quero falar que está sendo cumprido o art. 170, para os alunos que querem se beneficiar das bolsas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado. E daremos todo o apoio a este governo para conseguir honrar o compromisso com o art. 170 e ainda ampliá-lo através do art. 171.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, dois números de artigo têm sido muito ventilados, aqui, na Assembléia Legislativa. Refiro-me aos artigos 171 e 170 da Constituição do Estado. E por trás deles há um contingente de milhares e milhares de pessoas que dependem desses recursos para ter acesso a um dos direitos basilares do cidadão, que é o direito à educação.

Nesse sentido, aí está o art. 170 da Constituição do Estado, que determina o repasse de um percentual da arrecadação para aquelas pessoas que não tenham condições financeiras de se manterem no ensino superior. São as chamadas bolsas de estudo. E também há o art. 171 da nossa Constituição, determinando a constituição de um fundo a partir dos benefícios recebidos por empresas beneficiárias de incentivos financeiros e fiscais, e esse fundo, então, do art. 171 destinar-se-á a bolsas de pesquisa.

E muito, então, se tem falado a respeito desses dois dispositivos aqui na Assembléia Legislativa. O que não dá para aceitar são colocações maniqueístas, como aquela feita há pouco pela deputada Ana Paula Lima, que só vê boas iniciativas no governo federal e só vê erros e más iniciativas no governo do estado. Não! A questão tem que ser analisada de forma desapaixonada, é preciso reconhecer a importância do ProUni. É preciso elogiar a decisão do governo federal de interiorizar a nossa UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, é preciso elogiar também a decisão do governo federal de ampliar o número de Cefets, antigas escolas industriais.

Então, não se pode ver com esse ângulo de análise de que tudo que é do governo federal é bom e merece elogios e nada do governo do estado merece elogios. É preciso ser justo, elogiar o que merece ser elogiado e criticar o que merece ser criticado.

Neste sentido, quero começar então pelo art. 171, objeto de uma audiência pública levada a cabo na última segunda-feira, à qual compareceram vários deputados, por requerimento do deputado Pedro Uczai. Ali ouvimos o estado de Santa Catarina por sua representação, a secretaria da Educação, ouvimos todas as instituições de ensino superior, ouvimos o movimento estudantil. E entendo que quase consensualizamos uma posição com referência àqueles 30% que foram vetados pelo governador Luiz Henrique da Silveira no contexto da Lei Complementar n. 375/2007 e que caminha no seguinte sentido: desses 30% que remanesceram, 20% seriam destinados para bolsas de estudo no âmbito das licenciaturas, com o escopo de incrementar a formação e a qualificação dos nossos professores, e os 10% restantes seriam destinados à Udesc - Universidade do Estado de Santa Catarina, com a cláusula de que esse valor deverá ser investido também na interiorização das suas atividades.

Pelo que pude depreender daquela audiência pública esse é quase um consenso. E na condição de relator dos quatro projetos de lei complementar que versam sobre essa matéria, aqui, na Assembléia Legislativa, dos deputados Pedro Uczai, Darci de Matos, Gelson Merisio e Herneus de Nadal, proponho-me a caminhar nessa vereda, no sentido de buscar essa formação, e mais do que isso, de buscar no governo do estado um consenso e uma aquiescência, para que venha a ser essa a versão final que teremos a dar com relação à aplicação prática e efetiva do art. 171, conectada a essa formação, a uma manifestação nossa, da imprescindibilidade da regulamentação o mais rapidamente possível, para então dar consequência prática, concreção, ao fundo do art. 171.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado João Henrique Blasi, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto não poderia deixar de fazer menção à sua exposição, já que v.exa. tem a tarefa de relatar o projeto e de pensar os diversos projetos que tratam da destinação desse percentual de 30% que resultou do veto do governador.

Ora, fizemos uma audiência pública, como v.exa. já informou, excelente, com a participação de estudantes, professores, representantes da Ampesc, Acafe, e acho que o que se está consensuando é muito bom: 20% para bolsas de estudo, especificamente para licenciaturas, formação de professores; 10% para interiorização da Udesc e 30% para bolsas para todo o estado, principalmente, deputado Pedro Uczai, para atender estudantes carentes, isto é, os que trabalham durante o dia e estudam à noite; 20% para ensino e pesquisa e mais 20% para pós-graduação, mestrado e doutorado.

Tenho certeza de que haveremos de dar um bom encaminhamento ao art. 171 e quero parabenizar mais uma vez o governador Luiz Henrique da Silveira, que teve a ousadia e a inteligência de criar esse Fundo de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino Superior em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado João Henrique Blasi, acho que o seu pronunciamento manifesta a maturidade do debate político nesta Casa, quando se trata de um tema tão estratégico e fundamental que é o direito de a juventude estudar numa universidade.

Este deputado, ontem, criticou o seu governo nesta tribuna por querer fazer pedágio e privatizar as estradas de Santa Catarina. Como também há pouco, através de aparte ao deputado Serafim Venzon, disse que não gostaria de fazer crítica ao art. 170, porque o seu desejo é elogiar, pois é um direito implantar em Santa Catarina uma política pública para o ensino superior.

Quero parabenizar v.exa. pela sensibilidade que tem de agregar posições do governo do estado, posições dos parlamentares, posições dos amplos setores do movimento estudantil e das universidades, pois de todas as divergências chegou-se a alguns pontos consensuais, como o de investir no ensino superior, mas numa área específica neste momento, que é a da licenciatura. Assim ganham esses cursos, ganham essas universidades, ganha a sociedade catarinense, com professores mais preparados para a educação, para o futuro do estado, e ganha a Udesc, que é uma universidade estadual.

Sabemos que 10% ainda é muito pouco, mas é uma conquista para a universidade estadual, pois garante uma parte desses recursos para expandir seus cursos, interiorizar os *campi* - porque esta capital é muito distante para muitas famílias e muitos jovens -, permitindo que mais jovens tenham acesso à gratuidade.

Parabéns a v.exa. pela sensibilidade, como relator desses projetos. E com certeza a sociedade ganha! Não terei dificuldade nenhuma de subir à tribuna e elogiar o governo do estado no cumprimento desses dois artigos centrais para a cidadania catarinense.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Pedro Uczai, agradeço a manifestação de v.exa.

Penso que o exercício dialético que estamos fazendo nessa discussão vem ao encontro do próprio sentido da etimologia da própria palavra universidade, que quer dizer unidade na diversidade.

Embora sejamos inúmeros e tenhamos várias ideologias que nos animem, temos um objetivo único, que é dar consequência prática para termos um fundo de viabilização do art. 171. E para isso estamos caminhando celeremente no sentido de encontrar a melhor alternativa e a alternativa consensualizada pela via democrática do debate.

Por último, eu não poderia deixar de dar uma palavra a respeito da questão da situação do art. 170, fazendo também, deputado Pedro Uczai, aqui e agora, uma mea-culpa pelo governo do estado, reconhecendo, sim, que está inadimplente com as parcelas deste ano, eis que das oito foram repassadas duas, mas reconhecendo também as dificuldades que existem e o gesto de boa vontade e de seriedade dos secretários da Educação e da Fazenda, que vieram a este Poder, hoje pela manhã, relatar a situação. Ouviram a manifestação desta Casa e comprometeram-se a buscar superar todas as dificuldades para que possamos cumprir com o art. 170, que é fundamental e que diz respeito a 17 mil jovens estudantes de Santa Catarina.

O governo do estado terá, como já tem tido, a responsabilidade para dar, no menor espaço de tempo possível, o melhor encaminhamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, registro, com muita satisfação, a presença nesta sessão da professora e vereadora Dalila Rosa Leal, do PSL de Joinville, acompanhada da professora Clarice, gerente do projeto Educação Jovens e Adultos de Joinville; do Gilberto; do Renato, do Corpo de Bombeiros Voluntários; e do comandante Valmor Maliceski.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste aqui presente, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, antes de iniciar o meu discurso, quero parabenizar o grande parlamentar, deputado João Henrique Blasi, por suas palavras e seus comentários sobre os arts. 171 e 170. E faço das suas, as minhas palavras.

(Passa a ler.)

"Quero, hoje, falar de um evento que aconteceu no último final de semana na nossa capital, um acontecimento realizado em Florianópolis pelo segundo ano consecutivo, que reuniu um expressivo número de pessoas. Vou falar da 2ª Parada da Diversidade, denominada Parada do Orgulho GLBTS, ou seja, dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais e Simpatizantes, cujo tema deste ano foi o 'Amor é um Direito de Todos'.

Quero dizer inicialmente que entendo esse movimento como legítimo e digno do maior respeito, embora muitos pessoas ainda possam tratar o tema com reserva e preconceitos.

É importante que se saiba que um evento como esse é amplamente discutido e planejado por vários segmentos da sociedade, motivados pelo entendimento de que todas essas pessoas têm necessidade de confirmar para si mesmas e para os demais que a ética dos direitos humanos prevalece num estado democrático. Juntas, na 2ª Parada da Diversidade, essas pessoas celebram a paz, o amor, que é um direito de todos, a vida, a liberdade e a construção de um mundo com base na justiça, tolerância e respeito para com todos os semelhantes, bem como a busca da vivência desses direitos e deveres fundamentais.

Somos todos responsáveis pela construção da sociedade e do mundo em que vivemos, onde os valores humanos possam permitir uma educação voltada para a solidariedade, fraternidade e paz.

Por isso, a 2ª Parada da Diversidade visa à possibilidade de todas as pessoas, juntas, celebrarem a igualdade através da dignidade de nossos atos, ou seja, celebrar a diversidade nas relações humanas.

Há versões controversas sobre o número de participantes, mas foi um grande evento, muito animado, que produziu efeitos para a economia da cidade, em especial para setores como o turismo, a hotelaria e os de serviços.

A parada visa à mobilização social por direitos, reunindo pessoas que pretendem mudanças na legislação e políticas públicas. Entre as metas dos grupos que participam do movimento, estão a aprovação do projeto de lei que prevê a união civil entre pessoas do mesmo sexo, que já tramita no Congresso Nacional e busca o direito de estabilidade a muitos casais, inclusive com a possibilidade de legar posses em caso de morte, o que considero uma reivindicação totalmente justa para quem tem uma vida a dois, tanto quanto acontece numa relação heterossexual.

Há também uma forte movimentação contrária à homofobia, que é a pior forma de discriminação, por representar uma total falta de respeito à opção individual das pessoas.

A este respeito, tramita no Senado um projeto de lei complementar originário da Câmara dos Deputados, apresentado pela deputada do PT paulista, Iara Bernardi, em 2001, que prevê a criminalização da homofobia. A lei proposta condena a discriminação imposta às pessoas de qualquer orientação sexual, seja pelo constrangimento ou exposição ao ridículo; a proibição de ingresso ou permanência em ambientes ou atendimento diferenciado ou selecionado; o preterimento quando da ocupação de instalações em hotéis ou similares ou a imposição do pagamento de mais de uma unidade; o preterimento em contratos de aluguéis, em exames de seleção ou entrevista para emprego; bem como a adoção de atos de coação, ameaça ou violência.

Outra bandeira é a da adoção, reivindicada por casais ou mesmo por indivíduos, isoladamente.

Chamo a atenção desta Assembléia e de todos os senhores sobre essa particular reivindicação dos organizadores da Parada da Diversidade, porque há muitos que querem transferir afeto para crianças que hoje estão desamparadas ao relento ou vivendo a angústia do abandono, ainda que protegidas por instituições públicas especializadas. São crianças que podem ter uma vida melhor se forem adotadas, se tiverem direito à saúde e à educação, ainda que para tanto seja recomendado um devido acompanhamento especializado para que não enfrentem dificuldades ou qualquer tipo de preconceito por viverem e terem sua criação sob responsabilidade de pessoas com opção sexual não heterossexual.

Para finalizar, quero lembrar ainda que os organizadores da Parada da Diversidade também trabalharam, entre outros aspectos, a valorização da prevenção primária e secundária às diversas formas de DSTs, as Doenças Sexualmente Transmissíveis, como a Aids e as hepatites, o que por si só já justificaria a realização do evento.

E quero dizer, sem qualquer preconceito e com o intuito de demonstrar meu apoio ao movimento, que participei da 2ª Parada da Diversidade entendendo aquele como um movimento legítimo, apesar dos transtornos que possam ter causado ao trânsito da cidade, o que poderá suscitar um melhor planejamento para as próximas edições."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e sras. deputadas, gostaria de fazer uma pequena reflexão: Santa Catarina, em nível de cursos superiores, é um estado diferente das demais unidades do país. Senão vejamos: temos, aproximadamente, 300 mil estudantes universitários.

Deputado Manoel Mota, em 1960, quando o governador Celso Ramos começou a trabalhar o seu plano de metas, pela primeira vez objetivando um governo de descentralização, tínhamos um pouco mais de mil estudantes universitários. Vejam o quanto Santa Catarina avançou! E, mais do que isso, que ajuda ao estudante em nível superior!

Desses 300 mil universitários, 160 mil são atendidos pelo Sistema Acafe, que são as faculdades comunitárias, das quais participam o município e as forças vivas da sociedade.

Então, quando aqui se fala que 17 mil estudantes têm a bolsa de 50% ou 100%, que mais estudantes poderiam ser beneficiados - porque às vezes não precisa ser 50% ou 100%, pode ser 60% ou 70% -, temos que elogiar, sim!

É com dificuldades que está sendo cumprido o art. 171; colocou-se em dia em relação ao ano passado; há oito parcelas a ser pagas e duas foram pagas. Os secretários Sérgio Alves e Paulo Bauer nos informaram hoje que na semana que vem sairá a terceira parcela e que pretendem, até o final do ano, colocar em dia, pela primeira vez, para poder cumprir o compromisso com os reitores, mas com os pés no chão, com toda a tranquilidade.

Não disseram com aquela firmeza: "Até dezembro vamos colocar em dia. Eu dou a minha palavra!" Mas disseram, com total firmeza, que no máximo iria ficar uma ou duas parcelas. E se ficar, porque eles acham que não vai ficar - e eu acredito no Sérgio Alves, porque já esteve outras vezes aqui, e também no Paulo Bauer -, já é um começo para este governo se colocar em dia de forma transparente.

Mas queremos aprofundar este exemplo. Se 17 mil estudantes de cursos superiores são beneficiados pelo art. 170, gostaríamos de dizer que as prefeituras também ajudam os estudantes de curso superior com dinheiro municipal. As empresas que têm os seus empregados e a política do aperfeiçoamento, da ciência, da nova tecnologia, também ajudam. Isso perfaz um total de 40 mil estudantes que são ajudados no pagamento das suas mensalidades.

Obviamente que se fôssemos esperar por aquilo que tanto lutamos, pelo ensino público, gratuito e de qualidade, não atenderíamos a demanda. Governar é atender às demandas! Se não se atender às demandas, aumentam-se as crises. A força social não é só do governo do estado, não é só do socialismo do estado ou da estatização, mas é o conjunto das forças sociais que se unem para uma grande causa. E isso é importante para se desenvolver, como é a educação.

Então, esta semana tivemos um exemplo aqui, numa audiência pública da qual todos participaram. E hoje na comissão mista tivemos um exemplo de transparência na discussão da questão do ensino superior em Santa Catarina, envolvendo todos.

E mais do que isso - e agora vem o importante: temos que fazer a nossa lição de casa. E eu me preocupo com isso. Por isso temos que pedir ao Executivo que mande urgentemente a regulamentação do art. 171, para que a partir do próximo ano possam ser beneficiados muitos mais estudantes carentes com bolsas. Por quê? Porque com o art. 171, naquela parte que foi vetada e está sem ser realizada, estamos prevendo mais ajuda para os carentes, estamos prevendo para a Udesc o ensino público na interiorização e estamos prevendo algo para os cursos de licenciatura, dos quais fizemos parte durante toda nossa vida. E isso significa termos professores competentes em todas as áreas, principalmente nas áreas, hoje, que são multidisciplinares, como são as da Biologia, Física, Química, Matemática, Português.

Mas queremos dizer que o art. 171 poderá ajudar o art. 170. Então, temos que pedir que até o final do ano esse projeto venha para esta Casa. O secretário Sérgio Alves, da Fazenda, e o secretário Paulo Bauer, da Educação, concordaram, assim como as comissões de Educação e de Finanças. E se vier ainda este ano, nós voltamos; se for sancionado, os estudantes de ensino superior em Santa Catarina irão agradecer não só à Assembléia e ao governo, mas às suas comunidades.

É assim que entendo que devemos trabalhar: fazer a unidade na diversidade, de forma dialética, com todas as forças vivas, quando temos uma causa que é superior a um governo, que é superior à questão da própria coletividade ou de um partido. Temos que ver muito mais amplo! É dessa forma que se faz política além dos nossos próprios partidos.

Outro assunto que gostaríamos de mencionar que ocorreu ontem é sobre a reunião que tivemos com a ANA. Muitos dos senhores vão ouvir falar neste nome: ANA, e temos aqui a deputada Ana Paula Lima. O que significa ANA? Significa Agência Nacional da Água. Recentemente foi disciplinada a questão dos recursos hídricos neste país.

Santa Catarina fez um trabalho com o governo alemão, através da GTZ, de codificação de seus rios e riachos, que já estão codificados. Com isso temos todas as nossas bacias hidrográficas já determinadas e constituídas de forma independente, de baixo para cima e não de cima para baixo. Com isso temos 932 microbacias que envolvem mais de 80 mil pessoas, das quais 60 mil são jovens com perspectivas de continuar na agricultura desenhando e programando o seu futuro no desenvolvimento da agricultura sustentável.

Esses jovens estão-se reunindo no interior e recebendo recursos através do município. Esse projeto Microbacias II veio através de um grande convênio com o governo francês, com o Banco Mundial, estabelecendo aí algo que sempre falei aqui, ou seja, estamos sujeitos a ter o saneamento básico primeiro no interior do estado, na agricultura, na tifa, no fundo da linha, lá longe, do que nas cidades, porque tivemos uma política preventiva e de respeito. E isso passa pelos recursos hídricos, pela secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Por quê? Porque aqui na reforma fizemos uma emenda para manter a diretoria de Recursos Hídricos, porque ela estava sendo extinta. E hoje se viu a importância disso, porque tem que ser planejado.

Falo isso porque o presidente da ANA em nível nacional, José Machado, do governo do PT, esteve presente nessa reunião, colocando, inclusive, os convênios que vão realizar com as secretarias para preparar as pessoas para a utilização da água como bem econômico, ensinando quais os critérios para o desenvolvimento e quais os critérios para preservar esses mananciais de água. E isso tudo passa, também, pela bacia hidrográfica, seja micro ou macro.

Então, é neste sentido que temos aí, inclusive, o futuro energético de Santa Catarina, que são as PCHs. Como tudo isso tem que ter outorga, daí a importância da existência da diretoria de Recursos Hídricos para estudar com técnicos e de forma científica, pois já existem programas de computadores e experiências em todo o mundo.

Srs. deputados, daqui para frente estou sentindo que Santa Catarina, através de decretos, nesta reunião com a ANA, vai normatizar, avançar com os recursos hídricos e com o nosso saneamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, colegas de imprensa e funcionários desta Casa, venho a esta tribuna hoje para falar sobre um assunto muito interessante com relação à segurança do nosso estado.

Srs. deputados, também venho cobrar a verdade. E sempre o farei até que os deputados Darci de Matos, João Henrique Blasi, Marcos Vieira e o próprio deputado Manoel Mota venham aqui pedir desculpas, como o fiz quando errei, porque esses quatro deputados vieram nesta tribuna e faltaram com a verdade no caso da defesa feita ao prefeito Tebaldi, prefeito de Joinville, com relação ao cheque de R\$ 35 mil. O que esses quatro deputados falaram aqui para defendê-lo não foi o que o próprio prefeito e seus advogados falaram na imprensa, numa entrevista coletiva.

Ontem eu li um aparte que v.exa. deu, deputado Manoel Mota, ao deputado João Henrique Blasi - e outros deputados também disseram -, no sentido de que os R\$ 35 mil do cheque não tinham nada a ver, que os organizadores do Congresso Brasileiro de Vereadores foram lá e pediram, e agora o prefeito e os seus advogados vêm dizer que não tem nada a ver com o Congresso Brasileiro de Vereadores, que foi para um encontro do Procon

que aconteceu numa outra data, que não tem nada a ver e que tal... Aí eu fiquei esperando! E continuo esperando!

O deputado Darci de Matos veio ontem aqui, ocupou a tribuna e pensei que s.exa. iria pedir desculpas, mas não pediu. O deputado Marcos Vieira ocupou a tribuna ontem e também não pediu. O deputado João Henrique Blasi ocupou a tribuna e também não pediu. E eu penso que um deles tem que pedir desculpas, porque neste local aqui, quando erramos, temos que pedir desculpas!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, alegro-me que v.exa. resgate a verdade e vou ouvi-lo atentamente. Mas pedi um aparte a v.exa. porque queria falar antes, no horário do nosso partido, sobre um outro assunto interessante, matéria congênere.

Ontem e hoje, o governo está anunciando festivamente que aderiu à campanha do Ministério Público, "O que você tem a ver com corrupção?"

Isso já saiu ontem na coluna do Roberto Azevedo e está hoje no *Diário Catarinense*, no jornal *A Notícia* e no *Notícias do Dia*. O governo está comemorando que aderiu à campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

Srs. deputados, vou citar quatro itens, quatro pontos que têm tudo a ver com a corrupção neste governo. No caso Aldo Hey Neto, foram mais de R\$ 2 milhões encontrados num apartamento de um indicado pelo Luiz Henrique da Silveira e até hoje não investigado, não apurado e não punido. Mais dinheiro do que aquele que tirou a Roseana Sarney da campanha para a Presidência, mas até hoje não esclarecido. O que isso tem a ver com corrupção? Tudo!

Segundo, o grande peemedebista Dejandir Dalpasquale disse há um ano que há gente do PMDB que entrou pobre e saiu rico do governo. O que isso tem a ver com corrupção? Tudo a ver! E levamos a representação ao Ministério Público e até hoje não tivemos resposta.

Terceiro caso, o presidente da Codesc, o sumido Içuriti Pereira, o desaparecido Içuriti Pereira, assinou decreto legalizando os bingos quando a Justiça Federal havia proibido. O que isso tem a ver com corrupção? Tem tudo a ver! A Polícia Federal que o diga. E vai dizer. Tanto que sumiram com o Içuriti Pereira.

A SC Parcerias, do "querido", do dr. Vinicius Lummertz, só na semana passada foram R\$ 130 milhões de uma medida provisória para tapar os rombos do "querido", do competente Vinicius Lummertz, o mercador de ilusões.

Por último, a CPI da Casan, que o governo está querendo abortar. O que isso tem a ver com corrupção?

Ora, o governo noticiar, festejar que aderiu a essa campanha! Espero que ele primeiro responda a essas cinco perguntinhas só, porque isso tem tudo a ver com corrupção!

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - E a campanha nesse ritmo pode cair no descrédito, pois se existem todas essas colocações e alguém diz que é contra a corrupção, fica complicado.

Mas deixe-me passar aqui aos nobres deputados e também aos catarinenses o seguinte:

(Passa a ler.)

"Pesquisa realizada, recentemente, pelo Núcleo de Violência e Segurança da Universidade de Brasília (UnB) revelou que a qualidade no atendimento nas Delegacias de Polícia da capital federal está acima da média do país. A Universidade fez uma avaliação de 471 delegacias, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal, com base em critérios de condições materiais, transparência e fácil acesso a estatísticas."

Veja só que interessante, deputado Sargento Amauri Soares, o Distrito Federal ficou em segundo lugar, atrás apenas do Rio Grande do Sul.

(Continua lendo.)

"A mesma pesquisa avaliou também outros 23 países. O atendimento brasileiro foi considerado apenas como 'adequado', ocupando o 13º lugar no ranking internacional."

De 23 países nós ficamos em 13º.

(Continua lendo.)

"Não por simples coincidência, a Polícia Civil do Distrito Federal é a que recebe os melhores salários do país, algo em torno de R\$ 6.200,00." Dentre os estados pesquisados foi considerada a 2ª melhor do país. "Enquanto isso, aqui em Santa Catarina, onde o governo enche a boca para dizer que tem uma das melhores Polícias do Brasil, os salários ocupam apenas a 16ª posição no ranking nacional[...]."

Essa é a média de salário dos nossos policiais. Ou seja, o nosso estado está atrás até de estados considerados extremamente pequenos, como o Amapá.

(Continua lendo.)

"Além da estrutura material, com os investimentos em recursos humanos, com bons salários e Planos de Carreira adequados, certamente tiveram contribuição decisiva para que o Distrito Federal alcançasse esse nível de atendimento em suas Delegacias. Bem ao contrário de Santa Catarina, onde nos últimos 20 anos o efetivo minguou de 3.600 policiais civis para apenas 2.700[...]."

Nos últimos 20 anos, o efetivo da Polícia Civil, que era 3.600 passou hoje para 2.700. A situação é grave, sobretudo, diante do aumento da violência que estamos vivendo.

(Continua lendo.)

"A falta de uma carreira digna, de salários minimamente decentes e de mais policiais, aliada ao envelhecimento natural do quadro de servidores, tende a piorar ainda mais a triste situação da segurança pública em nosso estado."[sic]

Eu venho aqui pedir para que todos nós, deputados estaduais, da base do governo ou da Oposição, tenhamos isso como uma questão de necessidade urgente. Temos que fazer com que o governo invista mais nas carreiras dos policiais. Não é possível, deputado Sílvio Dreveck, termos uma diminuição em 20 anos de 1.100 policiais civis, quando a cada dia o índice de violência aumenta, quando a cada dia, deputado Edson Piriquito, o número de processos aumenta. Inclusive, lá na sua região, houve até vereador sendo perseguido, levando tiros por conta de briga política local. E quando essas investigações não acontecem, também é por causa disso. Em 20 anos tivemos uma diminuição de 1.100 policiais civis.

Srs. deputados, isso é um absurdo! Nós temos pouca gente e os que temos estão fazendo das tripas coração para tentar fazer, deputado Elizeu Mattos, o mínimo possível, dentro de uma investigação policial para desvendar crimes que, porventura, chegam ao ponto, como lá em Joinville, de colocar na cadeia um rapaz que dizem que estuprou a menina, mas que não tinha nem sangue, nem esperma e não havia absolutamente nada no corpo da menina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados, venho usar a tribuna, neste momento para falar sobre o projeto Microbacias.

Na última segunda-feira, dia 10, na parte da manhã, estive, juntamente com o deputado Sargento Amauri Soares, no município de Imbuia, a nossa Princesinha do Vale, que fez 45 anos e comemorou com um bolo de 52 metros. Foi uma festa bonita e além da presença dos deputados Sargento Amauri Soares e Jailson Lima, nós todos festejamos o aniversário do município. Aliás, nós também transmitimos uma notícia boa, porque Imbuia será ligada à SC-302 em função de um protocolo de intenção assinado com a fábrica de cimento, que será construída em Vidal Ramos; serão oito quilômetros ligando o município de Imbuia à SC-302. Além disso, Vidal Ramos terá uma ligação asfáltica até o município de Botuverá, fazendo com que aquela região seja

integrada a todo o estado de Santa Catarina, graças a uma ação do governador Luiz Henrique, que foi a São Paulo falar com o empresário Antônio Ermírio de Moraes e fez com que aquela fábrica, que era para ter saído no Paraná, viesse para Santa Catarina, especificamente para o Alto Vale. Aliás, o governo Luiz Henrique, que tem a sua grande marca na descentralização, continua com a descentralização.

Srs. deputados, além da descentralização, está havendo também a internacionalização. Muitas empresas de fora do país, de fora do estado, estão vindo instalar-se em Santa Catarina, aproveitando as nossas características climáticas, o nosso povo e trazendo desenvolvimento.

Mas a grande marca do nosso estado são as pequenas propriedades, deputado Pedro Baldissera, pois elas estão localizadas geograficamente e topograficamente em microbacias em todo o território. Temos, na maioria das pequenas propriedades de Santa Catarina, uma condição adversa para o desenvolvimento da agricultura. Por isso, diversos governos iniciaram o trabalho de microbacias, nas quais contamos com 60% de financiamento do Banco Mundial. Aliás, 60% são do Banco Mundial, mas a cada recurso do Banco Mundial o governo do estado coloca 40%. E está sendo desenvolvido um trabalho exemplar, inclusive outros estados da federação estão querendo copiar o que está sendo feito em Santa Catarina.

Foi isso que nós fomos fazer na segunda-feira, juntamente com o governador, no município de Alfredo Wagner, deputado Edson Piriquito. Além da presença do governador e deste deputado, estavam lá o prefeito Wanderley da Silva, o sr. Luiz Ademir Hessmann, que é o secretário executivo estadual do projeto Microbacias, que é de Ituporanga, que foi prefeito da minha cidade e que está fazendo um bellissimo trabalho neste programa em todo o estado. E lá foram entregues 66 equipamentos. Só em Alfredo Wagner, neste ano de 2007, foram aplicados R\$ 275 mil, de um total de R\$ 1 milhão, deputado Manoel Mota.

Na secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, da qual Alfredo Wagner faz parte, o projeto Microbacias já aplicou, aproximadamente, R\$ 5 milhões. Em Alfredo Wagner são nove microbacias e quatro facilitadores. Aliás, em toda Santa Catarina nós temos 936 microbacias atendidas pelo projeto, com 426 facilitadores, que são técnicos que estão atuando junto ao projeto Microbacias.

É importante que se diga que esses facilitadores foram escolhidos pelas associações de produtores, sem interferência política. As associações é que escolheram o técnico mais adequado. E dependendo da sua condição, a associação fez a escolha do técnico que está lá não só desenvolvendo as atividades de assistência técnica, mas a captação do nosso agricultor, a organização através de associações e de cooperativas.

Deputado Sargento Amauri Soares, já existem muitas associações de microbacias no estado, que já estão sendo transformadas em microbacias; muitas associações já estão desenvolvendo pequenas indústrias, graças a esse trabalho de organização. O pequeno agricultor é pequeno, sim, mas no conjunto da associação ele acaba tornando-se grande. Então, além da organização, é feita a compra de equipamentos, a água e as sementes são trazidas para as propriedades, e é feita a conservação dos solos. E é importante que se diga que a Epagri é a grande empresa responsável por esse trabalho no estado de Santa Catarina, através dos seus técnicos.

Portanto, vim aqui fazer referência a esse ato em Alfredo Wagner, onde contamos com a presença do governador e do responsável pelo projeto Microbacias. E quero dizer que esses recursos que o governo do estado está aplicando juntamente com os recursos financiados pelo Banco Mundial, na verdade são recursos do estado de Santa Catarina, não deixam de ser um financiamento, mas serão pagos pelo governo do estado, são para um projeto que está revolucionando as nossas pequenas propriedades, que têm dificuldades em produzir por causa da

topografia acidentada. Mas com essa tecnologia de conservação, vamos mantê-las, vamos fazer com que a erosão diminua, vamos manter as árvores às margens dos rios, vamos fazer a conservação do nosso meio ambiente e ao mesmo tempo permitir que o agricultor continue tendo produtividade.

Portanto, é um belo programa e todos temos que cumprimentar a Epagri, o governador Luiz Henrique da Silveira, a secretaria da Agricultura, os facilitadores, as prefeituras, todos os que estão ajudando a desenvolver esse programa em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! V.Exa. ao se referir à ecologia e ao meio ambiente, com certeza fala de letra, fala como professor.

O Sr. Deputado Professor Grando - Cito um exemplo prático. Lá no interior de Bocaina, não existiam banheiros com energia elétrica, com água quente - imaginem no inverno, na serra -, mas agora existem. Com esses pequenos recursos que a prefeitura dá aos agricultores que trabalham, estão cuidando do saneamento animal e do saneamento de suas próprias casas, estão fazendo as cercas, comprando algum equipamento para cortar o mato, para poder plantar, estão fazendo áreas de preservação.

Imaginem o jovem não querendo ir para a cidade, mas desenvolvendo e criando de forma sustentável e de forma coerente com o que pensa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - São 138 mil famílias, deputado, em todo o estado.

O Sr. Deputado Professor Grando - E em 80% delas os jovens é que estão presentes em cada comitê.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É importante que se diga também que o programa Microbacias vai encerrar em 2008, e o governo Luiz Henrique da Silveira já está fazendo tratativas para prorrogá-lo por mais três anos. É um programa que todos temos que incentivar, estimular, porque é um exemplo não só aqui, em Santa Catarina, como em todo o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, venho a esta tribuna porque não posso concordar com a forma como o deputado Joares Ponticelli, em aparte ao deputado Kennedy Nunes, tentou jogar lama no governo de um homem honrado como Luiz Henrique da Silveira. E vi com meus próprios olhos a declaração de bens quando foi candidato, nas duas vezes. Então, quem tem uma casa, um apartamento, dois carros, é um homem de bem, um homem honrado. E isso acontece com Luiz Henrique da Silveira.

O eminente deputado Joares Ponticelli não sabe ir aos microfones sem fazer acusações, no meu ponto de vista, levianas: é na questão da SC Parcerias, da Casan, é pedindo CPI, dizendo que estão acobertando porque existe problema de corrupção. Isso é brincadeira! Uma CPI não é para isso, é para apurar fatos. E não dá para aceitar essas coisas.

O eminente deputado Kennedy Nunes disse que o número de policiais civis, nos últimos 20 anos, diminuiu. Acontece que o governo de s.exa. colocou apenas quatro policiais; então, para eles esse número não pode crescer agora, no governo Luiz Henrique da Silveira. Mas fique s.exa. sabendo que já chega a mais de mil. É uma diferença gritante. Realmente s.exas. não conseguem fazer um pronunciamento ou dizer qualquer coisa sem contradizer aquilo que fazem quando estão no poder.

Lamento profundamente que o deputado Joares Ponticelli não esteja presente, porque, se venho à tribuna, s.exa. desaparece. Quando tenho chamado s.exa. de caratoca, tenho razão de sobra. S.Exa. é aquele que belisca e corre, desaparece.

Ontem, na comissão de Constituição e Justiça, s.exa. disse que o deputado Manoel Mota tem que pedir para o senador Renan Calheiros renunciar. Mas não é o que pede o presidente do seu partido, em Brasília. O presidente do PP diz que não há provas contra Renan Calheiros. E mais, conforme a *Folha de S.Paulo*, o presidente nacional do PP, senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro, saiu em defesa do peemedebista. O ex-ministro diz que não há provas que condenem o presidente do Senado. A *Folha de S.Paulo* também diz que Dornelles vai usar os dez minutos a que tem direito, durante a sessão secreta, para revelar sua tendência de voto contra a cassação.

Então, s.exa. aqui faz críticas, mas o seu chefe maior, o presidente do partido, diz o contrário do que s.exa. coloca aqui. Realmente essas coisas são muito complicadas, são muito complicadas. Mas talvez o partido do deputado Joares Ponticelli seja um partido independente e não um partido nacional.

Acredito que s.exa. faça esses discursos demagógicos, eleitoreiros, discursos para tentar jogar lama num governo de bem, num governo que tem honrado o povo catarinense e Santa Catarina, porque não tem outra forma de fazer campanha. S.Exa. não apresenta um projeto para construir alguma coisa em benefício do povo. E aí fica jogando lama e tentando fazer crítica que não dá para aceitar.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou ouvir v.exa., deputado José Natal, mas tenho outra matéria.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Manoel Mota, muito obrigado por me conceder um aparte.

É com muita tristeza que anuncio neste momento que o senador Renan Calheiros foi absolvido. Foram 46 votos contra a cassação dele, 35 a favor e seis abstenções.

César Valente, és um monstro, na tua coluna, quando dizes realmente as verdades que muitos políticos deste país não querem ouvir, incluindo aqui, a nossa Assembléia Legislativa.

Lamentavelmente está de luto o povo brasileiro, porque cada vez mais a classe política é jogada na lama, e com razão, por causa de homens que não têm posição, iguais a esse a que v.exa. se referiu, do PP, e a tantos outros, até do PMDB.

O meu partido fechou questão a respeito da cassação de Renan Calheiros. E lamentavelmente vamos continuar vendo essa bandalheira, deputado Manoel Mota, nós, que fazemos um trabalho sério, porque aqui, em Santa Catarina, fazemos parte de uma classe política que tem um trabalho sério em prol da sociedade. E vemos o deputado Joares Ponticelli, o deputado Kennedy Nunes virem aqui, quase que semanalmente, duas vezes, três vezes por semana, fazer o mesmo discurso, sem trazer uma informação, como trouxe o deputado Peninha, a respeito das ações do governo.

Eu, no lugar de s.exas., teria dito da tribuna, com muito orgulho, que o governador Luiz Henrique da Silveira busca colocar este estado realmente numa linha diferenciada dos demais estados brasileiros.

Deputado Manoel Mota, com certeza absoluta, o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan têm orgulho de ter v.exa. como líder da bancada, porque estamos aqui para defender realmente o que o governo completa de ações inerentes à sociedade. Quanto a picuinhas colocadas por alguns deputados, reitero que s.exas. me deixam preocupado, porque não inovam, é sempre o mesmo discurso. Agora, com relação ao que o governo aderiu, realmente ele vai fazer. E com certeza não é ele quem apura, quem apura são os outros poderes. E o deputado vem aqui com um discurso desses e tantos outros.

Mas lamento! Lamento ter que dizer à sociedade de Santa Catarina e à sociedade brasileira que o canalha do Calheiros foi absolvido. Para mim, e desculpem-me a expressão, sociedade catarinense, o Calheiros é um canalha, que colocou na lama a sociedade brasileira, aqueles que acreditam na classe política, e são bem poucos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, sr. deputado.

Estou dando entrada a uma indicação, deputado Pedro Baldissera, solicitando ao governo do estado de Santa Catarina a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no núcleo curricular das escolas públicas do estado de Santa Catarina, elaborado pela secretaria de estado da Educação, para o ensino fundamental e médio.

O Brasil é campeão em acidentes de trânsito. Ou evoluímos, já nas escolas, preparando a nossa sociedade para um futuro diferente, ou a nossa vida a cada instante estará voando pelas estradas, e não poderemos saber o que acontecerá.

Eu queria elaborar um projeto, mas ele acabaria sendo inconstitucional, porque isso não cabe ao parlamentar. Então, fiz uma indicação, no sentido de que o governo coloque na educação do ensino fundamental e médio a lei do trânsito. Que a nossa criança, desde pequena, conheça o perigo e os problemas do trânsito, para que possamos reduzir os acidentes. Vejam que 30 pessoas morreram, só neste final de semana, em Santa Catarina. Realmente, não dá para conviver com essa situação. Por isso, fiz a indicação, trabalhando num projeto sério, num projeto de querer contribuir com Santa Catarina. E querer o bem da população não é manifestar picuinhas, com denúncias infundadas, que não levam a nada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero lamentar também o fato de Renan Calheiros não ter sido cassado, ter sido absolvido. Faltaram seis votos para a cassação. Foram 40 votos pela absolvição, 35 pela cassação e seis abstenções, ou seja, as seis abstenções foram justamente os seis votos que faltaram para a cassação.

Então, vemos que a abstenção geralmente não é um voto abstêmio. A abstenção é uma posição. E foram justamente os seis que faltaram para a cassação. Lamento, porque, agora que estamos vergando um cargo eletivo institucional, vamos ter mais uma coisa para explicar para a população catarinense, que irá perguntar se somos todos daquele time ou não.

Infelizmente, tenho a lamentar por isso. Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - É só para completar que vimos a articulação descarada da senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, para que o senador não fosse cassado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig.

(Pausa)

Na ausência do deputado Renato Hinnig, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, antes de iniciar a minha fala, neste dia triste para a classe política brasileira, quero aqui registrar a presença da presidente da União de Vereadores da Região Serrana, vereadora Mariza, lá de Rio Rufino, que também está preocupada com os campos de altitude, deputado Professor Grando.

Gostaria de dizer também que iremos a Chapecó, na audiência pública.

Eu estava inscrito e vou falar sobre outras coisas, mas vou relatar um pouquinho da minha vida no Senado, onde fiquei por oito anos, com o senador Dirceu Carneiro. Foram oito anos gostosos da minha vida. E aprendi muito no Senado Federal. Naquela Casa consegui escutar, conviver com assessores, com senadores como Mário Covas, Dirceu Carneiro, Jarbas Passarinho, Darcy Ribeiro, Pedro Simon, enfim, com vários senadores. Era um Senado diferente.

Eu, que já vivi no Senado Federal, deputado José Natal, jamais poderia esperar a atitude tomada hoje, naquele Parlamento. Depois de sair do Senado Federal, fazia questão, deputado Sargento Amauri Soares, de colocar no meu currículo o fui assessor naquela Casa, deputado Pedro Baldissera, por oito anos. Mas a atitude, hoje, do Senado Federal, esse ato mais do que comprovado, praticado, envergonha a classe política e a nação brasileira.

A classe política já faz um esforço danado para dizer que somos políticos sérios e que queremos fazer política com seriedade, mas colocaram a classe política toda em uma vala comum. Como vamos explicar para a sociedade que aquilo que foi provado, mostrado, divulgado, em uma reunião secreta não valeu nada?

O ladrão de galinhas vai preso! Antes mesmo de apresentarem uma prova contra ele, vai para cadeia. Mas lá no Senado não foi uma, foram várias provas apresentadas durante esse tempo, e o homem saiu ileso.

Faço parte do partido do senador Renan Calheiros, o PMDB, e sinto-me envergonhado como peemedebista. E aqui vai um alerta, nessa votação secreta, deputado Professor Grando, não existe partido algum com garantia de que não votou a favor ou de que se ausentou em benefício do senador Renan Calheiros. Não podemos dizer que o partido "a", "b", ou "c" votou ou não pela cassação, porque com abstenção e voto secreto não dá para saber quem absolveu esse senador.

Nunca fui fã do senador Renan Calheiros, porque na verdade quando eu estava no Senado Federal ele era um grande líder do ex-presidente Fernando Collor. Ele nem era do PMDB; ele era do PRN e era um grande líder do Collor. E nunca tive uma admiração por ele como tenho pelo senador Pedro Simon. Mas se não houvesse provas e mais provas, talvez eu estivesse aqui dizendo que feliz fora o Senado que não fizera uma injustiça, como fora cometida no passado com o deputado Ibsen Pinheiro, pela Câmara dos Deputados. É, talvez eu estivesse dizendo que feliz fora o Senado, que não cometera uma injustiça e absolvera esse cidadão!

Eu poderia, sim, deputados José Natal e Rogério Mendonça, fazer esse discurso em relação a Ibsen Pinheiro, que foi execrado, expulso do Parlamento, pelo presidente da Câmara dos Deputados. Ele poderia até ser o candidato a presidente da República pelo PMDB, mas foi cassado por oito anos! E depois nada se provou, ele foi absolvido, e foi escondida a sua absolvição. Ai, sim, foi triste o ato da Câmara, que foi político e de medo com o grande líder que nascia naquele momento da cassação de Ibsen Pinheiro.

Agora, é triste a situação e a posição vivida pelo Senado Federal hoje. É triste essa posição, porque não absolveu um injustiçado, mas fez uma grande injustiça com a classe política, absolvendo aquele contra quem tudo foi provado nesses dias e mais dias e mais dias, e o povo assistindo! Como nós, políticos, vamos enfrentar os seus José dos Anzóis, lá do interior; como nós, políticos, vamos chegar lá e dizer que somos sérios, que precisamos dos seus votos? É muito difícil ser político neste Brasil, porque se mistura tudo, porque se coloca tudo na vala comum.

Hoje é um dia triste, deputados Professor Grando e Rogério Mendonça. É um dia triste para o Brasil e para a classe política, para aqueles que são sérios, que são corretos, para aqueles que querem a seriedade, porque o político nada mais é do que o representante de uma parcela do povo. Somos a cara do povo. E quando se faz isso no Senado Federal, como se trata o povo? Como malandro? Todo o povo é malandro? Não é! Existe gente séria.

Por isso quero aqui, nesta quarta-feira, mostrar minha indignação e vergonha pelo que aconteceu no Senado Federal. E isto não retrata, em momento algum, a posição do nosso PMDB catarinense, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Às vezes até falam, deputado José Natal, que o PMDB faz parte da história nacional, e vou mais longe, a história do Brasil passa pelo PMDB. Por isso estamos, hoje, vivendo numa democracia.

O Sr. Deputado José Natal - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Elizeu Mattos, é difícil, realmente, convivermos em sociedade. Somos políticos, procuramos no dia-a-dia cumprir corretamente a missão que nos foi confiada. Procurei fazer isso durante os cinco mandatos que exerci como vereador, cumprindo expediente religiosamente na Câmara Municipal, e como fazia lá, faço nesta Casa, compromissado com as comissões, com a sociedade e com tudo.

Ontem, um jornal mostrou um vereador, em um município do Brasil, que roubava a pensão de R\$ 380,00 de um pobre coitado que estava passando fome há três anos. Ele foi lá e pegou o cartão do cidadão. O vereador foi na casa dele e por dois ou três anos estava sacando a pensão e a pessoa passando necessidade.

V.exas. vejam como está. E o Senado agora dá uma demonstração dessas, nesse caso que foi matéria mostrada ontem em nível nacional. E hoje o Senado Federal dá uma demonstração dessas! É lamentável que se tenha que tentar conduzir a política com pessoas que deveriam dar exemplo para a sociedade e não o fazem. E tem alguns políticos que criticam manifestações que a imprensa faz a respeito da mesma, e até mesmo alguns que fazem parte da política.

Não há condições. É triste! É triste mesmo para toda a sociedade, que cada vez que há eleição deposita um voto de confiança em nome de alguém e vem um outro ou alguém que já está lá por muito tempo e coloca tudo por água abaixo. É difícil, realmente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., que foi quase um discurso. Mas acho que hoje nós estamos indignados, deputado José Natal, é a indignação que bate à porta, que nos alerta. Eu penso que essa centralização de tudo em Brasília, no Congresso Nacional, sr. presidente, é maléfica. Eu acho que está na hora de centralizar também as ações para este Legislativo, para que nós possamos e tenhamos mais poder de legislar sobre os assuntos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, ex-prefeito de Guaraciaba, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos acompanham através dos veículos de comunicação, eu gostaria de aproveitar o momento para trazer presente algumas reflexões e quero iniciar dizendo que da classe política é

difícil falarmos. Temos que deixar que o povo fale de nós. O povo tem muita coisa a dizer para a classe política ao longo de toda a história e de toda a caminhada.

Mas trago à tribuna, na tarde de hoje - e aqui, por vários momentos, foram traçados comentários -, a questão do ensino público superior. Em vários momentos da nossa caminhada dentro do serviço público fizemos a discussão e o debate com relação à interiorização do ensino público. Neste sentido, sempre tenho falado sobre a importância da presença da universidade pública em todas as regiões de seja qual for o estado, seja da universidade federal ou estadual.

Em Santa Catarina, em torno de 40 mil estudantes concluem o ensino médio, menos de 10% desses estudantes têm a oportunidade de ingressar no ensino público superior e muito menos ainda têm a felicidade de poder chegar ao final do curso. Por isso é preciso que se mude o modelo de universidade que temos hoje presente em todo este nosso país. É preciso mudar o modelo de universidade! Esse debate importante, estratégico está sendo feito por diferentes segmentos sociais, por movimentos sociais em todo o interior do nosso estado. Quem sabe, a partir dessa mobilização, dessa organização, possamos avançar no ensino público superior, avançar tanto na qualidade como na oportunidade das pessoas que têm menos condições terem acesso à educação.

Nesse sentido, estaremos, na próxima segunda-feira, reunidos com representantes do MEC, com a senadora, com várias lideranças das regiões do extremo oeste e do oeste de Santa Catarina, discutindo a implantação da Universidade da Fronteira do Mercosul, uma luta histórica que há muitos anos vem sendo discutida e debatida e que agora teremos a oportunidade de ver concretizada essa luta que o povo tem pleiteado há muito e muito tempo.

Além disso, faço questão de trazer presente na minha reflexão que, nesta tarde, em contato com o ministério dos Transportes e com o superintendente do DNIT no estado de Santa Catarina, o engenheiro João José, sabemos que o governo do presidente Lula fez o empenho e a garantia dos R\$ 25 milhões para a BR-282 dentro do Plano de Aceleração do Crescimento do governo federal, garantindo esses recursos para, além da restauração que está sendo feita em vários trechos dessa rodovia, o complemento de um trecho esperado há mais de 30 anos, entre São Miguel d'Oeste e a divisa com a Argentina, no rio Peperiguaçu.

Portanto, a população daquela região recebe com um sinal muito positivo esse importante investimento, deputado Peninha, v.exa. que conhece muito bem e que várias vezes se fez presente.

A BR-282 tem uma importância estratégica de desenvolvimento não só para a região oeste, mas para toda aquela grande região, pois é uma via bioceânica que reúne três países, que une os portos do estado de Santa Catarina. Com certeza, com esse investimento para a conclusão da BR-282, mais aquele trecho de Vargem/São José do Cerrito/Lages e com a recuperação de outros trechos que são necessários, nós teremos um corredor extremamente estratégico para o crescimento e o desenvolvimento daquela região do estado de Santa Catarina e desses outros países.

Já estão garantidos, no Orçamento da União para o ano que vem, mais R\$ 9,9 milhões para fazer o complemento da obra da BR-282 que liga São Miguel d'Oeste à divisa com a Argentina, passando pelo município de Paraíso.

Em contato com o sr. João José, superintendente do DNIT aqui em Santa Catarina, nós estaremos, nos próximos dias, agendando lá naquela região o lançamento, um ato importante que vai ser organizado por lideranças de toda aquela região. É claro que o início da obra, com todos os procedimentos legais e jurídicos, demorará um pouco, mas ainda este ano terão início os trabalhos naquele trecho.

Sr. presidente e srs. deputados, queria trazer presente e registrar desta tribuna, com muito pesar, o falecimento de uma professora, histórica lutadora de São Miguel d'Oeste, Sofia Kaminski Corso, ocorrido no dia 11 de setembro, vítima de complicações respiratórias. A professora era também comerciante do ramo ótico naquele município, foi diretora da Escola Estadual Jaldir Faustino da Silva, e durante 30 anos foi uma incansável trabalhadora da Educação.

A professora Sofia Kaminski Corso era mestre em Língua Portuguesa, lecionava na Unoesc de São Miguel d'Oeste nas disciplinas de Produção de Textos e Língua Portuguesa, nos cursos de Letras - Português/Inglês e Português/Espanhol e no curso de Psicologia.

Portanto, as nossas condolências a todos os familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARA DEBATER O AUMENTO DAS TAXAS DE TERRENOS DE MARINHA, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2007, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Sibelli D'Agostini) - Senhoras e senhores, boa-noite.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Constituição e Justiça, que tem como presidente o deputado Romildo Titon, realiza esta audiência pública na cidade de Joinville, proposta pelo deputado Darci de Matos, para discutir o reajuste das taxas anuais à União das ocupações de terras de marinha e a correta aplicação do artigo 20, inciso IV, da Constituição Federal.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: senhor deputado Darci de Matos, proponente da audiência pública; senhor deputado Kennedy Nunes; senhor deputado Cesar Souza Júnior; senhor vereador Zulmar Valverde, vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville; senhor Nelson Corona, secretário da Fazenda de Joinville, representando o prefeito de Joinville, senhor Marco Tebaldi; e o senhor advogado Carlos Aduino Vieira.

Neste momento, passamos a palavra ao deputado Darci de Matos, que presidirá os trabalhos desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Boa-noite a todos. Saúdo, com muita alegria e respeito, o vice-presidente desta Casa, vereador Zulmar Valverde da Silva, representando nesta audiência pública o Poder Legislativo municipal, e em seu nome saúdo os demais vereadores que nos prestigiam, como a professora e vereadora Carmelina, o vereador Lauro Kalfels, o vereador Osmar Fritz, o vereador José Cardoso, a vereadora Dalila Rosa Leal, o vereador Eduardo, o vereador Luiz Bini e o vereador Jucélio Girardi.

Saúdo efusivamente os novos deputados, como o deputado Kennedy Nunes, representante de Joinville, do norte do Estado, e que nos prestigia nesta noite, e o deputado Cesar Souza Júnior, membro da Comissão de Constituição e Justiça, que se deslocou de Florianópolis para participar desta audiência pública; saúdo o doutor Nelson Corona, secretário da Fazenda do município, representando o prefeito Marco Tebaldi; e saúdo o doutor Carlos Aduino Vieira que, sem medo de errar, podemos afirmar que é um dos melhores advogados especialistas nessa área em Santa Catarina e que será um dos palestrantes desta noite.

Também saúdo o doutor Samuel Mattos, procurador da Fazenda Nacional, representando a doutora Maria da Graça, procuradora-chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina, a quem eu convido para compor a mesa. Obrigada pela presença, doutor Samuel. (Palmas.) Saúdo a doutora Diva Mara Schlindwein, procuradora do município de Joinville; o secretário regional Gerson Bachtold, de Nova Brasília; o secretário regional de Boa Vista, Carlos Ivan Lemos; o vereador e secretário regional do Bairro Comasa, Roberto Bisoni; João Schuroff, presidente da Associação de Moradores de Palmeirinhas; Oli Antônio Cardozo Pinto, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Iriirú; Edson Halter, presidente da Associação de Moradores do Boa Vista; Pedro Schnoller, presidente da Associação de Moradores da Vila Paranaense (Comasa). Enfim, minha saudação a todos os demais presentes.

Por ter proposto a realização desta audiência pública ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, deputado Romildo Titon - que não pôde se fazer presente -, iniciaremos fazendo uma breve justificativa sobre os motivos que nos levaram a isso, que foi o reajuste, no nosso entendimento abusivo e irresponsável, das taxas das ocupações de terras de marinha, que em alguns casos em Santa Catarina chega na ordem de até 1.300%.

Nós também vamos ouvir, na seqüência, os deputados e o doutor Carlos Aduino Vieira, que vai nos dar uma explicação jurídica da questão. Isso porque entendemos que devemos concentrar as nossas forças e as nossas energias em duas frentes: a jurídica e a política.

Em relação à jurídica, e deve ser exposto pela mesa, parece-me que somente em Joinville já existem centenas de ações de execução da Fazenda Nacional contra proprietários. E pelas informações que temos, é necessário que os proprietários entrem na Justiça, porque seus terrenos poderão ir a leilão, mesmo aqueles que detêm o título em caráter definitivo concedido por cartórios, o que é um absurdo, que nada mais é do que uma concessão da União.

Também pretendemos fazer uma atuação no campo político, como a que estamos fazendo hoje aqui e como a que foi feita na semana passada, na Assembléia Legislativa, com proposição do deputado Cesar Souza Júnior. É necessária uma mobilização política, senhores vereadores e senhoras vereadoras, para que nós possamos sensibilizar o Congresso Nacional sobre a necessidade de reverter essa lei injusta e absurda. O deputado Cesar Souza Júnior e o deputado federal Paulo Roberto Bornhausen entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo, e em Balneário Camboriú a Justiça Federal também concedeu liminar a um condomínio daquele município.

Nós entendemos que a cobrança da taxa é ilegal e, mais do que isso, que esse reajuste também não tem fundamentação jurídica alguma. Vejam, por exemplo, o caso do restaurante Petisqueira Pinheiro, que se localiza no centro do município de Joinville - e está aqui o senhor Osmar: no ano passado o valor pago foi de R\$ 1.147,00 e neste ano ele recebeu um Darf no valor de R\$ 9.300,00. Um fato dessa natureza até nos faz pensar e refletir se este país é sério, ou melhor, se este governo federal é sério! Trata-se de um absurdo, de uma grande irresponsabilidade!

Por esse motivo estamos aqui, junto com autoridades políticas, com autoridades comunitárias e com o representante da Fazenda Nacional para tratar deste assunto.

Informo a todos que recebemos uma comunicação oficial do prefeito Marco Antônio Tebaldi, através da qual justifica a sua ausência e informa que estará sendo representado pelo doutor Nelson Corona, secretário da Fazenda do município. Também recebemos uma comunicação do presidente desta Casa, vereador Fábio Alexandre Dalonso, informando que se encontra em viagem, e recebemos uma comunicação do gerente regional do Patrimônio da União... Eles estão agindo como sempre agiram, infelizmente fugindo do debate, da discussão. No meu entendimento estão agindo covardemente, porque não foram na audiência pública em Florianópolis e não vieram nesta audiência pública no município de Joinville. E essa não é uma atitude decente de um servidor público que recebe de todos nós, pois somos contribuintes. O dever é o de, no mínimo, dar a possibilidade de debater as questões, principalmente questões como essa que acabamos de colocar.

Certamente vamos ter uma audiência pública histórica. E peço aos integrantes da mesa, por gentileza, que suas manifestações sejam objetivas para que, posteriormente, possamos abrir a palavra às lideranças presentes.

Neste momento concedo a palavra ao eminente deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Os meus cumprimentos ao deputado Darci de Matos, que preside esta audiência pública; aos integrantes da mesa; às senhoras vereadoras; aos senhores vereadores; ao público presente; aos funcionários da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal; e aos colegas da imprensa.

Eu vim hoje mais para ouvir as autoridades, que devem nos explicar algumas coisas. Tenho conversado bastante com o deputado Cesar Souza Júnior sobre o assunto, mas nós, aqui de Joinville, e eu explicava isso a ele esta semana, temos aqui uma nova vertente sobre a qual quero ouvir do doutor Carlos Aduino, que tem uma linha de defesa que diz que nós não estaríamos sujeitos a essa cobrança por fazermos parte do dote que foi dado à dona Francisca. Esse é um assunto muito interessante. Eu conversei com o seu Osmar... Inclusive hoje vamos tratar desse assunto no meu programa de televisão. Está aqui também o doutor Pugliese, que é bastante ativo nessa área, ele que é de São Francisco do Sul, que agora, por uma nova lei, São Francisco do Sul e Florianópolis deveriam estar fora dessa cobrança por serem ilhas-sede de município.

Mas estava conversando com o seu Osmar e essa questão de passar de R\$ 1 mil para R\$ 9 mil é um absurdo! Eu tenho certeza que muitos dos senhores não chegaram a esse valor, mas o percentual deve ter sido o mesmo. Conversei também com os proprietários de apartamentos no centro da cidade, que não sabiam que passava um rio por debaixo do terreno, mas por isso eles estão sendo obrigados a pagar essa taxa por cada unidade habitacional, cada apartamento, que passou de cento e poucos reais para mil e poucos reais. Então, é um aumento absurdo!

Acho que nós devemos ter atenção em dois aspectos. O deputado Cesar Souza Júnior e o deputado Darci têm uma linha de defesa que é a questão do aumento abusivo, do percentual de reajuste. Mas nós, aqui em Joinville, temos essa situação peculiar de por ser terras de dote não teríamos que pagar.

Então eu quero agradecer pela presença de todos vocês e à Casa, que abriu suas portas para que nós pudéssemos realizar esta audiência. Foi um dia corrido para nós, não é, deputado Darci, pois tivemos uma audiência pública dos índios, a reunião do Conselho de Desenvolvimento, em Barra do Sul, e à noite estamos aqui. Mas esse é o nosso trabalho. Temos vontade de fazê-lo e tenho certeza de que nós estamos cumprindo com o nosso dever.

Tenhamos todos uma boa audiência pública e, como vocês, também serei ouvinte esta noite.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Gostaria de registrar a presença do doutor João Norberto Coelho Neto, ex-deputado e ex-juiz do Trabalho de Santa Catarina; do Jorge Augusto Furtado, presidente da Associação de Moradores do Irineu Bornhausen; do Alecir Albanaz, presidente da Associação dos Moradores do Bairro São Marcos Real Sociedade; e do Mauro Luiz Araújo, presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vigorelli.

Neste momento, passo a palavra para o eminente deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - O meu boa-noite a todos e a todas; ao deputado Darci de Matos, membro da Comissão de Constituição e Justiça e que neste ato preside esta sessão como proponente da audiência; ao eminente deputado Kennedy Nunes, também um interessado e batalhador por esta causa; ao vereador Valverde e aos demais vereadores; às autoridades; aos representantes de órgãos federais e municipais; aos secretários; às senhoras e aos senhores.

Iniciando nossa audiência, gostaria de dizer que é um prazer estar aqui na nossa querida cidade de Joinville, que sofre muito também com essa verdadeira extorsão que foi praticada pela União neste ano de 2007. Essa taxa, criada lá nos idos de 1831, portanto criada para sustentar o Império, tinha como justificativa a proteção da costa brasileira, tanto que essa história de 33 metros foi criada com base nos canhões da época do Império. Mas hoje, na verdade, o único canhão que existe é o canhão da voracidade fiscal da União apontado contra o contribuinte catarinense e brasileiro. (Palmas.) E se essa taxa já é absurda pela sua existência, que não se justifica mais juridicamente, ela é ainda mais injustificada agora com esse aumento abusivo.

Eu quero só ler, deputado Darci de Matos e deputado Kennedy, o parágrafo final da carta que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão enviou para os proprietários de áreas próximas a mares e rios. Ao final, a carta diz o seguinte: "Cabe ressaltar que o senhor ocupa um imóvel que está inserido num terreno do patrimônio da União, que é patrimônio de todos os brasileiros. Assim sendo, cabe-nos cumprimentá-lo por esse privilégio e dizer que estamos qualificando a ação do SPU para aprimorar a gestão desses imóveis, garantindo o cumprimento de sua função social, conforme determina a Constituição." É uma brincadeira!

Usam esta carta aqui (*mostra a carta*), mas não explicam todas as modalidades de isenção de maneira direta. Quantas e quantas pessoas que recebem menos de cinco salários estão pagando! Deputado Darci, uma pessoa me procurou esta semana na Assembléia, um senhor que vive em um casebre de 70 metros quadrados, que está muito abaixo do limite de isenção, pois recebe um salário mínimo, e disse que pagou a primeira parcela de R\$ 250,00, já que reajustaram o foro dele de R\$ 300,00 para R\$ 2.500,00. Ele, uma pessoa honesta, decente que é, mas desinformada, porque a União não informou que ele não precisava pagar... Imaginem o quanto representa R\$ 250,00 no patrimônio de um sujeito que ganha R\$ 350,00!

Não quero me alongar demais, deputado Darci, mas os exemplos são todos absurdos! Tem um de Porto Belo que também teve um aumento considerável, como de resto toda a costa; uma outra senhora que nos procurou, que esteve na audiência em Florianópolis, dizendo que pagava R\$ 526,00 em 2006 e recebeu este ano o valor de R\$ 5.232,00. E por aí vai, tenho aqui um saco de xérox.

Então, meus amigos, quero dizer que passada a perplexidade precisamos iniciar na parte prática de como reagir a isso. O objetivo do governo é nada mais nada menos do que arrecadar. Não tem essa de reavaliar, é arrecadar! Tanto é, deputado Kennedy, que tenho aqui um documento da presidência da República, assinado pelos ministros Paulo Bernardo da Silva, Márcio Fortes de Almeida e Nelson Machado, que esclarece um pouco mais algumas questões sobre a taxa de marinha. E o item 4 desse documento diz o seguinte, prestem atenção: *(Passa a ler.)*

"Ademais, amplia-se e facilita-se a obtenção de isenções de taxas de ocupação, foros e de laudêmios à população de baixa renda, como medida de justiça social, sem perder de vista a importância de ampliar a arrecadação."

Este documento é da presidência da República, e eles nem escondem que querem arrecadar.

Em função dessa perplexidade, meus amigos, estivemos em Brasília e conseguimos fazer com que o diretório nacional do Democratas entrasse com duas ações: uma no Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de retirar as ilhas oceânicas sede-município, caso aqui de São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, onde está Florianópolis, que pela Emenda 46, a nosso ver, estão totalmente excluídas do patrimônio da União; e uma outra na Justiça Federal de Brasília para rever os aumentos. A lei que regula essas taxas fala em atualização e vários Tribunais Superiores, o STJ e também o STF, têm decidido pela atualização da inflação e de um ano para outro. Portanto, o aumento do ano passado para este deveria ser, no máximo, de 3,5% e não de 1.500%, de 1.400%.

Além disso, representamos ao Ministério Público Federal - estive ontem com o chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina e fiz duas representações pedindo que o Ministério Público Federal também entre nessa luta e com ações para reverter a questão.

Numa outra vertente disponibilizamos ao cidadão, através do *site* do partido Democratas, ações para que as pessoas procurem a Justiça Federal e reajam a esse aumento. Porque eu não creio que haja outra coisa a fazer senão brigar na Justiça. O governo federal quer arrecadar, não tem saída! Foi aprovada na Assembléia uma moção pedindo que o Patrimônio da União reveja os valores, mas não creio que vão fazer isso.

Estive em um debate com o gerente do Patrimônio da União, deputado Darci, que hoje não se faz presente, e percebi a completa perplexidade dele. Eu queria era ter debatido com um sujeito de Brasília, o ministro que fez esse documento. O pessoal do Patrimônio da União aqui no Estado tem pouca estrutura, em parte eles terceirizaram essas reavaliações e estão cumprindo aqui o papel de algozes por uma barbaridade decidida lá em Brasília. Sinceramente, dá até pena do pessoal do Patrimônio da União em Santa Catarina. A questão foi feita mesmo em Brasília e aqui eles estão cumprindo ordens e tendo que lidar com o caos. Quem já os procurou sabe que estão perdidos. É um negócio horrroso!

Querida também dizer, meus senhores, abrindo a palavra na seqüência para o debate que creio será muito produtivo, que a questão é reagir judicialmente. Certamente o advogado vai apresentar uma tese de Joinville e há teses que dizem, inclusive, que ninguém tem que pagar mais. Porém, creio que a orientação é reagir judicialmente, é procurar o Poder Judiciário para que as ações sejam julgadas.

Na Justiça Federal de Florianópolis, o Juizado Especial está tendo uma certa dificuldade em admitir as ações de maneira direta, sem advogado, em alguns casos. Eu estive lá conversando com o juiz e estamos tentando reverter isso. Mas é importante ter esse depoimento dos amigos aqui do norte do Estado para que possamos aprofundar esse debate.

Por último, queria só dizer que esse é mais um *round* do cidadão contra a fúria arrecadatória da União. Olhem o que estamos discutindo aqui: canhão de 1831, dote de príncipe. É brincadeira! Quando eles querem atacar o bolso do cidadão, utilizam todas as leis possíveis e inimagináveis, todos os meandros legais.

Vocês vão perceber como essa questão é juridicamente complicada, mas eu creio que para fugir dessa extorsão e barrar essa barbaridade, o caminho tem que ser jurídico, e, certamente, os advogados que aqui falarão terão propriedade para tratar do assunto.

Cumprimento o deputado Darci e o deputado Kennedy pela brilhante iniciativa e todos vocês nesta noite de reação. Vocês fazem muito bem em participar e reagir contra essa barbaridade que fez a União federal contra o cidadão, contra o contribuinte catarinense e brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra ao vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville, vereador Zulmar Valverde da Silva.

O SR. VEREADOR ZULMAR VALVERDE (Joinville/SC) - Boa-noite a todos.

Gostaria de dizer, deputado Darci de Matos, que esta Casa tem sido um exemplo de cidadania e um palco semanal de discussões abertas, Casa esta que V.Exa. construiu e de cuja mesa diretora teve o orgulho de participar. Hoje, mais uma vez, V.Exa. está presente na nossa comunidade em busca do apoio dos nobres deputados, do departamento jurídico, do nobre jurista Carlos Aduino. Temos, sim, que buscar na Justiça as incoerências jurídicas. O caminho é por aí.

Eu parabeno o deputado, a Assembléia e, principalmente, os senhores que se fazem presentes. Juntos, venceremos!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Registramos a presença do senhor Pedro Rozalvo, presidente da Colônia de Pescadores Z-32, do Morro do Amaral; do senhor Waldir Casarin, presidente da Associação de Moradores Moinho dos Ventos I; de Antoninha de Carli, presidente da Associação dos Moradores de Minas Gerais/Nova Brasília; do senhor Juarez, presidente da Associação dos Moradores da Escolinha.

Comunico que o nobre deputado Nilson Gonçalves pediu-me que justificasse sua ausência nesta audiência pública, uma vez que está acompanhando o governador na abertura da Festa da Tainha, em Barra do Sul.

Neste momento, concedo a palavra ao doutor Carlos Aduino Vieira.

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Excelentíssimo deputado estadual Darci de Matos, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, como membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia de Santa Catarina; excelentíssimo deputado estadual Kennedy Nunes (e os dois, apesar de partidos opostos, estão brigando por uma causa comum, que é a causa do norte do Estado de Santa Catarina, principalmente Joinville); excelentíssimo deputado Cesar Souza Júnior, que conheci nesta noite, mas já fiquei muito bem impressionado porque abraçou uma causa que é de todos nós; excelentíssimo vice-presidente da Câmara Municipal de Joinville, Zulmar Valverde, representando o presidente Fábio Dalonso; excelentíssimo secretário da Fazenda, senhor Nelson Corona, neste ato representando o prefeito municipal de Joinville, Marco Antônio Tebaldi, que é muito sensível ao problema e tem conversado comigo diversas vezes a fim de buscar uma solução sobre isso; excelentíssimo colega procurador da Fazenda nacional, Samuel Mattos, que neste ato representa a Fazenda nacional, hoje numa árdua missão, mas acho que isso faz parte da nossa função; demais autoridades já nominadas; demais vereadores de Joinville; colegas advogados; funcionários da Câmara Municipal de Joinville e da Assembléia Legislativa; amigos da imprensa; senhoras e senhores.

Há quatro anos, quando esta Casa ainda era no antigo prédio do Banco do Brasil, o então presidente da Câmara Municipal de Joinville, Darci de Matos, nos convocou para debater um problema que afligia milhares de famílias joinvilenses: a cobrança, pela União federal, da taxa de ocupação dos terrenos de marinha.

Há quatro anos, senhoras e senhores, nesta mesma tribuna, já defendíamos a necessidade de se acionar a União federal no sentido de suspender imediatamente o pagamento dessa malsinada taxa, pois que outro caminho não existia para coibir essa que é uma verdadeira ilegalidade.

Passados quatro anos, senhoras e senhores, deputados, apesar dos esforços de reforma na legislação, apenas os que ingressaram na Justiça, e não foram poucos, tiveram seus pleitos atendidos com a suspensão judicial da cobrança. Os que esperavam bom senso por parte da União, este ano tiveram uma nova e desagradável surpresa: receberam, em suas casas, guias de pagamento com uma absurda taxa simpaticamente reajustada (e o deputado Cesar Souza leu o ofício que acompanhava essa taxa), cujos valores foram corrigidos em mais de 1.000%. Um verdadeiro absurdo!

Pasmem, senhores deputados, num País que se orgulha de ter matado o dragão da inflação, onde o salário mínimo é reajustado em 8%, a União federal reajusta uma taxa anual em mais de 1.000%. Foi esse absurdo reajuste que nos trouxe de volta a esta tribuna, a esta Casa de leis, agora pelas mãos do deputado estadual Darci de Matos, a quem eu novamente louvo e parabeno por esta iniciativa.

E o que é essa tal de taxa de ocupação das terras de marinha? A Secretaria do Patrimônio da União, conhecida por SPU, no final da década de 1980, início da década de 1990, levou a efeito trabalhos de demarcação da linha do preamar médio de 1831, percorrendo o Estado de Santa Catarina. Na verdade, percorreu a costa inteira do Brasil.

Esse procedimento de demarcação, ordenado unilateralmente pela União federal, pretendia alterar a situação jurídica dos imóveis ditos de marinha, usurpando o domínio dos verdadeiros proprietários. A União, contudo, que também responde às leis, como todos nós, violou os direitos constitucionais do cidadão, como o sagrado direito de propriedade, do devido processo legal e o de dar oportunidade aos legítimos proprietários do contraditório e da ampla defesa. Na prática, a União tomou para si, arbitrariamente, os imóveis, todos eles, incluindo-os em seu patrimônio e passando a cobrar taxas pelo seu uso. E pior: os legítimos proprietários correm o risco de perder os seus imóveis, que podem ser leiloados paguem eles as taxas ou não.

A origem de todo esse problema, senhoras e senhores, está na promulgação do Decreto 9.760, de 1946. Nele, o legislador pátrio determinou que todos os terrenos localizados na faixa de terra contígua à linha do preamar médio de 1831, numa extensão de 33 metros, pertenciam à União.

O que é essa tal de preamar? Preamar é a linha da maré alta. Na verdade, é a linha que nós conhecemos como a maré de sete anos, aquela maré mais elevada, que aqui em Joinville chega a alagar o centro da cidade. Então, a partir dessa linha até onde a água chega são contados 33 metros, e essa terra a União quer tomar para si.

Diz o artigo 1º do mencionado decreto: "Incluem-se entre os bens imóveis da União:

a) os terrenos de marinha e seus acrescidos; b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em territórios federais (...); c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas, na faixa da fronteira do território nacional (...); d) as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos Estados, municípios ou particulares (...)."

Já no artigo 2º do citado decreto de 1946, o legislador definiu o que são os tais terrenos de marinha: "São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831" (ou seja, onde a água pára, começa-se a medição de 33 metros, e isso, diz a União que pertence a ela): a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés."

O deputado Cesar Souza me perguntou: mas como é que tem taxa de marinha em Joinville? É porque os rios de Joinville, todos eles, sofrem influência da maré.

Pasmem agora com o parágrafo único (e isso é lei de 1946): "Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 centímetros pelo menos do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano." Basta então que o nível do rio se mova 5 centímetros apenas e a terra passa a ser da União.

O Decreto 9.760 foi editado e sancionado já na vigência da Constituição de 1946. Nós costumamos chamar a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. A de 1946 também era chamada de Constituição Cidadã, porque ela sucedeu ao Estado Novo, à ditadura de Getúlio Vargas, e veio justamente para amainar aquele poder excessivo que a União tinha.

No artigo 141 daquela Constituição já constava que "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", e "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual." No parágrafo 16 do mesmo artigo consta que é assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação, ou seja, o decreto-lei já foi contra a Constituição da época e continua indo contra a nossa Constituição atual.

O citado decreto-lei, ao definir terras de marinha, descuidou-se de resguardar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e os direitos adquiridos, incorrendo, portanto, em uma flagrante inconstitucionalidade. A violação do direito de propriedade e do ato jurídico perfeito se consubstanciou em lesão aos direitos individuais dos cidadãos, e não pode prevalecer sem o necessário reexame pela Justiça. Por isso, cabe à Justiça fazer esse imediato reexame.

O saudoso e sempre atual Pontes de Miranda, cuja obra não encontra paralelo em nenhum outro teórico do Direito, seja no Brasil ou no exterior (ele escreveu as maiores obras de Direito que temos aqui no Brasil), quando comentou a Constituição de 1946 disse: a mudança que desloque a propriedade do particular para o Estado somente pode ser obtida por desapropriação, nos termos da lei que regule a necessidade dessa desapropriação, a utilidade dessa desapropriação e o interesse social dela, com um detalhe: mediante prévia indenização. Claro, se o Estado quer construir uma estrada e é obrigado a derrubar uma residência, ele pode derrubá-la, existe um interesse público a justificar, mas mediante uma prévia indenização.

O Decreto-Lei 9.760 não apresentou nenhuma justificativa e muito menos estabeleceu qualquer indenização, portanto, ilegal. A União se restringiu em determinar a tomada do patrimônio particular pelo público, dizendo que as tais terras de marinha (um nome muito bonito) seriam automaticamente dela.

É importante lembrar que esse decreto-lei entrou em vigor num momento político do Brasil em que a contestação de qualquer ato do Estado era uma tarefa desaconselhável e muito arriscada, num Brasil que acabava de sair da ditadura ferrenha de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo. E quem abrisse a boca, sabia as consequências que isso poderia ter.

O Decreto 9.760, que vigorou até a promulgação da Lei federal 9.636, de 1998, estabeleceu normas para esse procedimento administrativo e o conseqüente rito para a demarcação das terras que passariam a pertencer à União. Ocorre que o procedimento administrativo não respeitou o disposto no próprio decreto-lei quando impõe a ciência inequívoca dos interessados, que deveriam ter sido convidados pessoalmente a se manifestar. Ou seja, se ele vai fazer uma demarcação, é obrigado a dar ciência a todas as pessoas que possam, de alguma forma, vir a ser atingidas por essa demarcação.

Vou ler o que consta no decreto-lei: "Para a realização do trabalho, o SPU convidará os interessados certos e incertos, pessoalmente ou por edital, para que, no prazo de sessenta dias, ofereçam a estudo, se assim lhes convier, plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no trecho demarcado." Ou seja, dentro dessa ordem estabelecida no próprio decreto-lei, quem detivesse a posse sobre o imóvel deveria ser citado pessoalmente para se manifestar. Não o foi. Com o claro propósito de dificultar que qualquer pessoa se manifestasse e se atravessasse no caminho arrecadatório, a União inverteu um mandamento legal, citando os proprietários apenas por edital, sem qualquer iniciativa em buscar citá-los pessoalmente.

Nós, no Direito, fazemos uma brincadeira: quando queremos que uma pessoa não tome conhecimento de um assunto, ela é citada por edital no Diário da Justiça, porque aquilo ninguém lê, e foi isso que a União fez, sabedora desse princípio.

A União, inclusive, não poderia sequer alegar que não conhecia o endereço dos interessados, porque após o decreto-lei ela mandou um carnezinho para todo mundo, já que a terra era a que estava sendo "desapropriada", entre aspás.

É nula a citação por edital se não forem previamente esgotados todos os meios possível para a localização do réu. Você pode utilizar o edital desde que procure a pessoa, tente. Quando constar que a pessoa está em lugar incerto e não sabido, aí, sim, cabe o edital; o que você não pode fazer é começar por ele, para não permitir que a pessoa tome conhecimento da medida.

O procedimento administrativo, portanto, não respeitou nem o próprio artigo 11 do Decreto-Lei 9.760. Agora, como eu já falei, o interessante é que todos os bloqueios bancários chegaram à casa dos interessados, isso foi de uma eficiência que merece o nosso parabéns. Nesse sentido, vou citar uma decisão da Justiça federal de Joinville, com a qual o próprio juiz federal ficou surpreso. Ele escreveu o seguinte: "Ora, os requerentes eram interessados certos no processo de demarcação, visto que possuíam o registro imobiliário de propriedade, localizada na faixa a ser demarcada. Sua identificação e endereço não eram desconhecidos do SPU, tanto é que posteriormente foram remetidos a eles os Darfs para pagamento da taxa." Um juiz federal escreveu isso aqui na sua decisão. Houve, assim, segundo o artigo 5º da atual Constituição, "a violação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório."

A Constituição federal de 1988, a exemplo da de 1946, também garante a todos o direito de propriedade, ou seja, ninguém pode ser privado da sua propriedade a não ser em casos relevantes de utilidade pública e de interesse social, mesmo assim, após um processo pelo qual se garante o contraditório.

E o que é o contraditório? É dar oportunidade para que a pessoa se manifeste, e isso não foi feito. Ou seja, a União não comprovou nenhum dos requisitos autorizativos do processo de desapropriação, não procedeu ao devido processo legal, não permitiu o contraditório e não indenizou ninguém. A União conseguiu descumprir todas as regras da Constituição, não uma nem duas. E pior: além de o proprietário perder arbitrariamente o seu domínio, a União lhe impôs o pagamento de uma taxa para ele poder continuar a utilizar o imóvel. Nessa condição, pagando o que eu chamaria de uma espécie de aluguel, fica assegurada ao proprietário inclusive uma preferência em adquirir o imóvel posteriormente num leilão - e acho muito justo que ele recompre a sua propriedade.

O prazo para o cadastramento das terras de marinha se iniciou com a edição do Decreto 9.760. Contudo, esse cadastramento foi levado à prática somente em 1989, já na vigência da atual Constituição. Ambas as Constituições, como visto, davam todas as garantias ao cidadão, e todas elas foram violadas.

Um outro ponto, especialmente aqui de Joinville, é que nos parece lógico que o contribuinte deva ser penalizado duplamente para obter o direito de usufruir plenamente do seu imóvel: primeiro, pelo IPTU, de jurisdição municipal; depois, pelo SPU.

Apesar de, nominalmente, o IPTU ser um imposto, ter uma outra característica legal e a taxa ter uma taxa, verifica-se a coincidência nos direitos decorrentes. Ademais, nos imóveis ditos de marinha apenas a prefeitura municipal faz jus ao cobrança, porque ela traz calçamento, água, esgoto, transporte e outras melhorias. Portanto, não cabe a cobrança ao mesmo tempo e referente ao mesmo imóvel do imposto predial e territorial urbano e da malsinada taxa de ocupação.

A taxa de ocupação, como toda receita instituída pelo Poder Público que direciona seus efeitos para o patrimônio particular, tem o seu campo de incidência firmado em uma lei, ou seja, no tal Decreto-Lei 9.760. O administrador tem que obedecer a essa lei, ele não pode fugir dela.

O artigo 127 desse decreto diz o seguinte: "Os atuais ocupantes de terrenos da União, sem título outorgado por esta, ficam obrigados ao pagamento anual da taxa de ocupação". O seu parágrafo 2º diz que "a importância da taxa será periodicamente atualizada pelo SPU". Ou seja, para que se possa cobrar a taxa, a condição é que o imóvel pertença à União, que seja do domínio da União, e que o sujeito passivo tenha o imóvel na qualidade de ocupante, pagando, assim, preço público por essa condição. Só que 99% são proprietários, eles têm o registro do imóvel, não são ocupantes. Logo, é necessário que

aquele que se encontra no imóvel esteja nas mesmas circunstâncias, por exemplo, do enfiteuta, sendo a União o senhorio direto, ou seja, o titular do direito. E isso não pode ocorrer quando o bem se encontrar sob a titularidade do particular, inclusive com o registro de imóveis. Nessa condição, os proprietários de imóveis não se encaixam nos termos do Decreto-Lei 9.760.

A forma de cálculo do valor da taxa, que antes era 2% e agora passou a 5% sobre o valor do domínio do imóvel, também está eivada de vícios que a condenam à ilegalidade. Em primeiro lugar, pelo fato de a União incluir no cálculo da taxa as benfeitorias que o imóvel sofreu nas últimas décadas, para as quais a União não despendeu um centavo sequer. E aí se englobam tanto as benfeitorias externas do imóvel, por exemplo, ligação com rua pavimentada, iluminação pública, calçada, sinalização de trânsito, entre outras, como as internas, por exemplo, edificação do prédio, jardins, cercas, muros, aproveitamento do imóvel para fins diversos, inclusive fins comerciais. A União vai querer cobrar até pelo ponto do imóvel comercial de vocês.

Se a União de nenhuma forma contribuiu para a valorização desse imóvel, como ela pode beneficiar-se dessa valorização cobrando uma porcentagem justamente sobre o valor comercial que esse imóvel venha a atingir? Nesse sentido, o coeficiente de cálculo da taxa de ocupação, se ela fosse legal, deveria se ater ao valor do domínio do imóvel, descontada integralmente a valorização promovida pelas melhorias empreendidas, tanto as de ordem pública como as de ordem privada.

Para os fins do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, considerou-se como ponto de referência para fixar as áreas consideradas de marinha a linha do preamar médio de 1831. Ocorre que as margens dos mares, rios, lagos, córregos e demais cursos de água sofrem grande influência da Mãe Natureza, seja pelas chuvas, pelas marés, pelas correntezas, pelas ondas, pela ação do homem, que faz diques, obras, aterros, que joga lixo nas águas etc. Ou seja, a linha do preamar de 1831 não corresponde à linha do preamar de 2007, e por uma questão óbvia, que qualquer pessoa entenderia.

É ainda de relevância o fato de o cálculo do valor da taxa não respeitar a faixa dos 33 metros. Isso é um negócio muito interessante. Ora, o proprietário tem um terreno na beira-mar de 500 metros quadrados e apenas uma parte desse terreno ficaria inserida na tal faixa de 33 metros, a partir do 34º metro já não seria mais terra da União. A União não faz essa distinção. Ela levanta o valor comercial desse imóvel no cartório, na imobiliária, e aplica o valor da taxa sobre o valor total do terreno sem fazer essa distinção, portanto, mais uma ilegalidade.

Então, *data venia*, nós temos aqui um verdadeiro estelionato, um verdadeiro enriquecimento ilícito da União, deputado Darci de Matos, em desfavor do useiro.

Vou contar uma questão muito interessante, e o deputado Kennedy Nunes também adiantou aqui, que só é pertinente à cidade de Joinville. Em 1998 houve uma primeira discussão sobre terras de marinha, e, na época, o meu pai apresentou uma tese que no começo soou um pouco absurda. Ele disse o seguinte: a lei fala em terra devoluta, e o que é terra devoluta? É aquela que não tem proprietário, que não tem o registro de imóvel, então, a lei diz o seguinte: todas as terras devolutas passam ao domínio da União. Mas Joinville tinha um proprietário, o príncipe de Joinville já era proprietário dessa terra, e fizemos, então, no nosso escritório, um estudo sobre isso. Entramos com ações e levantamos essa tese na Justiça federal, e hoje essa tese é acatada por todos os tribunais, inclusive pelo STJ, porque é uma questão óbvia.

Ainda na época do reinado, do império, foram cedidas essas terras para o príncipe de Joinville. Depois, quando o Brasil se transformou em república, essa propriedade não se perdeu, ela permaneceu do príncipe de Joinville. Portanto, é uma propriedade privada, e como propriedade privada jamais poderia passar ao domínio da União. Em 1º de maio de 1843, foi criada uma situação *sui generis* para Joinville e hoje já tem jurisprudência firme no Superior Tribunal de Justiça.

E vou para o final dizendo o seguinte: além de todos esses absurdos que relacionei aqui, senhoras e senhores, temos um que nos levou a fazer essa nova audiência pública, que é essa absurda correção aplicada no valor da taxa do SPU. Ela determinou que o valor que antes era de 1% sobre o domínio do imóvel passasse para 5%. Até aí talvez fosse uma coisa aceitável. Só que ela determinou que o SPU mudasse os critérios de avaliação dessa propriedade. Então ela determinou que os seus funcionários fossem aos cartórios, às imobiliárias, às prefeituras e recolhessem o valor atualizado desses imóveis.

Vou dar um exemplo fácil. Nós temos em Florianópolis, deputado Cesar Souza, um balneário chamado Jurerê Internacional, em que um terreno à beira-mar custa mais de R\$ 1 milhão (não sei quanto custa). Então, quer dizer que todo o investimento que foi feito lá levou o valor desse imóvel às nuvens. Agora a União quer virar sócia de Jurerê Internacional, de Ubatuba, de São Francisco, de Joinville etc., e levar para si 5% sobre o valor dos imóveis.

E pergunto para vocês...

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Quero colocar algo: essa questão de Jurerê é interessante. Como eles não têm estrutura para verificar caso a caso, que deveria ser o óbvio em qualquer incidência tributária, eles vão pela média. Existe Jurerê Internacional, que é esse balneário dos milionários, onde um terreno à beira-mar custa mais de R\$ 5 milhões, só que bem ao lado há uma comunidade em Jurerê, de pescadores e pessoas que lá nasceram, que não tem culpa de que próximo às suas casas houve uma grande especulação imobiliária.

Pois bem, o mesmo percentual aplicado para os milionários foi aplicado para essas pessoas que moram lá a vida inteira! (*Risos.*)

Lá o manezinho da Ilha, que tem a sua baleeira, está sendo considerado, do ponto de vista dessa taxa, igual ao magnata de São Paulo, ao grande empresário que vem passar o final de semana em Florianópolis de jatinho. Foi isso que a União fez.

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Isso que é uma União "justa".

E trago um outro dado para vocês: e os imóveis que não estão ocupados? Vocês devem conhecer algum terreno baldio, alguma área vazia, mangues etc., que são da União. O que a União faz por isso? Se não deixar que sejam invadidos, que encham de lixo etc. não existe qualquer contrapartida. Por isso não poderia nem falar em taxa, porque ela vai exigir uma contrapartida direta, e a União não faz absolutamente nada.

Pessoal, não adianta fazer protestos, abaixo-assinados, a única coisa que a União vai reconhecer é o peso da espada da Justiça. Quanto maior o número de proprietários que discutirem a taxa e suas correções na Justiça maior será a pressão sobre a União federal, que sem o menor pudor avança sobre o patrimônio e sobre a renda dos já combalidos contribuintes.

O artigo 5º estabelece que a lei não excluirá da apreciação do Judiciário qualquer lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, não deixa isso passar em branco, é o caso presente. Sabe-se que o Judiciário nunca pode substituir a administração, mas ele pode verificar se a administração está agindo conforme a lei. Essa é a competência do Judiciário. Portanto, para a União, essa é a conclusão da nossa apresentação: os rigores da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Registro a presença do presidente da Associação dos Moradores do Canto do Rio, José Paulo Rodrigues.

Não poderia deixar de registrar também a presença do professor e jurista, doutor Roberto Pugliese, de São Francisco do Sul, que, juntamente com o doutor Carlos Adauto, é um dos grandes especialistas no Brasil nessa área.

Obrigado pela sua presença. Ele está ali acompanhando, porque, certamente, se nós falarmos alguma besteira aqui ele vai nos corrigir.

Registro, também, a presença do líder do governo, amigo e vereador, Odir Nunes.

Neste momento, como a audiência pública requer que se franqueie a palavra para as lideranças que dela participam, abrimos espaço por um tempo máximo de até três minutos para que elas se manifestem.

Por favor, os inscritos que se manifestarem ao microfone, digam o nome e a entidade que representa para ficar registrado nos anais da Assembléia Legislativa e da Câmara.

O SR. KLAUS G. SCHOSSLAND - Boa-noite, autoridades presentes.

Eu só gostaria de pedir uma informação. Eu tenho um apartamento em Balneário Camboriú e sou tributado com o IPT, que é a taxa territorial. Uma parte da minha pergunta já foi respondida pelo doutor Adauto: que a preferência é da prefeitura. Mas, por que eu tenho que pagar os dois tributos? Tanto o do patrimônio da União como o do IPTU? Eu trago o comprovante aqui caso os senhores queiram ter conhecimento.

Esse é o motivo da minha presença aqui.

Quero registrar esse meu descontentamento quanto à bitributação, que eu acho que não pode existir em cima do mesmo imóvel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito obrigado pela contribuição, senhor Schossland.

Com a palavra o senhor Alecir Albanaz

O SR. ALECIR ALBANAZ - Eu não sou advogado, mas entendo um pouquinho das coisas que acontecem dentro do nosso país.

Na Constituição diz que nenhum contribuinte poderá pagar duas taxas de IPTU, no caso. Ou seja, para nós, aqui, seria o IPTU e mais a taxa de marinha. Como eles não colocam como IPTU, que é igual ao que eles estão querendo cobrar, eu gostaria de saber, por que a Constituição diz que não é preciso você pagar duas taxas de IPTU, correto?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Parece que essa dúvida do senhor Albanaz já foi respondida na explanação do doutor Carlos Adauto Vieira. O senhor tem razão, porque se constitui em uma bitributação, o que é ilegal.

Com a palavra a dona Ester.

A SRA. ESTER PEREIRA ALVES - Boa-noite a todos. Sou voluntária da sociedade civil organizada Ação Social da Saúde Comunitária.

Não sou proprietária de terra de marinha, mas estou aqui em solidariedade às pessoas que estão pagando duplo tributo. É legal? Não! É inconstitucional, falou o doutor com muita propriedade!

Eu vejo que várias audiências públicas já foram feitas a respeito deste assunto. Então, eu pergunto: onde estão as autoridades federais? Nós temos os nossos representantes e onde eles estão neste momento? Porque cabe a eles mudar a lei que é federal. Nenhum vereador tem essa autonomia, nem o deputado estadual. Para que votamos nos nossos representantes? Estão de olhos vendados? Eu não sou proprietária. Ai vem: tem que pagar? Não pode deixar de pagar? É via judiciário? Através de advogados?

Além de pagar dois tributos, o que é inconstitucional, ainda temos que gastar com ônus de advogados! E é um corre para lá, um corre para cá, um Deus nos acuda, uma pressão, uma espada em cima da cabeça do proprietário, quando esse proprietário já pagou! (Palmas.)

O SR. CLAUDIONOR VOITENA - Sou do núcleo de imobiliárias da Ajorpeme.

Eu tenho acompanhado o doutor Carlos Adauto no seu trabalho, e isso que o senhor se referiu foi em 30 de abril de 2004 e a publicação foi em setembro, quando também foi discutido.

Queria acrescentar que a questão da taxa de ocupação tem uma outra incidência, que é a questão do laudêmio. Então, ela vai ter lá frente, quando esse proprietário vender o imóvel, a dupla tributação, o ITBI e o laudêmio.

Estou de acordo quando o senhor remete à questão para o dote da princesa. Isso, hoje, nada mais é do que o Domínio Dona Francisca. E o Domínio Dona Francisca, pelo que ele publicou em 2003, numa publicação da Justiça, o patrimônio de Joinville, as terras de Joinville começariam em Araquari e terminariam em Corupá.

Então, nessa situação toda, gostaria que não fosse esquecida a nossa cidade vizinha de Araquari. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com muita honra vamos ouvir o ex-deputado e juiz do Trabalho, advogado João Norberto Coelho Neto.

O SR. JOÃO NORBERTO COELHO NETO - Aqui já foi dito, pela dona Ester, da ausência dos representantes federais. Essa taxa de marinha é competência da União. Portanto, é um assunto dos nossos deputados federais, que são dezesseis em Santa Catarina e três senadores. Lamentavelmente, não tem nenhum presente. (Palmas.)

Aqui foi sugerido que apelássemos para um Poder: que é o Judiciário. Acho que devemos apelar para duas frentes, não só para o Judiciário, mas também para o poder político.

Quero parabenizar o deputado Darci de Matos pela iniciativa e sugerir que, para discutir o tema dessa audiência pública, seja formada uma comissão permanente, porque, como já foi dito, várias reuniões já foram feitas aqui em Joinville. A Câmara Municipal de Joinville já foi palco de várias reuniões. O deputado Edison Andrino, que foi um destaque nessa área, falou da emenda aprovada das Ilhas Oceânicas de sede-município. Parece-me que a emenda à Constituição foi de autoria do deputado e teve sucesso. Só que a maioria da população foi atingida, quem hoje habita a cidade marinha, a preamar e esse negócio todo.

Então, acho que deveria ser criada uma comissão permanente de vereadores para tratar deste assunto, um assunto premente aqui em Joinville. Está aqui o nosso secretário de Finanças e quero dizer que o povo também está sofrendo com a bitributação. Temos casos concretos, correto? Então, também cabe aos vereadores.

Também pode criar uma comissão permanente na Assembléia Legislativa e dos nossos deputados federais que são os principais envolvidos.

Para ser bem claro, puro e honesto com as nossas consciências, os tributos são aprovados pelas Câmaras de Vereadores, pelas Assembléias e pela Câmara dos Deputados. Essa é a verdade! (Palmas.)

Nós temos que ser realistas! Ninguém suporta mais a voracidade do Poder Executivo! Esta é a verdade! As famílias brasileiras não suportam mais serem sugadas diariamente! É tributo para tudo! O Brasil é campeão de tributos! Aliás, nós somos campeões em muita coisa, e em tributo, principalmente.

Falaram que um dia desses houve um movimento de louvável iniciativa, e parece que tem sessenta e poucos tributos. Isso é uma estupidez!

Agora, a culpa também é dos nossos parlamentares, porque quem aprova os tributos são os poderes legislativos, correto?

Eu acho que deve ser criada uma comissão permanente de vereadores para tratar deste assunto; uma estadual permanente, e que também sejam conclamados os nossos deputados federais para que criem ou façam alguma coisa, porque fazer reunião uma vez ou outra... Em que pese ser louvável e oportuna esta reunião, a verdade é que não se resolveu nada. Essa é a verdade.

Eu vou encerrar aqui. Não sei se foi o pai do nosso palestrante, doutor Adauto - que hoje está aposentado e foi um grande estudioso da matéria, e vossa excelência está dando seqüência -, num outro momento, acho que foi há seis anos, quando estava o deputado Edison Andrino na Câmara de Vereadores, que funcionava no Banco do Brasil, que citou um santo, acho que foi São Jorge. Vou dizer que quero apelar para São Jorge e todos os santos para resolver isso daí. Valeu gente!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, não poderia deixar de informar que foi publicado no jornal A Notícia e a imprensa catarinense, amplamente divulgou, que há quinze dias o deputado federal Paulo Roberto Bornhausen, o senador Raimundo Colombo e o deputado estadual Cesar Souza Júnior entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo. É isso, deputado Cesar Souza?

O deputado Cesar Souza está me informando que o deputado Paulo Bornhausen entrou com um pedido de informação para saber para onde está indo esse dinheiro específico da arrecadação dessas taxas.

Com a palavra o senhor Antônio Augusto Medeiros de Albuquerque.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE - Eu sou ex-gerente do Patrimônio do Rio Grande do Sul.

Eu quero parabenizar o deputado Darci de Matos e cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior, a quem reencontro aqui e quero felicitar-lo pela audiência pública da última semana.

Quero informar ao deputado que, com base naquela audiência pública, tomei a liberdade de transmitir a outros vereadores e a outros deputados do Rio Grande do Sul a sua preocupação. E passei o seu nome para que, juntos, promovam uma ação política, porque essa é uma ação política que precisa de união. Essa é uma ação política que sozinhos não venceremos.

Então, a classe política precisa se unir e nós, gaúchos e catarinenses, sabemos o que é lutar, somos de terras, por exemplo, onde passou Anita Garibaldi. Então, sabemos comprar brigas e conquistar vitórias.

Mais do que as questões jurídicas que já foram expostas e existem outras que não nos interessam mais, acho que estão muitas bem expostas.

Mas a cobrança que, daqui para frente, vou fazer é em cima da classe política, porque não admito - já falei isso no Tribunal Regional Federal, na tribuna, numa sustentação oral -, que num país democrata, um governo possa se apropriar da propriedade por um processo administrativo e que torna os proprietários, na voz do próprio Tribunal, "clandestinos".

Então, não vou admitir que uma pessoa que comprou o seu imóvel, que tem escritura e título registrado, seja chamado de "clandestino", como se fosse bandido. (Palmas.)

O Supremo Tribunal Federal, várias vezes, já decidiu que não é inconstitucional. Eu ainda não concordei com o Supremo e não vou concordar tão cedo, porque o Supremo (desculpe a ministra Ellen Gracie, quem conheço), muitas vezes, rende-se às pressões políticas. Isso não é bom!

Mas nós, que somos um País que está aprendendo a democracia, vamos ensinar que não é assim. Porque se hoje o governo pode se apropriar dos 33 metros, amanhã ele pode querer que sejam 100 metros. Eram 33 metros porque a maior bala de canhão percorria 33 metros. É verdade! Agora, hoje, uma bala de canhão percorre 50 quilômetros! São 50 quilômetros, de um navio.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Então, por favor, nós vamos construir a democracia neste país com a nossa luta, com a nossa cobrança na Justiça, e com a dos senhores também.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra para o nobre vereador José Cardozo, vice-líder do governo, de Joinville..

O SR. VEREADOR JOSÉ CARDOZO (Joinville/SC) - Boa-noite a todos. Presidente desta sessão, desta audiência pública, Darci de Matos, que conhece muito bem esta Casa - por dois mandatos foi vereador; vereador(sic) Kennedy; e demais autoridades que compõem a mesa.

Volto a falar algumas palavras do companheiro doutor Coelho Neto. Realmente, nesta Casa, já estou no segundo mandato (são sete anos,) e participei de várias audiências, vários debates.

Há pouco, estava conversando lá fora, antes de começar a audiência, e eu disse: esta será mais uma sessão para encher lingüiça (falando no português bem claro), ou vamos, de repente, sair com algumas propostas, idéias novas? E aqui foram sugeridas pelo público nesta audiência.

Olhando para o lado esquerdo, para essas pessoas mais sofridas: para os presidentes de associações de moradores, que aqui estão representando uma grande quantidade da população da nossa cidade; para os proprietários e comerciantes, que aqui também estão bem representados, pensei numa coisa - acompanhei a conversa do doutor Adauto, que falou (e o Coelho Neto também frisou): o Poder Judiciário tem força. Mas eu penso que a maior força está nas nossas mãos, políticos! Lá em Brasília, no Congresso.

Porém, por que não se faz isso hoje, neste mandato? Porque há quatro anos, quando o Lula foi eleito, era a voz do povo - defender o mais carente, dar emprego, acabar com a fome -, e teve dificuldade, em certos pontos, para administrar o País. Naquele governo, no primeiro mandato, tínhamos vários partidos de oposição.

O presidente da República tem o segundo grau, mas, inteligentemente, sabe o que faz - em alguns casos. Em muitos, ele diz: "Eu não sei de nada. O meu irmão Vavá foi pego como um lambari." Mas na verdade é um grande bagre ensaboado, porque aquele ali... "Meu irmão não sabia de nada! Eu não sei de nada!" Mas ele teve uma inteligência que poucos presidentes tiveram: acolheu os partidos políticos para o lado dele, que antes eram oposição. A maioria, no Congresso (*sic*), no Senado, diz amém, diz bênção, diz boa-noite. Diz: bênção, papai, agora eu vou dormir! É assim que acontece. Os partidos que eram contra, hoje são aliados!

Ai, perde o poder, Coelho Neto! Vai um projeto, muda uma lei dentro do Congresso (*sic*), ou do Senado, é a minoria que vota contra, porque têm três ou quatro partidos que são adversários! O resto, juntou-se tudo. Vão derrubar? Quem? Nós, aqui? Esqueçam!

O gaúcho, falou há pouco, aquela expressão de 1983, 1984 (coloquei um adesivo no meu carro e quase foi preso): "O Sul é o meu País." Eu trabalhava na Carrocerias Nilson, aqui em Joinville. Coitado de mim, nem sabia do que se tratava! Pararam o carro e mandaram arrancar o adesivo.

Aonde nós vamos parar? Um poder democrático, de liberdade? Que liberdade! Liberdade de passar a mão no bolso do povo e tirar dinheiro? De pagar a corrupção que aquele de lá... O dinheiro está vazando em tudo quanto é canto! É parente, não é parente, é amigo, são os mais próximos... cria setecentos e poucos empregos e dá um aumento de 150% - agora, no mês passado!

Claro! Eu vou pegar a taxa de R\$ 10 mil da Petisqueira Pinheiro, vou pegar mais R\$ 10 mil aqui... Lógico, vai para aquele bolão; dá para pagar todo mundo! E 10% descontado na folha de pagamento para o partido, que é descontado, porque ainda tem um cargo de confiança! É para ir ao partido mais rico.

E vem pregar demagogia, para enganar o povo. É a frase que ele diz - escondido, nos bastidores: "Não faça o que eu fiz." Agora ele está no poder! "Faça o que mando fazer, porque eu boto na lei para vocês fazerem." Lá atrás, ele pregava outra coisa: "Vamos para a greve, vamos protestar, vamos quebrar!" Agora ele olha para baixo: "Opa, não faça mais isso! Eu ensinei, mas não faça contra mim." Isso é uma realidade!

O Brasil é um elefante grande! Aonde ele vai, vai sozinho; é o povo que toca este país! Perdeu o comando, perdeu a autoridade, não tem mais domínio.

Por isso, senhores, nós estamos aqui. Eu tinha duas reuniões, mas fiquei aqui para falar que sempre fui companheiro dessas audiências públicas quando defendem aquele pequeno pescador que tem em Joinville, que sobrevive daquele pequeno, daquele quilo de peixe que pega todo dia. Mas vamos continuar a ter fé. Fé! Por que depender de lá? *Tchu, tchu*. (Falou como sinônimo de negativa. Não encontrei em lugar algum!)

Boa-noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Vamos ouvir o vereador Lauro Kalfels; depois temos inscrito o Dejalma, do Morro do Amaral; e...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Pois não, então. Pois não, enquanto o vereador Lauro...

O SR. MAURÍCIO MARCOS BRITO - Eu só quero perguntar aos representantes que estão aqui, inclusive da própria Prefeitura de Joinville, se é verdadeiro - e o porquê, se for verdadeiro - que não se procede com uma ação, através do Ministério Público, para favorecer aquelas pessoas que infelizmente não têm poder aquisitivo.

A pergunta: verdadeira ou não - se existe na Prefeitura de Joinville, hoje, através de uma ação contra a União, a tutela antecipada para que ela não tenha mais a necessidade de pagar o laudêmio?

(*Intervenção inteligível.*)

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Inaudível...temos uma procuradora no município, a doutora Diva."*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Ah, pois não.

A SRA. PROCURADORA DIVA MARA SCHLINDWEIN - Joinville, em 2002, entrou com uma ação, porque também do município eles cobram o laudêmio, o foro, e nós temos uma tutela antecipada para não cobrar, reconhecendo o dote. Inclusive a ação está à disposição para os interessados que querem utilizar a perícia que foi lá desenvolvida, acrescentando o dote de mil no.... é... oitocentos e quarenta e três para os dias atuais. Uma perícia muito cara, o município pagou R\$ 25 mil para realizá-la. Obviamente, nenhum dos municípios terá condições de pagar, ou muito pouco deles. Então, essa prova pode ser utilizada emprestada, e o município realmente tem uma tutela impedindo a cobrança dos imóveis que estão em nome do município de Joinville, mas que já é um grande passo.

Justamente, foi feita essa ação, na época, no intuito de tentar pressionar para alguma outra mudança. A (*inaudível*) se coloca à disposição para qualquer outra informação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito obrigado pela presença e pela colaboração.

Passo a palavra ao doutor Carlos Adauto Vieira, objetivamente.

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Eu só quero dizer o seguinte: diversas pessoas me perguntaram aqui, hoje, por que não se faz uma ação coletiva, uma ação popular etc., para evitar isso aí. Trata-se do Direito Privado; é um direito só das pessoas que são proprietárias em terras de marinha. Então, não abrange todas as pessoas. E isso nos impede de fazer uma ação para toda a comunidade, por exemplo, de Joinville, ou para todos os brasileiros. Mas isso não impede que se façam grupos de pessoas com a mesma condição, e esses grupos de pessoas acionem, assim, a União Federal. Só para complementar a doutora Diva.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Concedo a palavra ao deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Eu só gostaria de dizer que há essa condição jurídica, aqui na região de Joinville, de se fazer a exclusão total em razão dos argumentos apresentados, aqui brilhantemente, pelo doutor.

Para aqueles que se interessarem nisso, nós temos o nosso site, na Internet - www.cesarsouzajunior.com.br: uma ação já preparada, pronta, para aqueles que quiserem ingressar na Justiça, já com os argumentos determinados.

O deputado Darci de Matos também vai colocar no site, e o deputado Kennedy, assim que tiver site, também vai colocar à disposição dos amigos essas ações, para que possam entrar individualmente.

(*O senhor Maurício Marcos Brito manifesta-se fora do microfone: "Inaudível. Por que não é possível, através da prefeitura, com o Ministério Público, uma ação contra o governo representando as pessoas sem poder aquisitivo? Porque mesmo elas sendo proprietárias (inaudível), da posse do terreno, no caso, às vezes (inaudível) não têm condições financeiras, e a Justiça, acredito eu, não vai ser condizente nem muito mesmo ser gratuita com essas pessoas?"*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Por gentileza, doutor Carlos, o senhor pode esclarecer?

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Eu só queria explicar que a prefeitura municipal não tem legitimidade para representar interesses privados. Nesse caso, não caberia. O que existe, sim, é um pedido de Justiça gratuita. As pessoas que não têm condições de contratar um advogado podem se dirigir ao fórum municipal, à sede da OAB, e requerer um advogado pago pelo Estado. Então, elas não terão o ônus dos honorários advocatícios. Mas a representação direta, pela prefeitura, não seria possível.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito bem.

A SRA. PROCURADORA DIVA MARA SCHLINDWEIN - O Ministério Público também não tem legitimidade porque é um interesse privado, é um interesse de defesa só dos que têm propriedade.

Com relação à assistência judiciária, ela está sendo realizada através de um convênio que foi realizado com a OAB e com o Município de Joinville, diretamente na Secretaria do Bem-Estar Social. O atendimento é das 8h às 14h, e está à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Agora, com as minhas desculpas, vamos ouvir o vereador Lauro Kalfels.

O SR. VEREADOR LAURO KALFELS (Joinville/SC) - Excelentíssimo deputado Darci de Matos, presidente desta brilhante sessão; deputado Cesar Souza Júnior; deputado Kennedy Nunes; doutor Carlos Adauto, que hoje nos deu uma aula jurídica; procurador Samuel Mattos; senhores vereadores; demais autoridades; senhores da imprensa; público presente. Infelizmente estão ausentes dois vereadores do partido do governo Lula, que normalmente não faltam nas reuniões, e hoje era do interesse deles.

Senhor presidente, confesso que realmente estou preocupado com a desqualificação, o despreparo, o desrespeito deste governo que está instalado com relação ao cidadão brasileiro. Nós tivemos experiências desagradáveis no primeiro mandato do governo com pessoas desqualificadas, mas que tinham profissionalismo em carregar dinheiro nas roupas íntimas, profissionalismo em fazer o "mensalão" para aprofundar todos os seus interesses do plano de governo, e que agora, com certeza, colocarão em prática, secretário Nelson, que neste momento representa o prefeito.

O doutor Coelho Neto colocou com muita propriedade que está apelando a todos os santos brasileiros para que nos protejam. Só que os santos brasileiros estão assustados com a crise do apagão aéreo. E a Marta Suplicy relaxou e assustou os nossos santos. Eles estão realmente abismados com o que estão vendo na nossa Terra.

Agora, senhor presidente Darci, isto não é surpresa para ninguém! Meu representante e vereador Zulmar, o plano de governo está definido, e se preparem nesses quatro anos. Nós precisamos de uma ação imediata e nos preparar, porque hoje os opositores estão no governo. Hoje, aquelas manifestações feitas durante 25 anos, aqueles manifestos, hoje eles estão todos calados. E nós, que éramos situação, não nos preparamos para ser oposição.

Hoje nós temos que nos preparar, como falou o doutor Coelho Neto, nos mobilizar, juntamente com a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, e ir até o Congresso, em Brasília, para defender, porque senão eles vão governar com liberdade e vão acabar com o nosso País. Essa é a grande verdade. Preocupa, sim, como cidadão brasileiro. Nós sabemos que aqui tem pessoas que dispõem de um terreno e que precisam para a sobrevivência, senhor presidente.

Agora, a questão da Petisqueira Pinheiro, eu conheço - é meu amigo, o seu Osmar. De mil para nove mil, isso é um absurdo! Isso é um absurdo, isso é um roubo ao vivo! E realmente precisamos nos mobilizar, fazer uma ação concreta e partir em caminhada, ou marcha, a Brasília, para defender o interesse da nação brasileira, porque senão...

Eles estão preparados para governar, e tem uma coisa: eles podem, vereador Cardozo (já se ausentou), não ter curso superior. Agora, mexer com o dinheiro, eles são preparados e são professores.

Muito obrigado, senhor presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Peço a quem for se pronunciar que seja objetivo, se puder, para que nós possamos passar para as conclusões e encerrar.

Neste momento, vamos ouvir o senhor Dejalma Borba, representante do Morro do Amaral.

O SR. DEJALMA BORBA - Boa-noite a todos. Foi muito importante, Darci, você trazer esta audiência pública para Joinville, porque, realmente, o nosso governo federal está nos induzindo a sermos corruptos também. Eu vou explicar para vocês.

E aqueles proprietários com direito adquirido que não foram ao SPU? Jamais irão, com certeza! Eles não vão! Tanto é que o Darci sabe da minha luta para levar todos ao SPU, para serem beneficiados, terem um documento.

Hoje, nós temos dúvida quanto a isso! Como pode, um pai de família que ganha R\$ 380,00, R\$ 350,00, R\$ 400,00 por mês! O Darci sabe da luta do pescador. Nós temos um caso em que, no ano passado, ele pagou R\$ 65,00; este ano, veio R\$ 280,00! E no ano que vem? Como vai ficar?

Então, este governo não é um governo sério! Não é, não. Não é, porque ele pregou o social explorando o imobiliário, pois se montou, lá, uma imobiliária. Poderíamos chamar de quê? "Imobiliária Palácio Federal."

Eu acho que eles estão brincando de ter poder. E isso é muito perigoso, porque o povo está alerta. O povo não é mais bobo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Pois não. A vereadora Dalila pode se dirigir à tribuna.

Vamos ouvir, rapidamente...

O SR. MAURÍLIO JOSÉ DOS SANTOS - Eu gostaria de agradecer a oportunidade ao senhor Darci de Matos e, em nome da comunidade Vigorelli, eu queria saber da nossa situação lá. Vocês falaram muito em bitributos, em SPU, mas tem muita gente lá que quer legalizar, como falou um gaúcho ali, para não serem chamados de clandestinos ou invasores. Nós queremos pagar a legalização de lá, porque, para se ter uma idéia, nem energia elétrica temos lá. Então, nós queremos pagar para termos direitos.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Isso, é. Pagar por uma benfeitoria, pela energia elétrica.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Os direitos humanos, né?")

É, os direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Melhorias, entendo.

O SR. MAURÍLIO JOSÉ DOS SANTOS - É, eu estou aqui em nome da nossa associação...

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito bem.

O SR. MAURÍLIO JOSÉ DOS SANTOS - ...porque o nosso presidente está lá no fundo e até agora não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Ah, o Mauro está aí. Muito bem.

O SR. MAURÍLIO JOSÉ DOS SANTOS - Então, eu, como membro da associação, eu queria saber alguma coisa, porque até agora eu não sei... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito bem, muito bem.

Todos nós, o deputado Kennedy, a Câmara de Vereadores, todos nós joinvilenses, temos um grande carinho pela Vigorelli, porque a Vigorelli é a única praia joinvilense - praia do trabalhador. Obrigado pela presença.

Esta interrogação, esta pergunta difícil, que foi feita - como está a situação das terras da Vigorelli -, eu gostaria que a procuradora do município pudesse responder.

A SRA. PROCURADORA DIVA MARA SCHLINDWEIN - Especial, porque é uma área de preservação permanente. O município vem respondendo a uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, em que foi concedida uma liminar proibindo o município de levar qualquer benfeitoria, inclusive impedindo qualquer nova ocupação.

Então, infelizmente, o município encontra-se impedido de levar qualquer benfeitoria - água, luz -, de autorizar. Inclusive, a Celesc está proibida de autorizar novas ligações de luz por força dessa liminar nessa ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal de Joinville.

(O senhor Edson Francisco, da plenária, manifesta-se fora do microfone: "Inaudível. E sobre o uso para todos? Só porque não tem documento.. Inaudível.")

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Bem, eu arrisco... Exatamente. Eu arrisco a dizer (não sei se os demais concordam) que com o andamento das obras da Costa do Encanto, que vai passar pela Vigorelli, nós poderíamos buscar - e vamos tentar - um caminho de um Termo de Ajuste de Conduta, com a participação dos moradores, que são os atores mais importantes de lá. (Palmas.) Os moradores, com a participação da Prefeitura, com a participação do governo do Estado, dos órgãos ambientais e do Ministério Público. Quer dizer, fariamos um Termo de Ajuste de Conduta, que significa o quê? Um grande acordo, um grande entendimento. Agora, com a participação dos moradores! Forasteiros, que estão indo para a Vigorelli a fim de especular, vocês não podem aceitar. Os nativos, aqueles que estão lá preservando!

Essa é a nossa sugestão e esse é o caminho que devemos, não é deputado Kennedy? Com o apoio da Câmara de Vereadores, com a Prefeitura, devemos trilhar esse caminho.

Então, com a palavra, a vereadora Dalila. (Palmas.)

A SRA. VEREADORA DALILA ROSA LEAL (Joinville/SC) - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar o doutor Corona, representando o nosso prefeito; o doutor Carlos Adauto, que é um sábio nessa questão - foi muito boa sua apresentação nesta noite, muito didática, de fácil compreensão. Saúdo o deputado Cesar Júnior; o nosso deputado Kennedy Nunes; o doutor Zulmar, meu companheiro de mesa; o doutor Samuel, procurador da Fazenda Nacional; e também o nosso deputado Darci de Matos, proponente desta audiência pública, que tem trabalhado muito. Temos acompanhado o seu trabalho, que deixou a sua marca nesta Casa em que estamos neste momento.

Quero dizer que, nesta noite, eu não poderia me furtar de vir falar aqui na frente, porque, se o meu pai não estivesse doente, ele estaria aqui junto com vocês, pois também estamos passando pelo mesmo problema e pela mesma situação, embora ele possua uma escritura pública. Mas nós estamos passando, e muitas das nossas vizinhanças, que moram perto, e que estão aqui presentes, também passam pelo mesmo problema.

Por isso, estamos acompanhando isso há muito tempo. Várias vezes, tenho ido a Florianópolis tentar resolver, muitas vezes isentar aquelas pessoas que recebem até três salários mínimos e que podem ficar isentas da taxa. Mas isso não justifica, isso não paga.

Então, o que mais nos deixa triste é que quando a gente vê um governo que se propõe a ajudar... quer dizer que ele ajuda um lado e tira do outro. "Eu vou ajudar, mas alguém vai ter que pagar esse preço." E é isto que estamos pagando, é isto que estão fazendo conosco, porque dão de um lado e tiram do outro. Mas só que estão tirando e também não estão olhando de quem estão tirando! Eles põem tudo numa vala só e administram assim mesmo.

Então, a nossa preocupação - e o que eu quero propor -, deputado Darci, é que, como foi falado aqui, se a gente for entrar na Justiça individualmente, muita gente, tenho certeza (como o meu pai, citando seu exemplo), não poderá fazer isso porque não tem dinheiro para pagar um bom advogado. Como podemos fazer? Assim, a minha sugestão é se criar uma associação em defesa das terras da marinha, e dentro dessa associação buscar as pessoas, para que se entre na Justiça, então, todos, de uma forma comum.

Essa é a minha sugestão que estou propondo aqui e gostaria que vocês vissem a possibilidade da legalidade, se isso é possível ou não, porque é uma maneira de a gente se unir e buscar o entendimento, pois não agüentamos mais! Nós não agüentamos mais. Nós já estamos sofrendo isso há muito tempo! Tem gente, senhores, que não está dormindo mais! Porque é gente honesta, gente que paga os seus impostos, as suas prestações e tudo mais. Não está conseguindo dormir! E nós sabemos que, como o meu pai, muita gente se sacrificou para conseguir uma propriedade, que hoje pode sumir de suas mãos, sumir da face da terra, como se diz. Então, precisamos nos unir para achar uma maneira de ajudar as pessoas que não têm condições de pagar um bom advogado; que façamos uma associação. Vamos buscar essa força para acabar com esse sofrimento que estamos passando.

Obrigada, senhor presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Não havendo mais nenhuma inscrição, vamos ouvir o representante da Fazenda nacional, o doutor Samuel Mattos. Posteriormente, o deputado Kennedy e o deputado Cesar Souza Júnior, para as suas considerações finais.

O SR. PROCURADOR SAMUEL MATTOS - Boa-noite.

Ao cumprimentar o deputado Darci de Matos, cumprimento os demais membros da mesa e toda a comunidade aqui reunida.

Existe dentro do Direito uma determinada visão que trata de um fenômeno que ocorreu anteriormente a uma norma posta. Esse fenômeno se intitula política jurídica. Então, existem dois ângulos para analisar o direito, o direito posto, o direito colocado, uma lei vigente e, portanto, obrigatória de quem a ela se vincula, e outro momento, que é um momento anterior à lei.

Eu acho que neste momento, deputados, dignas autoridades e comunidade aqui presente, vivemos um momento pré-norma. É um momento antes da norma. É paradoxal, porque é um momento antes da norma mas discute norma legal. Este é o fenômeno.

Então, como dizia o professor Osvaldo Melo em um curso de pós-graduação, o político tem que estar permanentemente ligado aos anseios, à consciência jurídica da sociedade. E este fórum, senhores, é para isso, é para ouvir o reclamo daqueles destinatários da norma.

Aqui estão os verdadeiros destinatários das normas, mas quais normas? A que normas estamos vinculados? O ordenamento jurídico, como falou a vereadora e podemos falar também de forma mais complexa, de assuntos complexos e de fácil compreensão. Ordenamento jurídico, um palavrão que a maioria acha que é coisa para doutos. Não, ordenamento jurídico é a ordem legal, a ordem da legislação, a ordem das normas vigentes em um país, em um estado ou em um município. Falando de país, são as normas jurídicas que regem as várias facetas de uma nação.

Como norma maior, o que já foi ventilado aqui anteriormente, temos uma constituição. Temos normas da Constituição que são regras e temos normas da Constituição que são princípios. Vimos aqui alguns palestrantes falarem sobre princípios, princípio do contraditório, princípio da ampla defesa, princípio da dignidade da pessoa humana, digo eu, princípio da justiça social, sim, que está esparramado em vários pontos da Constituição, direito a uma existência, a uma vida digna, que é um direito fundamental que atravessa os povos e o mundo todo.

Neste momento, discute-se um direito fundamental à vida digna, que cada pessoa possa ter o mínimo de dignidade de vida. Então, é nesse sentido que eu gostaria de me manifestar.

Evidentemente que quando é convidado um órgão como a Procuradoria da Fazenda Nacional, que é um órgão jurídico por excelência, por força das funções que exerce ele tem que cumprir um outro princípio, que é o princípio da legalidade. Os procuradores da Fazenda Nacional e a administração pública da União, do Estado e dos municípios têm de estar cingidos, em todos os seus atos, pelo princípio da legalidade, que é um princípio da democracia. Aqueles que ascendem a um cargo público, seja no Poder Legislativo, no Executivo ou no Judiciário, têm que estar sempre pautados pelo princípio da legalidade. Quer dizer, só pode fazer aquilo que a lei determina, e deve fazer aquilo que a lei determina.

Muito bem, esse ordenamento jurídico está estruturado, no topo superior, por uma constituição, que em determinado momento é elaborada e colocada em prática. Posteriormente, a essa constituição, tem uma série de normas que a ela se vinculam, e é nesse ponto que gostaria de deixar aqui o meu questionamento e a minha sugestão.

Falou muito bem o advogado que se pronunciou aqui sobre a Constituição de 1946, que diz em um de seus dispositivos que são terras da União, dentre outras. A Constituição de 1988, no seu artigo 20, diz que são terras da União as terras de marinha e seus acrescidos. E o que são terras de marinha? A Constituição não qualifica as terras de marinha. Tem uma norma de 1946, o Decreto 9.960, recepcionado, portanto, pela Constituição, exatamente nesse aspecto, que vai exatamente dizer o que são terras de marinha. Não sou eu, como procurador, não é o vereador, não é ninguém que vai dizer que não é terra de marinha. É terra de marinha, o ordenamento jurídico está aí colocado, está historicamente constituído. Então, estamos perante um impasse.

E as pessoas que estão envolvidas com terras de marinha? Vem uma lei e diz que essas pessoas têm que pagar uma taxa de ocupação; já o Decreto 9.960 e a Lei 9.368, de 1998, vêm normatizar essa matéria.

Muito bem, o deputado federal Edison Andrino fez um encaminhamento no Congresso Nacional e alterou o dispositivo da Constituição no que diz respeito à parte das terras que estão no interior das ilhas, como é o caso de Florianópolis, São Luís e outras mais. Ficou pendente. E aí, deputado, eu queria também fazer um encaminhamento de ordem mais prática. Se eu tivesse sido convidado para esta reunião com mais antecedência, teria feito uma pesquisa no site do Congresso Nacional. É possível que tenha algum projeto de emenda constitucional exatamente para alterar esse dispositivo, o inciso VII do artigo 20 da Constituição, que seria uma PEC. Não vejo outra saída para resolver a situação de todo o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o extremo norte. É uma questão de mobilidade política.

Parece-me que esse anseio da sociedade, essa consciência jurídica a que se espelha só pode ter uma solução definitiva se for alterado o artigo 20, inciso VII, da Constituição, que tira da titularidade da União as terras de marinha. No mais, evidentemente que vão pulverizar os tribunais de ações, vão nos dar muito trabalho. Pelo princípio da legalidade e pelo estrito dever do cumprimento das nossas atribuições, temos que defender, muitas vezes, as duras penas. E as normas, realmente, vão se tornando injustas com o tempo. Muitas normas são injustas e os advogados têm que defender a situação dos seus clientes.

Então, o encaminhamento é mais de ordem política do que de ordem técnica, porque os advogados estão aí para operar, a OAB está aí com a sua advocacia gratuita e com os seus advogados gratuitos para aqueles que não têm condições.

Tenho aqui alguns pontos, mas não gostaria de tocar porque me parece que essa questão é relevante nesse sentido que acabo de colocar, ao menos a meu ver.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Muito obrigado.

Nós temos aqui alguns encaminhamentos: o doutor João Norberto Coelho Neto propôs que a Câmara de Vereadores crie uma comissão permanente para tratar da questão terras de marinha (fica aqui a sugestão) e a Assembléia Legislativa crie uma frente parlamentar ou uma comissão especial, proposição que vamos tratar com o deputado Cesar Souza Júnior; o senhor Antônio Augusto Medeiros de Albuquerque entende que deveríamos fazer uma atuação política e jurídica (parece-me que isso é consenso), política para alterar a lei, sensibilizar os deputados e senadores, e jurídica porque, como foi dito aqui pelo deputado Cesar Souza Júnior, o STJ e o STF já tomaram várias decisões contrárias a esse ordenamento jurídico que está aí posto, favorável aos proprietários; o Marino pede uma solução para as terras da Praia do Vigorelli - incumbe à Câmara e à Assembléia tratar desse assunto, deputado Kennedy, e achamos que o caminho é esse grande ajuste de conduta daqui a alguns meses, quando andar a Costa do Encanto; o senhor Djalma solicita uma solução para as terras do Morro do Amaral, porque os moradores não podem ligar a luz e não têm condições de conseguir alvará para construção - está aí mais uma tarefa para os vereadores e os deputados de Joinville; a vereadora Dalila sugere que seja criada uma associação de proprietários de terras de marinha, que já existe em Florianópolis, criada pelo deputado Edison Andrino, mas podemos trazer um braço para Joinville ou criar uma, e qualquer um de nós, qualquer cidadão pode tomar essa iniciativa.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Em Joinville?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Sim".)

Então, é preciso fazer contato com essa associação. Ela precisa aparecer um pouco mais, estar presente.

Para concluir, vamos ouvir as considerações finais do deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Darci, eu fiz algumas anotações e a Vereadora Dalila falou uma coisa que também pode causar dúvidas nas pessoas que estão aqui ou que nos acompanham pela TV Câmara, que é sobre as pessoas não terem dinheiro para pagar advogado.

Está bem claro aqui que não é possível fazer uma ação conjunta. Tem que ser individual. A norma é a seguinte: cada um por si e Deus por todos.

No site do Deputado Cesar Souza Júnior e a partir de amanhã no site do deputado Darci vai ter a ação pronta, é só colocar o nome do cidadão e alguns dados pessoais. Feito isso, nem advogado precisa para ingressar na Justiça Federal. Pode ir lá e ingressar.

Então, lembrem-se de uma frase: agora é cada um por si e Deus por todos. Aqueles que não forem por si não terão condições de sair. Agora, essa é uma ação para já, para não pagar esse aumento, ainda mais com essa tese do doutor Carlos, que é a questão do (inaudível).

Deputado Cesar, para entrar na Justiça tem que pagar a primeira parcela, é isso?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - A questão é a seguinte: a orientação é que as pessoas, quando forem entrar com essas ações, efetuem o pagamento. É uma ação de consignação, paga-se uma parte, conforme o valor do ano passado, para não ficar *in mora*.

Então, o fundamento dessa ação é este: você entra com a ação contestando o valor e paga a parcela referente ao ano passado, assim não fica *in mora* com a União e contesta, até porque, para fazer o recurso administrativo, muitas vezes já venceu uma parcela.

No seu caso, aumentou de quanto para quanto?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "De mil para nove mil".)

De mil para nove mil. A sua parcela do ano passado era R\$ 100,00. Este ano, o valor de uma parcela é o valor do ano passado inteiro. Por isso que essas ações se fundamentam no pagamento relativo ao valor do ano passado.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Ele paga a parcela do ano passado ou do atual?")

Ele paga o valor da parcela do ano passado e contesta os valores emitidos este ano.

(O senhor Valdir Tavares Vieira, da plenária, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ESTER PEREIRA ALVES - Por favor, deputado, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Pois não!

A SRA. ESTER PEREIRA ALVES - Acompanhando a fala do nobre deputado Kennedy Nunes, quando fala cada um por si, vejo que temos que pedir aos deputados federais, às autoridades federais, que se comprometam, porque sendo cada um por si não vai dar para resolver, como já foi provado. Então eu vejo que as autoridades federais têm, sim, que se comprometer nessa questão.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Dona Ester, a expressão cada um por si e Deus por todos não é com relação a nós, é que eu não posso entrar pela senhora. Então a senhora, como proprietária do terreno ou da casa, tem que entrar. A nossa parte é a questão política, é fazer o que estamos fazendo aqui, o que o deputado Cesar Souza já fez ao entrar com uma ADIn no Supremo. Ou seja, a parte política, nós estamos fazendo. Agora, a expressão é no sentido de que não podemos fazer um grupo de pessoas para entrar na Justiça, tem que ser cada proprietário por si buscando ajuda na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Vamos ouvir rapidamente o doutor Carlos Adauto Vieira sobre as duas interrogações, a do senhor Osmar e a do senhor que está lá atrás.

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Eu só queria dizer que essa opção que o deputado Cesar Souza apresentou está correta, só que a pessoa não precisa pagar a prestação agora se entrar na Justiça.

Vocês estão falando da prestação de um vencimento anual, estão entendendo? Vocês não vão discutir a prestação ou o valor simplesmente, mas a legalidade da cobrança, se vocês precisam ou não pagar essa taxa. (Palmas.) Então isso autoriza vocês... Mas tem que se mexer. A pessoa não pode engavetar o carnê e simplesmente não pagar, tem que querer que o juízo suste essa cobrança.

Alguns clientes meus, por exemplo, disseram assim: "Doutor, por prudência, o senhor acha que eu deveria depositar esse dinheiro numa poupança, mesmo com a liminar?" Se a pessoa quiser, ela pode fazer, mas acho desnecessário, por exemplo, fazer uma consignação em pagamento. Você está tratando de uma anuidade. Você pode, então, pagar essas prestações acumuladas mais tarde. Agora, a discussão não é simplesmente pelo reajuste que houve. Isso é um ponto. Existe uma ilegalidade em todo o processo demarcatório. Ou algum de vocês aqui foi notificado do processo? Ou algum de vocês aqui se manifestou com relação a essa demarcação, se o terreno de vocês é ou não é terra de marinha? Quem se manifestou, é outra história! Agora, se vocês não foram intimados pessoalmente a se manifestar, a cobrança integral é totalmente ilegal.

Então, no meu entendimento, a pessoa não pode ficar com o carnê na gaveta. Não façam essa burrice, porque aí virá uma execução fiscal. A pessoa tem, sim, que procurar os seus direitos, e não precisa adiantar a primeira parcela. Essa seria a minha orientação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, para as suas conclusões.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Para corrigir a informação, o pagamento acontece, como aconteceu em dois casos esta semana em Florianópolis, quando a decisão do juiz de primeiro grau é contrária. Isso aconteceu e pode acontecer, porque a Justiça depende do fundamento de cada um. Então, na entrada, não paga nada, mas caso haja uma decisão contrária na primeira instância, aí, por prudência, o pagamento relativo ao ano passado, ficou bem claro. Na primeira entrada, como o doutor colocou aqui, realmente é dispensado qualquer tipo de pagamento, até porque decisões no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça têm sido favoráveis na contestação dos aumentos e em várias teses apresentadas na contestação da própria origem da cobrança.

Eu gostaria de cumprimentar o deputado Darci de Matos pela proposição; o deputado Kennedy pela participação e de deixar aqui um depoimento: os deputados que lá na Assembléia Legislativa defendem a cidade de Joinville, agem em conjunto quando os interesses são da cidade, acho que é um ato de grandeza.

Deputado Kennedy e deputado Darci, acima das posições partidárias está a cidade, estão as pessoas. Quando dois deputados de correntes distintas se unem numa mesma luta, têm que ser louvados, têm que ser cumprimentados.

Sem dúvida, a ação legislativa será fundamental. Isso só vai mudar em Brasília, mas enquanto isso não acontecer, resta-nos atacar juridicamente a questão, atacar na Justiça, já que a intenção da União é apenas arrecadar em cima do cidadão.

Acho que aqui começa a destruição dessa taxa, que é uma excrescência, não serve para nada além de ser mais um subterfúgio jurídico da União para meter a mão no bolso do cidadão sem oferecer nada em troca.

Muito obrigado a todos.

Parabéns e até a próxima oportunidade. (Palmas.)

O SR. DEJALMA BORBA - Só uma pergunta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Pois não.

O SR. DEJALMA BORBA - E se no ano que vem ocorrer o mesmo caso deste ano?

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Esta é uma posição pessimista. Possível, mas pessimista!

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Se houver já uma decisão judicial, ela não vale para um ano. A decisão é pela cobrança. Eu tenho ações lá no escritório de quatro ou cinco anos atrás e as pessoas que têm essa liminar não pagam nada, e com o respaldo da Justiça. Elas não estão cometendo nenhuma ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Doutor Carlos, parece-me que já existe ação de execução por parte da Fazenda. Nesse caso, para entrar com embargo à declaração teria que depositar bens e garantias, é isso?

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Quer dizer, se alguém que está aqui presente ou nos acompanhando pela TV estiver sendo executado pela Fazenda Nacional, para contestar, para entrar com embargos à declaração... É isso, doutor Carlos?

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Embargos à execução.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Embargos à execução. Nesse caso, terá que depositar bens e garantias.

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - O depósito é feito de uma maneira simples. Isso não quer dizer que você tem que ir lá e dar algum bem. Você só oferece. Vamos dizer que seja um automóvel, você fica utilizando sem problema nenhum, só que tem que garantir o valor da dívida. Mas só no caso de já haver uma execução fiscal, que é um segundo passo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Pois não, Mauro.

O SR. MAURO LUIZ ARAÚJO - Quanto ao nosso caso, os moradores da Vigorelli, que não receberam nenhum tipo de bloqueto para pagamento, poderíamos também entrar com essa ação?

O SR. CARLOS ADAUTO VIEIRA - Não precisa.

O SR. MAURO LUIZ ARAÚJO - Porque o pessoal ficou na dúvida aqui.

Então quer dizer que no nosso caso a gente não se engaja a essa causa, apenas aquela que o deputado colocou.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Mauro, pode me corrigir, as terras da Vigorelli, teoricamente, são terras do governo. Vocês estão morando lá sem pagar taxa. Se vocês vão dar essa ajuda para o governo, vai continuar sendo terra do governo. Então, nesse momento, acho melhor deixar assim.

O SR. MAURO LUIZ ARAÚJO - Continua área de ocupação...

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Exatamente! Até nós tentarmos promover esse grande ajuste de conduta.

O SR. MAURO LUIZ ARAÚJO - Inclusive, eu não me manifestei antes porque não vi ninguém representando o SPU.

O SR. ROBERTO NICKLER - Só uma pergunta, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Pois não.

O SR. ROBERTO NICKLER - Boa-noite. Gostaria de parabenizar a mesa por este ato.

Acompanho há muitos anos esse episódio. Venho sofrendo com essa tributação. Só gostaria de fazer uma pergunta ao advogado.

Pelo que sei, estou sendo executado e não recebi a intimação, entrei com uma ação judicial e tudo mais. Há algum problema de eu perder o imóvel?

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - O doutor Carlos vai fazer uma consulta individual de graça. O senhor pode vir aqui e conversar com ele.

O SR. ROBERTO NICKLER - É que eu gostaria que isso ficasse mais objetivo, que terminasse, porque há oito anos estamos nisso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - O senhor pode vir aqui.

O SR. ROBERTO NICKLER - Obrigado.

O SR. EDISON FRANCISCO - Quero falar rapidamente. Desculpem tomar o tempo de vocês.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - Rapidamente, pois estamos encerrando.

O SR. EDISON FRANCISCO - É fácil falar de coisas bonitas, falar de movimentação, de tudo que vocês falaram aí, mas quando tem uma lei dizendo que você não pode construir dentro de um terreno que é do governo... Mas a cobertura da minha casa está caindo e tem casa que não tem nem saneamento básico. É claro que é fácil dormir numa casa bem colocada, é fácil ter uma família bem-sucedida, mas nós, como ficamos? E se um dia a cobertura da minha casa cair e matar alguém, vão fazer alguma coisa?

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - É questão de uma legislação federal absurda, da qual discordamos.

O SR. EDISON FRANCISCO - Falta de as pessoas se mexerem!

O SR. PRESIDENTE (deputado Darci de Matos) - É, infelizmente!

Gostaria de agradecer a todos pela presença.

Um grande abraço! (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO DARCI DE MATOS

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARA DISCUTIR OS PROJETOS DE LEI NºS 0002.3/07, 0003.4/07, 0004.5/07 E 0005.6/07, QUE TRATAM DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E BIOCOMBUSTÍVEL, REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2007, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Carla Greco Granato) - Senhoras e senhores, boa-tarde.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através da Comissão de Constituição e Justiça, que tem como presidente o deputado Romildo Titon, realiza esta audiência pública em Abelardo Luz para discutir os Projetos de Lei nºs 2.3/2007, 3.4/2007, 4.5/2007 e 5.6/2007, que tratam de energias renováveis e biocombustível, por solicitação do deputado Pedro Uczai, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Neste momento, chamamos para compor a mesa as seguintes autoridades: deputado Pedro Uczai, membro da Comissão de Constituição e Justiça; deputado federal Cláudio Vignatti; senhor Nerci Santin, prefeito de Abelardo Luz; senhor Dilmar Antônio Fantinelli, vice-prefeito de Abelardo Luz; vereadora Marlene Piccinin, presidente da Câmara de Vereadores de Abelardo Luz; vereador Joel José Tomazi, de Abelardo Luz; senhor Claudir Fávero, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abelardo Luz; e senhora Fernanda Tomazzi, representando a Via Campesina.

Passamos agora a palavra ao deputado Pedro Uczai, que presidirá os trabalhos nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Boa-tarde a todos e a todas, aos técnicos, às lideranças dos movimentos, aos diferentes setores que participam, aos pesquisadores, às lideranças políticas. Em nome da Assembléia Legislativa, sejam bem-vindos a esta audiência pública.

Quero registrar a presença do senhor Ademir Soligo, gerente de Desenvolvimento Econômico e Agricultura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Xanxerê; do senhor Ademar Trentin, secretário municipal de Agricultura de Abelardo Luz; do senhor Nerci Pilon, representando os municípios de Novo Horizonte e São Lourenço do Oeste; do senhor Edgar Vizolli, secretário municipal de Agricultura de Ipuacu; do senhor vereador Ademir Sacht, do município de Xaxim; do senhor vereador Rodimar Ceron, do município de Ipuacu; do senhor Volmir Felipe, secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Vargeão; da representação do Colégio Estadual Semente da Conquista; do senhor Francisco Giordan, representando a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco); do senhor vereador Armindo Andreis, do município de Abelardo Luz; do senhor Marcos Pasin, representando a Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes; do senhor vereador Carlos de Sennes Pinto, do município de Abelardo Luz; do senhor Nilson Manzke, gerente regional da Epagri de Xanxerê, a quem convido para compor a mesa dos trabalhos representando essa empresa que tem desenvolvido diferentes pesquisas - há poucos dias tivemos um pesquisador lá de Urussanga falando sobre biodiesel e biocombustível; da senhora vereadora Sandra Mara Loregian, do município de Vargeão; do senhor Nilson Prezotto, prefeito em exercício de Ipuacu; da senhora Maria Luíza Fabris, representando o Hotel Quedas, de Abelardo Luz; do senhor Cláudio Bellaver, a quem também convido para fazer parte da mesa representando a Embrapa Suínos e Aves, um patrimônio, uma das grandes empresas pesquisadoras deste país; e da senhora Márcia Gabriel, professora da Escola Semente da Conquista.

O grande objetivo desta audiência pública, além do pronunciamento dos técnicos e da socialização dos cinco projetos de lei, é ouvir as lideranças políticas, as representações dos municípios, das câmaras de vereadores, os estudantes, os professores, enfim, ouvir de todos vocês as preocupações e o que já temos acumulado sobre biocombustível, energias renováveis e biodiesel para construir uma política pública também aqui em Santa Catarina.

A nossa posição aqui é que cada membro da mesa, com exceção do Lido e do Joel, que vão fazer uso da palavra em seguida, faça uso da palavra por até três minutos.

Não vou fazer um pronunciamento sobre o mérito, porque depois vou falar sobre os projetos. Então, em nome da Assembléia Legislativa, quero agradecer a vocês pela presença. Vamos fazer desta tarde uma tarde rica em debates no sentido de construir um futuro melhor para os nossos agricultores, para os nossos municípios, para todos os agentes que constroem o dia-a-dia da nossa cidadania.

Sejam todos bem-vindos.

Inicialmente, gostaria de passar a palavra ao prefeito municipal, anfitrião desta audiência pública da Assembléia Legislativa, para fazer a sua saudação inicial.

O SR. PREFEITO NERCI SANTIN (Abelardo Luz/SC) - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar os membros da mesa, o deputado Vignatti, o deputado Pedro Uczai, os nossos vereadores e os demais presentes a esta audiência pública.

É uma grande satisfação para nós ter aqui o pessoal do governo federal apoiando o pequeno produtor. Como prefeito, sinto-me muito honrado por terem dado a preferência a Abelardo Luz.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra ao deputado federal Cláudio Vignatti, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO VIGNATTI (SC) - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero saudar o deputado estadual Pedro Uczai, proponente desta audiência pública e dos projetos com o objetivo de regulamentar a atividade de biocombustíveis e energias renováveis em Santa Catarina; e o prefeito Santin e o vice-prefeito, em nome dos quais estendo a saudação aos demais integrantes da mesa.

Pedro, para começar esse debate, você escolheu a dedo o município de Abelardo Luz, que é o município com o maior número de assentados da reforma agrária em Santa Catarina. São mais de 1.500 famílias assentadas aqui que começam uma experiência, da qual fomos parceiros, inclusive, com a liberação de recursos para comprar equipamentos - hoje pela manhã nós vamos fazer formalmente a entrega desses equipamentos, mas o avião atrasou. Chegamos às 3h em Chapecó e em casa às 4h.

O trabalho que o Joel e o pessoal têm feito é extraordinário, mostra que é possível, através do biodiesel, ter uma alternativa importante de agregação de renda e de valor para os camponeses, para os agricultores familiares.

Quando aprovamos a lei lá no Congresso Nacional, enviada pelo presidente Lula, trabalhamos o novo modelo energético no Brasil, trabalhamos o biocombustível e as pequenas centrais hidrelétricas como uma alternativa de geração de energia, não só as grandes hidrelétricas, que, muitas vezes, têm desalojado muita gente, não têm a participação efetiva do capital nacional e o resultado que a gente precisa.

Eu acho que as energias renováveis, hoje, vivem no mundo principalmente por causa do aquecimento global. Elas estão no debate, no cenário do mundo. Todos estão preocupados e as energias renováveis podem ser uma alternativa importante, porque os combustíveis fósseis são esgotáveis. Todo mundo sabe do problema das grandes guerras no mundo. Inclusive essa última guerra no Iraque não foi por causa de arma química, mas, sim, pelo petróleo, que interessa muito aos Estados Unidos, assim como aconteceu no Kuwait, no Irã e, principalmente, no Golfo Pérsico, por ser um dos grandes produtores de combustíveis fósseis do mundo; da mesma forma que se dá a queda de braço entre Chaves e os Estados Unidos, porque a Venezuela é uma grande produtora de combustíveis renováveis.

O Brasil buscou sua auto-suficiência na produção de gasolina, de óleo diesel, através da Petrobrás, que é uma empresa estatal importante. O Brasil deu um passo importante ao dar oportunidade ao biodiesel, fazer o composto, hoje já distribuído em vários postos, sendo misturado ao diesel como alternativa também de uma energia renovável, e pode ser mais uma alternativa para a agricultura de pequeno porte.

Foi essa uma idéia que nasceu do debate sobre a questão no projeto, que lá na propriedade pudesse também ter um hectare ou meio hectare de girassol, de outras oleaginosas, que a Epagri e a Embrapa, com certeza, vão trazer a experiência. Estão desenvolvendo esse estudo com muita propriedade para trazer várias alternativas possíveis de serem usadas pelos nossos agricultores como mais uma fonte de renda.

Quero dizer a vocês que o principal problema que temos enfrentado é com relação à questão do fumo. É difícil o agricultor largar a produção do fumo, que é altamente rentável por metro quadrado mas essencialmente poluidora, com muito uso de veneno.

O girassol ou outra oleaginosa pode ser uma alternativa igual ou mais viável que o fumo, mas, ao mesmo tempo, tem que ser pensada como uma alternativa viável para a agricultura num processo de articulação e industrialização pelos próprios agricultores. Não adianta plantar um hectare, dois hectares ou quatro hectares e depois, novamente, uma empresa internacional dominar a industrialização e levar o dinheiro que poderia lucrar e agregar à propriedade. Geralmente isso tem acontecido, a exemplo da soja que Abelardo Luz produz - 95% da soja deste País é comprada por multinacionais, que levam o grão para industrializar lá, ao invés de agregar renda e valor aqui no Brasil.

Então, temos que ter uma alternativa construída a partir da possibilidade de industrialização pela agricultura familiar. A experiência que o deputado Pedro está acompanhando, nós também estamos. O pessoal da Via Campesina está propondo para a Petrobras a possibilidade de uma grande cooperativa de biocombustível através da parceria com vários municípios do oeste de Santa Catarina; a Petrobras está para assinar o protocolo de intenção nos próximos dias aqui no oeste de Santa Catarina, do estudo e viabilidade dessa grande usina.

O deputado Pedro propõe vários projetos que trabalham com o objetivo de regulamentar essas atividades em Santa Catarina, (*ininteligível*) várias formas entre conselho gestor, comitê gestor e política de incentivo. Por sermos um Estado com um modelo diferenciado de agricultura - essencialmente são pequenas propriedades -, podemos nos diferenciar nesse processo, caminhar, de fato, para consolidar uma grande produção de energias renováveis através do biocombustível.

Também entramos com um projeto no Congresso Nacional, assinado por vinte deputados. Nós podemos motivar também aquilo que é desejo hoje, que é o dejetado da suinocultura; já tem experiências extraordinárias no sentido de usar também o gás como alternativa de renda para a agricultura, para o abastecimento da propriedade, mas tem haver a regulamentação, porque a partir daí torna-se muito mais viável; podemos resolver o problema dos dejetos se pudermos vender a energia para a rede elétrica, aí também vira uma fonte de renda aquele dejetado de suíno.

Então, a pauta é extensa, o debate é grandioso sobre essa questão, as possibilidades são muitas, e não como uma alternativa milagrosa, mas, sim, uma alternativa para fortalecer a nossa agricultura, desde que organizada, processada e transformada por ela também.

Parabéns, deputado Pedro.

Boa audiência pública e bom debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, deputado Cláudio Vignatti.

Queremos registrar a presença do vereador Denilson Rodighero, de Abelardo Luz, e do professor Gilmar Fidelis de Mello, representando a direção do Colégio Paulo Freire.

Com a palavra a presidente da Câmara Municipal de Abelardo Luz, a vereadora Marlene Agheta Piccinin.

A SRA. VEREADORA MARLENE AGHETA PICCININ (Abelardo Luz/SC) - Inicialmente gostaria de saudar o deputado estadual Pedro Uczai; o deputado federal Cláudio Vignatti; o prefeito; as demais autoridades aqui presentes; os nossos visitantes dos municípios vizinhos, principalmente as autoridades; e as senhoras e os senhores do nosso município.

Em nome do Poder Legislativo, quero dizer que é uma satisfação enorme estar aqui após a aprovação da solicitação do vereador Joel para que acontecesse esta audiência aqui em Abelardo Luz.

Ficamos realizados em perceber, depois da fala do deputado Vignatti, o grande trabalho que vai acontecer aqui hoje.

Então, que todos possam conseguir muitas informações a respeito desses projetos que estão tramitando na Assembleia Legislativa, principalmente, deputado, porque é num período de recesso e o senhor está aqui hoje, praticamente no oeste do Estado, para trazer essas informações.

Então, que todos possam aproveitar ao máximo, tirar as informações necessárias, já que hoje temos a grata satisfação de ter os deputados conosco.

Que esta audiência tenha muito sucesso.

Em nome da Câmara de Vereadores, sejam bem-vindos a Abelardo Luz.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado.

Com a palavra o vice-prefeito de Abelardo Luz, senhor Dilmar Antônio Fantinelli.

O SR. VICE-PREFEITO DILMAR ANTÔNIO FANTINELLI (Abelardo Luz/SC) - Meus cumprimentos a todos e a todas; em especial aos visitantes que estão em nossa cidade; aos alunos das escolas José Maria e 25 de Maio; ao deputado Pedro Uczai, que trouxe esta audiência para Abelardo Luz e que sempre lotou pelos estudantes, por todas as classes sociais e agora também inicia uma batalha em cima do setor produtivo.

Quero também cumprimentar o nosso deputado federal Cláudio Vignatti, homem que faz parte de Abelardo Luz, pelas suas atividades em Brasília que trazem muitos resultados para o nosso município. Fizemos vários projetos através da administração, das cooperativas, do Movimento dos Sem-Terra, hoje a Cooptraes e a Coopeal, e, graças a Deus, vários foram concretizados, entre o que veio e o que já está empenhado, em torno de R\$ 4,5 milhões, algumas emendas de alguns deputados, mas a maioria com o dedo e a força da administração do seu gabinete. Eu agradeço por essa força que está nos dando. Continue assim, junto com a equipe, com o Altair, que, com certeza, é uma grande parceria, está nos ajudando.

Quero ainda cumprimentar o nosso prefeito; a presidente da Câmara, que sempre está junto, todos os vereadores; o Joel, que é um dos coordenadores que está sempre nos ajudando, que tem dado muita força para o biocombustível, troca idéias e concretiza aqui em Abelardo Luz; e os representantes das entidades, o sindicato, a Epagri e o Movimento dos Sem-Terra.

Hoje é um dia muito importante para Abelardo Luz, porque vamos ouvir das pessoas que estão por dentro do assunto várias informações.

É evidente que para se ter isso tem que ser um governo sério, como o governo Lula, que abre espaço especialmente para os agricultores familiares, já que antigamente quase todos os projetos eram feitos para multinacionais e assim por diante. E como exemplo você vê a questão do álcool, que hoje está quase no mesmo preço que o da gasolina, infelizmente, e por quê? Porque está nas mãos de multinacionais e de grandes empresários. E esse projeto do nosso governo é especialmente voltado aos agricultores familiares, que como trabalham em grupos, em cooperativas, sempre existirá a divisão e o controle entre muitas e muitas pessoas, e quando é para meia dúzia, com certeza vira monopólio. Então, essa é uma das vantagens.

Também quero dizer que o futuro do mundo está no biocombustível. É importante o Brasil se preparar, em especial a nossa região, e aqui já está virando realidade: Abelardo Luz tem uma miniindústria de transformação e está de braços abertos para receber qualquer tipo de investimento, já que temos estrutura para isso.

Desejo sucesso a esta audiência pública e que todos participem, porque, com certeza, teremos bons resultados no final.

Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado Dilmar.

Concedo, agora, a palavra ao Claudir Fávero, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abelardo Luz.

O SR. CLAUDIR FÁVERO - Agradeço a presença de todos, principalmente dos jovens, das autoridades que estão na platéia, dos senhores agricultores, das senhoras agricultoras, do Pedro Uczai, coordenador desta audiência, do Vignatti, do prefeito Nerci, do vice-prefeito Dilmar, do Joel, da Marlene, enfim, de todos os presentes.

No início foram mencionados quatro projetos de lei. Senhor Pedro Uczai e senhor Vignatti, e nós, pequenos agricultores, somos carentes no que diz respeito ao conhecimento das leis. Para nós, é necessário que sejam muito bem esclarecidos a fim de que nós possamos nos desenvolver na pequena propriedade.

Nós gostaríamos que tivessem bastante cuidado para que possamos nos desenvolver e ter rentabilidade na agricultura familiar. Eu sei que vocês estão disposto a isso. A nossa preocupação, como sindicalista, é para que os agricultores permaneçam na agricultura e, principalmente - e o senhor está vendendo quantos jovens estão aqui -, para que esses jovens possam ficar na agricultura. Então, esperamos que esses projetos de lei venham ao encontro da nossa realidade.

Agora, junto com os projetos de lei, nós temos que ter uma tecnologia avançada, de ponta, para que o resultado seja compensador. Então, que olhem para essa parte, que junto a essa agricultura familiar tenhamos também assistência técnica adequada.

Essa é nossa preocupação e temos certeza que estarão sempre atentos para que isso aconteça e que esteja ao contento de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra à senhora Fernanda Tomazzi, representante da Via Campesina, para a sua saudação.

A SRA. FERNANDA TOMAZZI - Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o nosso companheiro Pedro Uczai, o deputado federal Cláudio Vignatti, o prefeito municipal, as demais autoridades presentes, especialmente cada um e cada uma de vocês que estão aqui hoje com o espírito de podermos estar discutindo a questão dos biocombustíveis, já que no último período as energias renováveis têm sido a grande preocupação do nosso País e do mundo inteiro.

Sabemos que aqui em Abelardo Luz existem experiências muito importantes na produção principalmente de girassol, de oleaginosas de uma maneira geral, e sabemos da importância de continuar como está, ou seja, nas mãos dos agricultores, a fim de que se possa, com o apoio do governo federal, ter isso como mais uma alternativa de produção e de renda, além da produção de energia, que é o futuro do mundo.

Então, gostaria de agradecer ao Pedro por trazer essa preocupação para Abelardo Luz e espero que tenhamos aqui os devidos esclarecimentos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao senhor Nilson Manzke, gerente regional da Epagri de Xanxerê.

O SR. NILSON MANZKE - Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o coordenador da audiência pública, deputado Pedro Uczai, o deputado federal Cláudio Vignatti, o nosso prefeito de Abelardo Luz, os demais componentes da mesa e cada um de vocês que está aqui hoje.

Essa questão da alternativa de energia é uma oportunidade importante que, logicamente, precisamos aproveitar. O meio ambiente é uma preocupação nossa há muito tempo, e muitas vezes alguns países têm negligenciado essa parte. Nós precisamos aproveitar esse momento em que o mundo está preocupado com a questão do meio ambiente, com a questão do aquecimento global para entrarmos forte nessa questão da energia alternativa.

O governo federal está de parabéns por tocar esse projeto como uma das prioridades para o País. Hoje, o País pode aproveitar essa questão da energia como uma grande alternativa para resolver os problemas econômicos e sociais que atravessamos.

Realmente a agricultura familiar é importante e o trabalho da Epagri, há muitos anos, é centrado basicamente na agricultura familiar. Inclusive o projeto microbacias, que está inserido nesse contexto, tem todo o seu trabalho desenvolvido em cima das comunidades mais carentes, que mais precisam de renda e de melhores condições de vida.

Então, no que for necessário e pudermos fazer, estaremos contribuindo para que esse projeto se torne uma realidade para a agricultura familiar, para Abelardo Luz e para toda a região aqui do Oeste.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor Cláudio Bellaver, representando a Embrapa Suínos e Aves, de Concórdia.

O SR. CLÁUDIO BELLAVER - Gostaria de saudar o deputado federal Cláudio Vignatti, o deputado Pedro Uczai, o prefeito Santin, os demais componentes desta mesa, as senhoras e os senhores.

Para nós é uma grande honra participar desta audiência, através da Embrapa, e não falo somente pela Embrapa Suínos e Aves, mas pela Embrapa de uma maneira geral, que tem um programa de agroenergia no qual se insere essa questão das pequenas culturas para a produção de biodiesel - é um pouco mais amplo porque vai pela questão do biogás, e em Concórdia temos uma boa experiência nesse assunto. Existem possibilidades tecnológicas que a Embrapa dispõe, assim como variedades.

Fizemos questão de estar presente neste evento porque julgamos extremamente importante trazermos algumas idéias, mas também levamos outras idéias daqui, pois isso fortalecerá a discussão deste semestre na Embrapa, que estará discutindo seu plano diretor, e também no Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, de Concórdia, que também estará discutindo seu plano diretor, já que para realizarmos pesquisas nesse assunto precisamos estar alinhados às demandas da sociedade.

Então esta audiência pública é um caminho de duas mãos: trazermos conhecimentos que já estão disponíveis e algumas idéias que vão pelo campo da produção de biodiesel a partir de gorduras animais, de gorduras vegetais, e a questão de resíduos de aterros sanitários e outras formas de resíduos para que possamos transformar e melhorar o ambiente. A Embrapa tem estrutura, tem potencial para desenvolver pesquisas nessa área e, portanto, estamos aqui para colaborar, para discutir e para interagir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Após essa saudação inicial, nós passaremos aos trabalhos propriamente ditos da audiência. E, por esta razão, desfazemos a mesa para procedermos à apresentação de *datashow*, agradecendo pela presença de todas as lideranças que participaram da composição da mesa.

Qual a metodologia de trabalho que poderíamos aplicar nesta audiência? Trazer as experiências locais, e por isso o Joel não fez uso da palavra, porque ele vai ter a oportunidade agora de trazer as experiências existentes em Abelardo Luz para socializarmos para o Estado de Santa Catarina, inclusive. Esta audiência pública não é só para trazer informações, mas também levar informações para todo o Estado. Por isso ela está sendo gravada e filmada pela TV AL, que é a televisão da Assembléia Legislativa, a fim de que possamos socializar este debate de hoje para todo o Estado de Santa Catarina.

Pelo atraso que houve no início desta audiência, nós precisamos nos organizar no tempo e encurtar a nossa fala. Vamos fazer assim: passaremos a palavra ao Joel, para que possa trazer a experiência de Abelardo Luz, o que está sendo levantado na área de biodiesel e biocombustível e sobre a experiência de girassol que estão fazendo aqui; em seguida faremos uma rápida apresentação dos projetos de lei; depois passaremos a palavra a vocês para fazerem os questionamentos; e após teremos a fala do Lido, um grande companheiro, especialista em biodiesel e biocombustível (está terminando mestrado na Universidade Federal sobre agroecossistemas, energias renováveis, biodiesel e biocombustível), que está aqui à disposição para ajudar, assim como os representantes da Embrapa, da Epagri e outros pesquisadores que podem contribuir nesta tarde.

Então, com a palavra por até dez minutos o companheiro Joel José Tomazzi, vereador de Abelardo Luz.

O SR. VEREADOR JOEL JOSÉ TOMAZZI (Abelardo Luz/SC) - Quero cumprimentar o deputado Pedro Uczai; o deputado federal Cláudio Vignatti; o prefeito e o vice-prefeito do nosso município; a vereadora Marlene, presidente da Câmara Municipal, e em seu nome cumprimentar todos os nobres vereadores de Abelardo Luz e da região; o meu amigo Olímpio, um lutador histórico da agricultura familiar; o Claudir; e de forma especial quero cumprimentar cada uma das pessoas que estão participando desta audiência pública.

Como o tempo é curto, sucintamente vou falar da experiência do município de Abelardo Luz e região. Não vou falar aqui como vereador, mas como membro da cooperativa que tem trabalhado e difundido essa alternativa dos biocombustíveis.

Essa cooperativa é formada por assentados da reforma agrária e por agricultores da agricultura familiar não só do município de Abelardo Luz, mas de toda a região oeste de Santa Catarina (hoje tem sócio até Calmon), e a nossa filosofia ou a nossa teoria em relação à energia renovável - e nisso se enquadram os biocombustíveis - é que o grande reator, a grande fonte de energia que por muitos e muitos anos ainda vai existir é o sol. Então é do sol que a gente tem que aproveitar a energia para movimentar a humanidade, porque o petróleo, aquele do qual baseamos a nossa economia e o nosso modo de vida nos últimos cento e poucos anos, está em fase de esgotamento - no ano de 2006, 2007 nós atingimos o pico de extração de petróleo.

Então, a partir de agora vai ficar cada vez mais difícil explorar o petróleo, e por consequência disso ele vai subir de preço. Se nós observarmos a década de 1970, o petróleo custava US\$ 10 o barril, mas hoje está em US\$ 75, e a previsão para 2010 é que chegue na casa dos US\$ 100 e em 2015 em torno de US\$ 150. E aí vocês podem imaginar, principalmente para a agricultura, como vai ficar o nosso custo de produção, porque hoje a nossa matriz está baseada no petróleo - o adubo, a uréia, e inseticida, o fungicida, o herbicida, tudo vem do petróleo. Para levar da casa comercial até a roça, é petróleo; para plantar, é petróleo; para colher, é petróleo; para transformar, é petróleo, e com isso vocês imaginam o custo de produção que vai ter no futuro! Não é por nada que a previsão para os próximos vinte anos é a de que os alimentos vão ter seu valor aumentado em 50%.

Esses são dados preocupantes para a sociedade não só brasileira, mas do mundo inteiro. Por isso precisamos avaliar e planejar uma matriz energética diferenciada, e diferente daquela que os Estados Unidos usam, pois se todas as pessoas do mundo consumissem o mesmo que a sociedade americana, com certeza já teríamos pilhado e destruído o nosso planeta. Assim, partindo da teoria de que a nossa grande fonte de energia é o sol, então é do sol que nós precisamos aproveitar a energia. Como se aproveita a energia do sol? Transformando o vento em energia - porque o vento só se movimenta por causa do sol, transformando a água em energia, transformando o girassol, por exemplo, em energia, transformando a mamona em energia.

Pensando nisso, há três anos estamos discutindo essa questão e plantando girassol em Abelardo Luz. Colocamos em funcionamento, com o apoio do deputado federal Vignatti e também do MDA, uma pequena extratora de óleo, e esse óleo que a gente extrai de lá pode ser usado primeiro para consumo humano, substituindo a banha, e depois pode ser usado como combustível - a gente não faz o biocombustível, a gente não faz o biodiesel, porque não tem necessidade de fazer o biodiesel, a gente pode usar o óleo vegetal puro. E na quarta-feira, quem teve a oportunidade de participar de uma palestra que fizemos aqui - como o companheiro do Assentamento José Maria -, pôde ver que o motor de uma Mercedes funciona com óleo puro, sem usar biodiesel, e com um rendimento excelente.

Quer dizer, lá na agricultura eu posso juntar quinze ou vinte agricultores, comprar uma pequena esmagadora de girassol, de mamona, de pinhão-manso, de tungue ou de qualquer outra oleaginosa e fazer, primeiramente, o meu próprio alimento e, depois, o meu próprio combustível, e vai custar em torno de R\$ 7 mil para instalar aquela pequena usina lá.

Isso é algo que estamos defendendo, pois achamos que a próxima matriz energética do mundo não deve ficar sob o controle das multinacionais ou de quem quer que seja. Ela deve ficar sob o controle dos agricultores, da sociedade, porque é um absurdo a gente produzir e vender para alguém, esse alguém industrializar e depois nós termos que comprar deles. Então, os programas do governo devem ser no sentido de a gente produzir o grão ou a matéria-prima e produzir o nosso próprio combustível na agricultura familiar, no assentamento, na média propriedade ou na grande propriedade. Essa é a nossa principal filosofia.

Uma outra questão é a do álcool, por exemplo. Hoje se usa um método no Brasil de fazer álcool com as grandes usinas, quando a gente sabe que é possível fazer álcool com pequenas usinas, a um custo de R\$ 0,55, e com a mesma qualidade daquele que é vendido no posto de gasolina. E melhor do que isso, não se faz álcool só de cana - em homenagem ao meu amigo Alípio, que é morador lá de Saudades e está aqui hoje, nós vamos fazer álcool de batata-doce. Por que nós vamos fazer álcool de batata-doce? Porque álcool de batata-doce produz mais que álcool de cana: com a sobra da batata-doce dá para se tratar o peixe, dá para se tratar o porco e dá para se tratar a vaca. Aumenta a produção de alimento ao invés de diminuir, como alguns falam.

Nós vamos plantar mamona, mas vamos plantar mamona solteira, sozinha, em grandes áreas. Nós vamos plantar mamona em dois hectares, em três hectares, e quem vai plantar mamona? Quem produz peixe. E no meio da mamona vai plantar moranga, abóbora, morango, e aí vai colher a mamona, vai colher a moranga, vai cozinhar isso e vai dar para o peixe ou vai pegar e fazer a mineralização e tratar a vaca de leite. No inverno a moranga morre, a folha da mamona cai e nós vamos plantar aveia e a vaca de leite vai comer a aveia, aumentando a produção de leite, aumentando a renda do produtor e nós vamos gerar energia, mas gerar energia sob o nosso controle, sob o controle do agricultor!

Na questão do biodiesel, na questão dos combustíveis renováveis, nós também vamos trabalhar, porque é o filão do mercado; para o próximo período o biocombustível vai dar dinheiro. Como o Dilmir falou antes, o governo incentiva para que os pequenos agricultores produzam ou a agricultura produza e que as grandes multinacionais não se beneficiem disso, mas há um porém que precisa ser dito: as multinacionais só não vão se apropriar disso se nós, agricultores, botarmos as indústrias, porque se ficarmos produzindo e vendendo para a Brasil Ecodiesel, para a Helioplan(?) ou para não sei quem, o lucro disso vai ficar com eles. Então vai haver um programa de governo, com selo social para beneficiar a agricultura familiar ou a agricultura, mas quem vai ficar com o lucro disso são as grandes multinacionais.

É nesse sentido que a gente tem operado. Primeiro pensando na soberania alimentar: produzir energia tem que aumentar a produção de alimentos. E soberania energética, mas sob duas óticas: uma que é a de sermos donos do nosso combustível na propriedade; e outra que é a de sermos vendedores do combustível, de nós termos as usinas de biodiesel, de nós termos as usinas de álcool e não só de cana, mas de cana, de açúcar e de mandioca. O que fazem os grandes usineiros do País hoje? As usinas de álcool não fazem somente álcool, elas fazem álcool e açúcar. Quando o preço internacional do açúcar sobe, eles vendem açúcar, e quando baixa, eles vendem álcool, e obrigam o governo a botar 25% na gasolina para aumentar o consumo de álcool no País.

Então nós precisamos nos livrar dessa sacanagem, dessa malandragem do capital financeiro internacional e colocar os rumos deste país na mão de quem manda nele, que é o povo brasileiro! E a energia é um ponto fundamental.

Nós, como cooperativa, como organização dos trabalhadores da região, ficamos a semana inteira discutindo esses assuntos em cursos e em várias outras atividades e tiramos algumas solicitações, algumas sugestões. Já tivemos a oportunidade de passar por vários municípios, sendo que o último foi Vargeão, na terça-feira à noite.

Em relação aos projetos que você levantou, Pedro - que não são projetos do Pedro, que dormiu e acordou no outro dia e achou que tinha que fazer um projeto na Assembléia, mas que são projetos fomentados pelas organizações -, nós queremos parabenizá-lo e dizer que somos parceiros. É pena que os outros deputados da Comissão não puderam se fazer presentes para ouvir a nossa solicitação, pois precisamos construir outras leis na Assembléia Legislativa. E uma delas, Pedro, eu sei que vai ser difícil aprovar, pois vai mexer com interesses do capital, vai mexer com o interesse de grandes corporações, de grandes redes de postos de combustíveis, etc. - e tenha a certeza que tu vais ter parceiro para discutir isso na Assembléia Legislativa -, que é o fato de a gente poder usar óleo vegetal nos nossos tratores e nos nossos caminhões sem que o Detran venha nos prender, sem que a polícia nos coloque na cadeia por isso. Essa é uma lei.

E uma outra é sobre as PCHs. As pequenas centrais geradoras de energia elétrica já podem vender para a Celesc, mas a Celesc pede uma parafernália que não termina mais, você tem um jogo de interesses que não termina nunca. Nós precisamos que Santa Catarina nos autorize a gerar energia elétrica a partir dos biodigestores de esterco de suínos, de aves e dos lixos, como já foi falado aqui hoje. É preciso criar uma legislação para isso e o governo do Estado não pode se furtar desse debate, ele tem que entrar nesse debate e tem que nos autorizar a produzir essa energia, porque o preço da energia elétrica hoje é um roubo, aquilo que nós pagamos pela energia é muito caro.

Então, que a gente possa também trabalhar mais esses dois projetos de lei na Assembléia Legislativa. Como eu te disse, aqui tu vais encontrar companheiros para debater nesse sentido aí.

Nós precisaríamos ficar meio dia falando, mas terminou o tempo, então, só quero dizer o seguinte: em relação à soberania alimentar, soberania energética, a cooperativa trabalhou o processo de produção de sementes com a parceria importante da Embrapa, é preciso reconhecer, da Epagri e da Fundação Pró-Sementes. Hoje nós somos produtores de sementes de feijão, girassol, amendoim e outras aqui em Abelardo Luz.

O nosso debate será feito em dezessete municípios para consolidar isso e fazer com que os agricultores produzam a sua própria energia e aumentem o seu ganho na propriedade. A cooperativa não quer comprar girassol nem mamona de ninguém; a cooperativa, a organização, a Via Campesina, os sindicatos querem que os agricultores produzam a sua própria energia e que o Detran e não sei mais quem não venham encher o nosso saco, que nos deixem trabalhar com a nossa energia.

O escritório da cooperativa, o da Via Campesina e o do movimento estão abertos para o debate. A usinazinha está funcionando, se o pessoal quiser visitá-la, está de portas abertas, é só marcar o dia.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Eu vou responder às indagações e aos questionamentos que o Joel nos fez.

(*Procede-se à projeção de imagens.*)

Sobre os cinco projetos de lei que nós propomos na Assembléia Legislativa, o primeiro cria um comitê gestor da política pública de biocombustível em Santa Catarina. É um comitê democrático, do qual participam governo do Estado, sociedade civil, entidades sindicais e movimentos sociais. O segundo projeto propõe um fundo de investimento, um fundo financeiro, porque tem que ter dinheiro, tem que ter orçamento, tem que ter recurso financeiro para implementar esse programa e essa política pública de biocombustível. O terceiro projeto é o coração desse programa. A própria Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), na avaliação dos projetos, apóia legalmente esse terceiro. Ficamos felizes, porque legitimou a entidade que fez a avaliação jurídica do próprio projeto, que trata da produção, do programa de fomento e desenvolvimento da produção, industrialização e comercialização.

E aí eu venho ao encontro da fala do Joel, porque não acredito no futuro da agricultura familiar se só ficarmos produzindo matéria-prima. Eu não acredito no futuro dos pequenos municípios, como Ipuacu, Bom Jesus, Abelardo Luz, se nós só ficarmos produzindo matéria-prima e outras regiões do País ficarem com a industrialização, porque para onde for a matéria-prima, a juventude vai também. Nós exportamos matéria-prima, e muitos pais aqui exportam seus filhos também (é de uma forma agressiva que eu estou falando).

Então, quando se fala em energia, em biocombustível, em energia renovável, temos que discutir - Abelardo Luz, Ipuacu, Bom Jesus - onde se vai industrializar. Hoje tem a Brasil Ecodiesel, que está comprando girassol. O prefeito de Ipuacu me dizia que de quatro a cinco mil sacas de girassol foram entregues para a Brasil Ecodiesel. Tudo bem, foi feito leilão, ela ganhou da Petrobras a possibilidade de vender, está comprando dos agricultores, dos produtores, industrializa e entrega para a Petrobras. Essa é uma alternativa, uma saída, esse é um caminho, mas não é o caminho que eu defendo. Tem que industrializar! Diferentemente do petróleo, em que as refinarias exigem bilhões de dólares para instalar, o biocombustível, o biodiesel, o óleo vegetal, a cana-de-açúcar dá para fazer com pouco dinheiro e industrializar.

Nós estamos discutindo nessa tese de que não é preciso transformar em biodiesel o óleo vegetal, e sim as empresas montarem os motores e os adequarem ao uso do óleo vegetal. Para que extrair a glicerina e misturar o etanol para fazer biodiesel se dá para usar o óleo vegetal puro para tocar os motores? Tem que se adequar os motores ao óleo vegetal, porque daí a tecnologia para a industrialização custa menos, pode ser feita com esmagadores de óleo, já que um esmagador de óleo de pequeno porte custa, como disse o Joel, R\$ 5 mil, R\$ 6 mil, R\$ 10 mil.

Em relação ao álcool, 20 litros ou 30 litros de álcool nunca vão custar em torno de R\$ 3 mil. Então, se forem usados mil litros por dia, como naquele lugar que visitamos lá em Rio do Sul, serão R\$ 25 mil, R\$ 30 mil. Se o álcool custa, por exemplo, 60 centavos o litro e você o vende por R\$ 1,20, já dá um retorno de 60 centavos. O agricultor que tem produção de leite e de outros produtos industrializa-os em queijo, salame, compota, geléia, pão, cuca, conserva etc. Em relação ao biodiesel, ao biocombustível, o agricultor não pode se iludir e achar que produzir e vender a matéria-prima vai ser o futuro dele.

Então, esse terceiro projeto é para produzir, industrializar e comercializar. Diferentemente de outras matérias-primas, quando se fala em comercializar, a Petrobras compra tudo! É só organizar a produção, é só organizar a industrialização. É um produto com venda garantida, mas nós queremos mais do que só a Petrobras comprar, queremos vender para as prefeituras, para ser colocado nas máquinas, nos caminhões, nas patrulas, nos ônibus; queremos para o consumo interno, e temos que construir uma legislação para isso. Tem que haver uma nova legislação na Agência Nacional do Petróleo permitindo isso.

Então, o tripé do terceiro projeto é produção, industrialização e comercialização.

Aqui temos vereador, gente que é da indústria, do comércio, empresários, e quero dizer que se você produz e industrializa em Abelardo Luz, Ipuacu, Bom Jesus, Vargeão, Passos Maia, você gera imposto, economia, emprego e desenvolvimento para essas localidades; o dinheiro que entra você investe nelas.

Então, tem que acabar com essa coisa de monopólio, porque o Brasil é um dos países que mais têm sol no mundo. O petróleo, como está acabando, está custando um monte, e está produzindo aquecimento global, então, os ricos do mundo estão vindo comprar as nossas terras porque não podem levar o sol para fora. Na Europa e nos Estados Unidos há pouco sol e faz frio na maior parte do tempo, enquanto que nós temos a maior quantidade de sol, do qual se produz a maior parte das energias do mundo.

Com exceção da energia geotérmica (do fundo da terra), da maré ou nuclear, todas as outras energias provêm do sol. Se nós temos a maior quantidade de sol do mundo, a maior quantidade de água doce do mundo, muita terra, a melhor tecnologia do mundo, gente capacitada, preparada para produzir, por que vamos jogar fora essa oportunidade? Os ricos estão vindo comprar as usinas de álcool, estão vindo comprar as nossas terras. Os ricos, como a Microsoft e a Google, estão comprando as grandes usinas de álcool, as nossas terras, e vão comprar a nossa tecnologia e o nosso povo se nós deixarmos!

Por isso que quando propomos biodiesel, biocombustível na pequena propriedade, na produção, na industrialização, é para ficarmos com a terra, com a tecnologia e com o dinheiro que sobra da energia produzida. Não é só resolver o problema ambiental, mas também resolver o problema econômico, ser uma alternativa econômica.

O quarto projeto cria incentivo fiscal. O IPVA de um caminhão, de um ônibus é 1%, e estamos propondo passar para 0,5%, baixar pela metade. As camionetes e outros utilitários pagam 2% de IPVA, e estamos propondo que baixe para 1%. Com essa redução, incentivam-se os 100% de utilização de biodiesel pelas prefeituras, pelos consumidores.

O quinto projeto propõe o selo SC-BIO (Santa Catarina Bio), o combustível do pequeno agricultor. Ou seja, cria um selo de qualidade que vai dando visibilidade à marca. E estamos esperando que o governo federal sinalize em direção ao selo social de isenção de tributo para que

possamos, em forma de cooperativa, de produção e de industrialização, nos beneficiar dos tributos federais para vender o combustível com desconto tributário.

Hoje a Brasil Ecodiesel tem desconto tributário, beneficia-se desse desconto tributário porque compra 30% do biodiesel da agricultura familiar. Então, em vez de pagar R\$ 218,00 a tonelada, ela paga R\$ 70,00 de imposto, ou seja, tem cerca de R\$ 153,00 de desconto de imposto por cada tonelada, e isso dá muito dinheiro.

Por que os agricultores não ficam com essa dedução do imposto? Por que os produtores da nossa região não ficam? Vão mandar o dinheiro embora? É isso que está em discussão aqui.

Esses são os cinco projetos estão na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, cuja aprovação vai depender dos debates que vamos fazer e da pressão da sociedade. E há outros dois projetos, que o Joel, de forma brilhante, aqui já levantou.

Sobre a legislação para a comercialização, temos que avançar, porque a Agência Nacional de Petróleo não permite que você produza o biodiesel e comercialize-o no posto de gasolina. Nós temos que avançar, as prefeituras têm que criar esse mecanismo para a comercialização, por exemplo, uma destilaria de álcool. Eu fui visitar uma em Rio do Sul que custou em torno de R\$ 25 mil e produz mil litros/dia. Eles estão produzindo 98% de álcool dessa transformação, quando a média hoje padronizada é 96%. Está-se conseguindo, portanto, alta qualidade de álcool.

Nós fomos fazer uma visita (a imagem aqui não está muito clara) a uma destilaria montada ao ar livre, e lá uma pessoa só trabalha na produção de mil litros por dia. Um único rapaz põe a cana para ser moída no motor, que desce por uma tubulação em declive, vai para três grandes caixas de 10 mil litros cada uma (tipo essas caixas d'água de microfibra), fica concentrada lá por 48 horas, para fermentar, e depois já é o álcool pronto.

Qual é a energia gasta para se fazer o álcool ali? Dois, três, pedaços de lenha para o fogo; depois, o bagaço da cana serve para queimar e produzir o álcool. Tem um pequeno laboratório do lado, e dali saem mil litros por dia. Uma única pessoa faz mil litros por dia!

Na cana-de-açúcar usa-se menos veneno, não tem muito inço e se produz essa quantidade. Com pouca diferença produz-se a cachaça; é só girar o botãozinho e dá para se fazer cachaça.

Quando a cachaça está num preço melhor, gira-se o botão para se fazer cachaça; quando o álcool está um preço melhor, gira-se novamente o botão para produzir-se álcool; quando o preço do açúcar mascavo é que está bom (a Conab o está comprando no programa de aquisição direta), faz-se açúcar mascavo; quando é o melado, faz-se melado.

Então, a cana-de-açúcar, assim como a batata e a mandioca, que produzem álcool, é uma boa alternativa, porque o trabalhador trabalha menos, usa menos veneno e pode industrializar. E hoje tem tecnologia para os pequenos, essa é a diferença.

Bautista Vidal, que criou o Pró-Álcool no Brasil, nos dizia há poucos dias que o Brasil poderia ter dois milhões de destilarias de álcool em cada duas, três pequenas propriedades, e não nas grandes usinas.

Quando ele criou o Proalcool, dizia que 30% do álcool desse programa teriam que vir da agricultura familiar. Depois detonaram o programa, que ficou para o grande usineiro, porque são 35 mil hectares de terra, em média, para dar o equilíbrio de uma grande usina. Então, hoje o equilíbrio de uma grande usina de álcool são 35 mil hectares de terra numa mesma área, e isso é para um outro mundo, nós queremos para a pequena propriedade, para os pequenos municípios, essa parte da industrialização.

A outra lei, que já temos pronta mas ainda a estamos discutindo, trata dos dejetos de suínos. O Joel trouxe aqui essa preocupação, por isso vamos trazer para Chapecó, num seminário estadual, Luiz Pinguelli Rosa e Carlos Weiner (no dia 1º de agosto teremos a primeira reunião com eles no Rio de Janeiro). Pinguelli Rosa foi presidente da Eletrobrás, a maior empresa da área de eletricidade no País, e o objetivo desse seminário é discutir uma cooperativa dos produtores de suínos para os dejetos produzidos pelos suínos sejam transformados em energia elétrica, a ser comercializada para as concessionárias. E vamos apresentar um projeto de lei obrigando a Celesc e as demais concessionárias a comprar energia elétrica dos agricultores.

Na Alemanha, o governo criou um fundo, alimentado com recurso dos consumidores de energia, para comprar toda a energia elétrica produzida pelo agricultor. Cem por cento da produção do agricultor são colocados na rede subsidiadamente, ou seja, são pagos, por exemplo, 40 centavos, e o governo revende essa energia para os agricultores a 20 centavos. Fiz-me entender? O agricultor produz energia, coloca na rede, compra toda essa energia e depois todos os consumidores compram aquela energia. Isso é uma garantia ambiental, social e econômica.

O que muitos queriam? Que os agricultores e criadores de suínos sempre com o problema ambiental, e com prejuízo no bolso, porque sempre fica a conta para os agricultores, não é assim?

O problema ambiental tem que ser resolvido, mas as grandes indústrias pagam a conta? Eu já vi uma grande agroindústria deixar o agricultor lá, tirando-o da integração porque aumentou a escala e ele não conseguiu acompanhá-la, e ficou lá a esterqueira para pagar o financiamento.

Queremos que o agricultor produza biogás. Quando fui prefeito de Chapecó, implantamos a experiência do biogás no município, porque queremos produzir energia elétrica e que ela seja comercializada.

A Agência Nacional de Energia hoje já tem resolução legal, pela qual 10% das concessionárias têm que comprar energia da biomassa. Já tem legislação sobre isso, por isso nós, aqui no Estado, vamos apresentar um projeto de lei obrigando a Celesc a comprar esse tipo de energia.

Falaram-me assim: mas tem tão poucos agricultores produzindo biogás e colocando gerador. Sim, porque eles não têm para quem vender. Em Seara a energia elétrica está sendo produzida, mas não adianta produzir só para dentro de casa, para a geladeira. Em Chapecó, o Cláudio (*ininteligível*) está produzindo para toda a casa, com isso ele economiza uns trezentos e poucos reais por mês, e já é uma aposentadoria, como diz ele. Mas por que ele não vende para a rede? Nós temos que dar esse passo!

Por isso vamos fazer esse seminário aqui no oeste de Santa Catarina, para o qual todos os criadores de suínos estão convidados, e nesse dia apresentaremos os projetos de lei nessa área pela Assembléia Legislativa.

Para concluir, quero dizer que não acredito que biodiesel, biocombustível, seja a alternativa. Não é panacéia, não é a salvação da lavoura. Pode ser uma alternativa, ou mais uma alternativa, porque se você quiser produzir só girassol em toda a sua propriedade, você vai à falência, uma vez que se não usar torta de girassol para alguma coisa, vai fazer o que com ela?

Quem sabe dá para produzir mel, pólen, ou dá para produzir a torta para o peixe, ou ração animal, aí se pode começar a discutir. Quem sabe planta milho, depois girassol.

Segundo ponto: produzir alimento e depois produzir energia renovável, esse é o casamento. O Brasil não pode entrar nessa de agora é biodiesel, biocombustível e fazer em nossas roças tudo isso. Tem que produzir alimento, porque nós temos que comer. Não adianta aumentar a renda no álcool, no biodiesel ou no óleo vegetal e dobrar o preço do milho! Os Estados Unidos estão produzindo etanol do milho, e já estão aumentando o preço desses grãos no mundo. Então não dá, temos que produzir alimento e energia. Esse é o casamento para se pensar na possibilidade de renda. Tem que se produzir energia e industrializar no município aqui.

Terceiro ponto: tem que sobrar dinheiro no bolso dos agricultores. Se com esses projetos não sobrar dinheiro no bolso do agricultor... Tem tantos jovens e estudantes aqui, jovens dos assentamentos, jovens das escolas de 2º grau, os nossos filhos, e como o jovem fica no campo? Só deixando dinheiro no bolso. O resto, ele se vira; o resto é ilusão! Deixem renda, deixem dinheiro no bolso que ele vai aprender a se divertir e buscar as alternativas. Tem que deixar renda, assim a juventude fica no campo.

Podem ter certeza que todos esses projetos que estamos aqui apresentando, em nome da Assembléia Legislativa, têm futuro, e esse futuro é preservar o meio ambiente e dar, com isso, uma grande contribuição para a humanidade. E isso deve ser uma alternativa econômica, social e de desenvolvimento dos nossos municípios. É nessa direção.

E temos que nos contrapor aos grandões, porque eles vão comprando os nossos frigoríficos, as nossas terras, a nossa água, a nossa tecnologia e até o nosso sol. Se eles já têm a terra embaixo, a água em embaixo, o sol vai ser deles também. Vão privatizar até o sol!

Então, temos que conferir um outro modelo para a nossa região, para este Estado de Santa Catarina. O Paraná e o Rio Grande do Sul estão muito mais avançados em relação ao biodiesel, ao biocombustível do que nós. Temos que avançar este debate urgentemente, para não perdermos essa grande oportunidade histórica de pensar uma outra humanidade com menos poluição, uma humanidade diferente daquela onde os países produzem petróleo.

Colômbia, Bolívia, Iraque, Oriente Médio, Arábia Saudita são países que mais produzem petróleo no mundo, mas também são países com a maior miséria do mundo. Concentração do petróleo, concentração da renda, concentração do poder. Os presidentes eleitos pelas empresas de petróleo... E agora estão disputando quem vai ficar e roubar o petróleo do Iraque, estão deixando o povo se matar. E os outros vão roubando a água e o petróleo.

Nós temos que produzir energia limpa, renovável. Vocês devem ser os donos da terra, da tecnologia, da energia e da agregação de valor, que é o dinheiro que deve sobrar dessa tecnologia. É nessa perspectiva que queremos fazer esse debate.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Vamos então passar ao debate. A pessoa deve falar o seu nome para que a taquigrafia possa registrar corretamente.

O SR. ADEMIR SOLIGO - Boa-tarde a todos. Sou engenheiro agrônomo e assumi há duas semanas a gerência de Desenvolvimento Econômico e Agricultura da SDR de Xanxerê.

Eu gostaria de fazer uma pergunta muito importante ao Pedro, neste momento. Nós já estamos pensando na questão da termelétrica, na questão da busca, para a geração de energia para a região da Amai, no oeste de Santa Catarina, de dejetos de suínos e de aves.

Pedro, neste momento nós estamos pensando em trazer para Xanxerê essa termelétrica, inclusive já vimos a área. Você falou uma coisa importante, que me chamou a atenção: de que forma vamos trabalhar o pequeno produtor na geração de energia? Como o produtor vai levar para um lugar só os dejetos até esse local para produção de energia?

Essa é a nossa preocupação neste momento: como vamos transportar para um só local, porque os dejetos são líquidos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Para não monopolizar o debate, vamos abrir ao público para que façam perguntas e até críticas.

Enquanto vocês pensam, vamos saber sobre a questão da termoelétrica se ela vai ser de origem de carvão fóssil, de carvão mineral, cama aviária, de biomassa.

(O senhor Ademir Soligo manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Pode ser de dejetos de suínos também. Ótimo!

Hoje está-se construindo uma nova ciência chamada logística, que pensa na produção e na industrialização - e no caso da transformação em energia -, de vários produtos de biomassa.

Na área de oleaginosos, o esmagamento pode ser em pequenas quantidades e em pequenos equipamentos, como também pode ser grande a usina para transformar em biodiesel. Hoje a Petrobras está discutindo no Rio Grande do Sul, uma empresa que está montando em Passo Fundo, que vai de 2 a 2,5 milhões para montar uma usina de biodiesel. No caso dos termoelétricos ou dos dejetos é preciso saber o tamanho dela para saber a produção/dia, para saber a quantidade de dejetos que vai ser recolhida num raio de ação de uma região.

Nessa questão do transporte de dejetos de suínos, que vai montar geradores de pequeno porte para transformar aquilo que você produz na propriedade e colocar na própria rede, se tem uma dimensão, porque é de menor custo. Você vai ter que montar, e já está em discussão que aquele aparelho que mede a quantidade gasta, vai ter que inverter o aparelho, que é um outro aparelho, evidentemente, ou transferir para a rede essa energia.

A Celesc diz que tem problema técnico, a Celesc não quer insistir. Teve um debate lá em Itaipu e tem debates em outros espaços que já estão discutindo como fazer isso. E precisa ver na logística a quantidade de cada região, quanto vai produzir, por causa do transporte. O transporte é um problema. Quem sabe no transporte dos caminhões, se levarem, que seja de óleo, porque daí fica mais barato para o transporte dos próprios dejetos.

Então, tem dejetos locais que dá para fazer nas propriedades. E no caso de Xanxerê, eu conversava com o Barbieri - ele estava como prefeito em exercício há poucos dias -, é um investimento para um projeto grande, em torno de 15 a 20 milhões de reais o investimento na utilização das camas de aviário para fazer energia da serragem.

Estão previstas duas: uma em Xanxerê e outra na região de Videira, no meio-oeste do Estado, porque eles também querem aproveitar o sequestro de carbono, que se utiliza para ganhar recursos. Esse seria outro debate para se fazer, do ponto de vista ideológico e financeiro.

Passamos a palavra ao senhor Nilson Prezotto.

O SR. PREFEITO EM EXERCÍCIO NILSON PREZOTTO (Ipuçu/SC) - Pedro, inicialmente eu queria parabenizá-lo e dizer da importância de contar com pessoas como você, porque certamente tudo o que nós vamos fazer aqui tem que passar por uma legislação. E, certamente, você vai ter um trabalho muito grande com os parlamentares para podermos passar por esse processo.

Aqui no Brasil, temos capacidade e potencial de produzir. E, normalmente, tudo o que produzimos, tem os espertinhos e acaba virando monopólio. Isso é na suinocultura, isso é no leite.

A nossa preocupação é essa questão. Eu acho que esse é o projeto do governo federal, um governo que tem sensibilidade em poder dar melhores dias para os agricultores.

Então, é importante que se consiga segurar isso na mão, para que possa vir a beneficiar a agricultura familiar e os pequenos agricultores. Mesmo assim, certamente estaremos preocupados ao longo dos tempos, pois pode ter certeza de que sempre darão um jeitinho para transformar isso em monopólio.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra para o Joel e depois ao representante da Embrapa, o Cláudio.

O SR. VEREADOR JOEL JOSÉ TOMAZZI (Abelardo Luz/SC) - Não, Pedro, o companheiro aqui de Xanxerê levantou antes. Parece-me que, no jornal, pelo menos, essa usina saiu por oitenta milhões.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Oitenta?

O SR. VEREADOR JOEL JOSÉ TOMAZZI (Abelardo Luz/SC) - Oitenta milhões. Imagina isso, Pedro! E vai sair isso por causa da bendita Celesc! Nós precisamos construir uma política, junto com a Celesc, da seguinte forma: oitenta milhões - se eu investir dez mil em cada uma, dá para abranger oito mil produtores de suínos que vão poder aproveitar os dejetos para gerar gás, para um gerador gerar energia e pôr na rede. Tecnicamente, não tem problema nenhum, falta vontade política. Então, nós precisamos construir isso, por isso que antes eu falei aquilo ali.

E aí é o seguinte, Pedro: se você pegar essa usina grande que eles vão fazer, dela vai sair um negócio chamado biofertilizante, e vamos vender para a Europa! Se é verdade que o petróleo vai aumentar de preço, então o adubo vai aumentar de preço. Significa dizer o seguinte: que a nossa matriz de insumos também vai ter que ser diferente. E quais são os insumos que nós vamos usar na agricultura, sabendo que hoje se usa o modo sintético, à base de petróleo?

Nós temos que pensar isso aí, porque essas usinas... Não estou aqui falando mal da usina grande, mas é mais barato, viabiliza o jovem no campo e viabiliza renda para o agricultor aplicar na agricultura familiar. Eu acho que nós temos que bater firme na Celesc, para podermos resolver esse problema e colocar energia na rede.

O SR. CLÁUDIO BELLAVER - Eu gostaria de iniciar com um comentário, e não sei se posso fazê-lo no global...

Mas, antes disso, eu gostaria de dizer que vi essa notícia da usina que está sendo proposta - são duas usinas para incineração de cama de aviário -, e também li a notícia de que o ministro, há poucos dias, em seu pronunciamento sobre o plano de safras, anunciava que seriam necessárias vinte milhões de toneladas de importação de adubos. Pensando na situação de Santa Catarina, na questão de logística, que tem uma questão de sanidade animal envolvida, eu fico pensando por que as instituições de pesquisa, a Epagri, a Embrapa, não foram chamadas para opinar sobre isso - porque não creio ser a melhor alternativa a incineração de cama de aviário.

Então, pessoalmente, eu acho que existe uma discussão aí para ser feita: a de que cama não deve ser incinerada, porque pode ter uma melhor aplicação na produção de biogás ou na produção de biofertilizante. Então, essa é uma questão aberta, que não está resolvida, e nós estamos indo para o caminho da incineração. Incineração, dentro dos processos tecnológicos, é o último antes do lixo.

Então, eu penso que tem que se pensar isso aí um pouquinho, e a Embrapa está aí para ajudar nessa discussão. Eu conversava com o pessoal da Ferticel, lá de Concórdia, e existe uma preocupação nesse setor porque se pensa que a produção de fertilizante de cama de aviário é o caminho mais indicado.

Com relação aos projetos, nós estamos abertos para essa discussão. No Projeto de Lei n.º 2, o artigo 3º, parágrafo 3º, dá para o setor de processamento e industrialização, e cita instituições. Nós entendemos que, como já estamos aqui e representamos a Embrapa, gostaríamos de citar que a Embrapa nacional poderia ser... Existe uma organização no Estado que poderia, talvez, compor esse elenco de instituições.

O Projeto de Lei n.º 3 fala em centros tecnológicos. Nós entendemos que a Embrapa estaria representada dentro de uma composição de instituições, mas ela ficaria explícita se também tivesse, dentro do artigo 3º, parágrafo 3º, em que existem instituições que talvez pudessem colocar a instituição.

E no Projeto nº 4, achamos que tem algumas contribuições técnicas que podem...Veja bem: dispõe sobre a produção, industrialização e comercialização. Como nos artigos 6, 7 e 8 fala da questão de assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento, nós achamos que o projeto poderia se chamar de produção, industrialização, comercialização e desenvolvimento tecnológico, porque é necessário o desenvolvimento tecnológico, não é só questão de produzir. Mas existem problemas que vão acontecer durante a produção e industrialização e que esse desenvolvimento entre Epagri e Embrapa poderia, talvez, colaborar.

No parágrafo único, o artigo 2º desse projeto de lei, fala em biomassa animal e vegetal, sendo que esse é o único momento em que ele fala em animal; e nos parágrafos 1, 2 e 3 fala dos produtos vegetais. Nós entendemos toda a problemática e concordamos com ela, mas temos que ver a questão do biodiesel a partir de gorduras animais e vegetais. E achamos que nesse artigo 2º, parágrafo único, incisos de I, II e III, nós achamos que falta um. E que seria a questão das gorduras animais e outras fontes de gorduras residuais.

Isso deixa espaço para que, se houverem iniciativas baseadas na lei, possamos trabalhar. E quais as vantagens disso? Nós estaríamos tirando as gorduras ruins. O pessoal de Ipuçu está com uma fábrica, tem as integrações que têm fábricas, existem várias fábricas de processamento de gorduras animais e que tem óleos de maior a menor qualidade. Esses óleos e gorduras de menor qualidade, nós retiramos da cadeia produtiva de carne e damos uma boa utilização econômica na produção de biodiesel. Então, essa é uma vantagem na cadeia de carnes.

E ainda tem a questão de melhoria ambiental, que fica implícita nesse aspecto.

Tem mais uma consideração que quero fazer nessa questão dos créditos de carbono. Isso aí é uma questão geral, não estou falando que é para essas proposições de lei. Temos que ter um pouco de conhecimento, porque acho que o conhecimento ainda não está muito explícito nos créditos de carbono. Temos uma legislação que diz que temos que usar 2%, então se eu usar 2% nos carros, motivado pela lei, eu não vou mais ter o crédito de carbono, porque a linha de base é 2%. Então, se botamos na lei que tem que usar 20%, toda a iniciativa que eu fizer não reverte mais vantagem de crédito de carbono porque a norma é 20%. Então é essa faca de dois gumes! Se nós legislamos na questão de impor uma taxa de uso passa a ser de conhecimento da ONU, que isso é uma coisa normal, explícita em lei e que não há vantagem, porque a linha de base já foi estabelecida.

É só um cuidado que eu acho que precisa de discussão nisso daí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo inscrito, depois passaremos a palavra ao Lido, que é o nosso técnico, para fazer as suas observações.

O SR. MARCELO LUIZ ENGELMANN - Parabéns pela última explanação. Foi muito bem colocada e foram fundamentadas as suas colocações com relação à utilização de gordura animal, que precisa ser incluída e, especialmente, a questão dos créditos de carbono que precisa ser avaliada, pois é importante.

O meu questionamento é mais na frente, com relação à comercialização do produto, em que já teremos produzido o biodiesel: qual seria a tributação desse produto, porque fala da comercialização até 30 mil litros direto com o consumidor final? A Petrobras vai liberar isso, essa comercialização direta ao consumidor final, qual o tipo de controle que ela poderia ter sobre essa produção e qual a diferenciação de tributação entre a iniciativa privada e dos pequenos agricultores, das cooperativas de produção de biodiesel?

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Há mais algum inscrito?

Então, vamos responder essas questões.

Passo a palavra ao Lido e depois faço algumas observações dos questionamentos. Logo após faremos os encaminhamentos.

O SR. LIDO JOSÉ BORSUK - *(Procede-se à exibição de imagens.)*

Boa-tarde a todos e a todas.

Aqui tem alguns *slides* que irei passando e é importante falar um pouco sobre os dejetos. Eu acho, do ponto de vista técnico, uma incoerência, uma inconveniência queimar dejetos de aviários para gerar energia. O Brasil tem um enorme potencial para produzir energia de outras fontes. Aqui estão os dados a respeito dos dejetos de suínos. Nessa tabela a gente mostra que são 650 mil litros cúbicos de metano por dia que o Estado produz.

Então, temos que desenvolver tecnologia barata e fácil para os pequenos produtores. Eu não imagino a viabilidade de concentrar numa grande indústria a produção de energias, seja térmica, termoelétrica, a partir dessas fontes. Não vejo que essa idéia seja interessante.

Eu quero aqui mostrar uma foto para vocês de alguns potenciais de produção *(mostra foto)* aqui no Estado, especialmente aqui no oeste catarinense. Todo mundo conhece e sabe o quanto de mandioca é produzida em Abelardo Luz e na região, que tem um clima espetacular para produzir n tipos de espécies. A mandioca produz, em média, de 28 mil a 40 mil quilos por hectare, sem o uso de tecnologia avançada! E ela pode produzir de 100 litros a 120 litros, por tonelada, de álcool. Então, é uma *(ininteligível)* fácil e barata!

É isto que temos que perseguir: tecnologias adequáveis à realidade. Todo mundo sabe plantar mandioca aqui! Plantar, colher. O que precisa é tecnologia! E aí cabe à Embrapa, à Epagri desenvolver protótipos adequáveis à realidade do pequeno produtor. Em Urussanga, na Epagri, tem um pesquisador que trabalha com álcool e com destilarias de mandioca que tem projetos prontos. É somente as empresas, as associações, as cooperativas, irem pegar lá o projeto para desenvolvê-lo e adaptá-lo, a fim de produzir álcool a partir de mandioca ou de cana-de-açúcar.

Para encerrar, aqui tem a cana *(mostra foto)*, que aqui também produz, de certa forma produz. Tem cana de ciclo precoce que produzem de 80 mil a 100 mil quilos de biomassa por ano, chegando a produzir de 7 mil a 8 mil litros de álcool por hectare.

Pedro, quanto está o álcool em Chapecó, na bomba? Um e cinquenta? Um e oitenta? Aqui está quanto? Um e oitenta? Em torno disso. Se o nosso custo de produção do álcool é barato, como está aqui: US\$ 0,22 (o Joel falou 40 centavos) o litro do álcool, então nós queremos discutir, dos 40 até 1,80, essa fatia do mercado, de dinheiro que tem que ficar na mão do produtor ou das nossas cooperativas. É esse o debate! Nós queremos discutir isso! O resto é balela, o resto é floio. É essa porcentagem que queremos discutir, está certo?

Eu vou passar a palavra para o Pedro, porque eu acho que tem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Das questões que foram levantadas aqui, o prefeito de Ipuçu falou do monopólio, falou do leite, de energia. Tem que eliminar o monopólio e permitir que todo mundo produza. Se não cuidar...

O leite, há quinze anos eu defendo como alternativa para os agricultores. Tem que continuar e tem que ser dos pequenos, como a sua industrialização, e na energia renovável também tem que se fazer isso.

E o governo federal, além da Petrobras, Eletrobrás, Eletrosul, que são parceiras, vai assinar um protocolo. Na próxima audiência que vamos realizar em São Miguel do Oeste, o diretor Ildo Sauer, da Petrobras, estará lá na audiência e naquele dia assinará um protocolo de intenção para apoiar projetos de biodiesel e de biocombustível no oeste de Santa Catarina. Vai assinar e vai apoiar.

Assim tem feito a Coperbil, no Rio Grande do Sul, dos pequenos agricultores, que está fazendo destilaria de álcool, discutindo biodiesel, fazendo experimento com o tungue, o pinhão-manso, o girassol, a cana, para também fazer a industrialização. E agora começaram duas destilarias de álcool, a industrializar, por forma de cooperativa dos pequenos agricultores. No Safra 2007/2008, eu e o Vignatti tivemos uma audiência pública com o ministro do Desenvolvimento Agrário e, juntamente com outras lideranças sindicais e dos movimentos sociais, ele assumiu o compromisso do Pronaf Biocombustível. E está aí: lançou o Pronaf Eco, que tem recursos subsidiados de 2% de juros ao ano para fazer energia solar, para biogás, para biomassa. Está lá, com até cinco anos de carência e com até oito anos para pagar. Então é mais uma alternativa para os agricultores terem os equipamentos, terem a tecnologia na mão pra industrializar.

Foi levantada a questão de biofertilizante, energia térmica. Eu quero falar desta preocupação. No dia, em Xanxerê, nós também levantamos como vai ser essa coisa de grande porte, de médio porte, como vai se queimar, porque acho que é um debate ambiental. Nós temos que casar o ambiental com o econômico. Eu estou convencido que pequenas destilarias, pequenas usinas e pequenas esmagadoras podem ser alternativas em forma de cooperativas ou de produtores, dependendo da produção.

Quanto à Embrapa participar, eu não vejo problema algum. O centro tecnológico, a Embrapa participar, eu só não vejo problema como quero elogiar a possibilidade e a disposição da Embrapa em participar como um dos centros de pesquisa do País.

Em relação à questão do desenvolvimento tecnológico, também concordo com este adendo de gorduras animais. Nós temos que avançar para que consigamos implementar cada vez mais a incorporação.

No começo, nós discutíamos biodiesel. Não aceitamos a discussão de biodiesel; começamos a discutir biocombustível. Outros estão dizendo agroenergia. Por exemplo, a Fiesc sugere a utilização da terminologia agroenergia. Outros estão usando a terminologia agronegócio. E no agronegócio coloca-se o quê? Não biocombustível, mas agrocombustível. Também estão utilizando essa terminologia. Isso depende da concepção, do modelo que se quer construir, e também vai se definindo esse casamento. Nós queremos energia limpa com alimento. Tanto o alimento é ligado com a vida que nós queremos que na energia limpa seja ligado com a vida. Por isso estamos usando a palavra biocombustível.

Mas eu acho uma boa alternativa a gordura animal. Tem que se avançar nessa área.

Crédito de carbono. O debate sobre o crédito de carbono tem que avançar por duas razões: a primeira, na minha leitura, é porque poderá dar dinheiro. Os países ricos, os países desenvolvidos, que estão produzindo maior poluição do que está estipulado à emissão dos gases de efeito estufa, que produzem aquecimento global, têm que comprar o crédito. Por exemplo, teria que ser produzido dez, mas esses países produzem quinze de poluição e nós produzimos cinco. Então, nós vendemos os cinco de crédito, porque nós não poluímos. Aquela que produziu quinze compra esses cinco, para dar o equilíbrio de dez. Esta é a síntese do crédito de carbono: quem polui mais compra de quem consegue poluir menos. Aí, dá o equilíbrio. Isso dá dinheiro, dá dólar. Por isso, os dejetos de suínos, por isso muitos já estão fazendo uso do crédito de carbono.

O outro lado da moeda é que os países ricos, desenvolvidos, vão continuar poluindo, destruindo o planeta, destruindo a humanidade, e nós vamos cuidar do planeta. Nós vamos cuidar do meio ambiente para ganhar umas merrecas de dólares. Eles vão continuar poluindo para tirar a riqueza, destruindo a natureza e desmontando a humanidade. Nós aqui recebendo umas merrecas de dólares para vender o crédito de carbono e ficar elogiando porque estão vindo uns dólares para nós. São duas leituras, são duas visões para pensar o futuro da humanidade.

Por isso, dos 800 milhões de carros no mundo, eles podem ter a maior quantidade. Se a China tiver o mesmo número de carros do que os Estados Unidos, daqui a 30 anos vai ter 1 bilhão e 100 milhões de carros. Hoje, tem 800 milhões para a humanidade inteira.

É para vocês terem uma noção do que é a idéia de consumo. O que é a idéia de consumo? Outro horizonte do debate de energia é consumirmos cada vez menos energia. Cada vez menos energia! A humanidade não suporta, nem em energia limpa renovável, produzir para todo o mundo o que os Estados Unidos consomem de energia.

Portanto, temos que construir um outro modelo de civilização, de sociedade e de mundo, porque senão a humanidade não comporta. Daí vai faltar alimento ou vai faltar energia para os mais pobres, que podem ser dois bilhões, três bilhões. Ou, se no Brasil virar monopólio, vai faltar para nós também, porque vão exportar para o mundo inteiro.

Então, temos que produzir energia limpa, mas que sobre dinheiro para nós. Porque senão vamos produzir energia limpa, biocombustível, biodiesel, para os países ricos tocarem o seu modelo de autoconsumo, e agora não mais com petróleo! Então, não é esse o modelo que queremos.

A última questão: os tributos. Hoje, na lei federal do biodiesel, o que o governo propõe? Que todas as empresas privadas que comprarem energia renovável da biomassa, da agricultura familiar, e está colocado num patamar de 30%, terão desconto tributário. Em cada 1 tonelada comprada, normalmente se paga 218 dólares. Com o desconto, chamado selo social, numa dimensão passa para setenta; noutra, é cento e poucos; e noutra é menos ainda. Mas a média é R\$ 70,00. Só para entender, de R\$ 210,00 vai para R\$ 70,00. Se há um empresário querendo produzir biodiesel, ele pode fazer isso na sua propriedade, mas paga o tributo normal. Se comprar da agricultura familiar, tem desconto tributário.

Terceiro, a Petrobras e a Agência Nacional analisam a qualidade ambiental daquela produção e também podem dar desconto tributário.

Portanto, são o selo social da agricultura familiar e o da resposta ambiental. Isso, além do crédito de carbono, que pode ser uma oportunidade a se utilizar como instrumento de recurso financeiro.

E estamos propondo na nossa lei, no caso estadual, aqui do Estado, que não incidam tributos estaduais na produção e na industrialização de biocombustíveis. Nós queremos que seja isento de tributos o incentivo à produção de biocombustível no Estado de Santa Catarina, para que não seja uma modalidade para atrair imposto para o Estado, já eu é o início de uma atividade. Quando ela se consolidar, aí pode ser outra discussão. Agora, na nossa proposta, no artigo 9º do 4º projeto, diz: "Não incidirá impostos, tributos sobre essas atividades de produção e industrialização de biocombustível no Estado".

Esses 30 mil litros/dia que estamos colocando no Estado é para ter o selo SC-Bio, ter esses incentivos tributários, fiscais, tecnológicos e do fundo. São 30 mil litros/dia porque a lei federal trabalha um pouco nessa direção. Então reproduzimos no Estado 30 mil litros/dia. Olha, 30 mil litros/dia tem que ter bastante produção! Se tu pegas 30 mil litros/dia de cana, precisaria quantos hectares para produzir 30 mil litros/dia? São 5 hectares a 6 hectares de terra por dia de colheita de cana para produzir os trinta mil.

Na área de girassol, se tens uma produção de 2 mil, 2 mil e 200 quilos num hectare, com as máquinas que temos, tu extras 900 quilos. Vamos até colocar 1.000 quilos, até 1.000 de óleo. Então, tu precisarias do quê? Para 30 mil, tu precisarias em torno de 60 hectares de terra, por dia, para produzir 30 mil. É isso? Não, são 30 hectares, porque os outros 30 mil quilos será de torta, de subprodutos que poderiam utilizar. É só para vocês terem uma idéia de cálculo: tu terias 30 hectares, por dia, de colheita de girassol para produzir 30 mil litros/dia. Então, é uma boa quantidade para você se adequar a essa política pública.

Por que estamos colocando 30 mil, dentro dessa lógica? Justamente, para produzir e industrializar no que é a média das propriedades, até para menos, em Santa Catarina. Não, é muito menos!

Por isso estamos incentivando as cooperativas! Por que a cooperativa pode ter o quê? Se tu montas uma estratégia de cooperativa (em inglês se chama *business plan*), ou montas um plano de negócio - e qualquer empresário que vai montar uma microempresa tem que ter um miniplano de negócio - da produção anual (vamos pensar em destilaria de álcool: cana-de-açúcar, mandioca e batata), em quantas propriedades tu produz? Qual a quantidade de batata que tu vais colher em tal época do ano? De aipim e mandioca, qual época do ano que tu vais colher? E cana-de-açúcar?

Então, tu podes montar uma estratégia de produção em tantas propriedades que te vai dar auto-suficiência em matéria-prima para chegar ao equilíbrio de 30 mil litros/dia. São 30 mil litros/dia para produzir numa cooperativa, onde tu tens os benefícios e alimentas o quê? A possibilidade da rentabilidade! Portanto, tu montas um plano de negócio; tu vês a tecnologia que tem; tu vês a tua *expertise*, que é a experiência que tens na área; montas um plano de negócio; e a comercialização vais ter garantido na venda.

O último ponto do questionamento é se dá para vender diretamente no comércio, no posto. Hoje não dá. A Agência Nacional do Petróleo não permite. O Joel, aqui, industrializa o óleo de girassol e deste óleo extrai glicerina, mistura etanol e faz biodiesel, mas ele não pode ir ao posto de gasolina e ser mais um dos que vai ajudar nos 12%, lá. Hoje, não pode.

Por isso tem de mudar toda a lógica da Agência Nacional de Petróleo. Se os grandes podem, é só ter controle de padrão de qualidade. É só definir o padrão de qualidade, e tem de garantir a venda! E os feitos, as Federações dos Municípios têm que nos ajudar nessa luta! Ajudar nessa luta! Se o grande vende com aquela qualidade, e o pequeno tendo a mesma qualidade, não tem nenhuma razão - nem ética, nem legal, nem política, nem moral - que sustente o agricultor não vender os produtos através de sua cooperativa, da sua industrialização.

Era isso o que eu gostaria de falar a vocês.

Mais alguém quer se manifestar? O debate está aberto.

Valeu a discussão? Podemos continuar nesse caminho? É por aqui o caminho?

(A plenária aquiesce.)

Com a palavra a senhora Iraci Lopez Dalla Rosa.

A SRA. IRACI LOPEZ DALLA ROSA - Sim. Se valeu? Pedro, justamente é isso que eu quero dizer. Parabenizo pelos projetos de qualidade e dentro de uma necessidade real do momento em que vivemos. Porém, mais do que isso, parabenizo a sua forma de legislar, que é do seu costume (eu já conheço), de debater com a sociedade! Porque não adianta fazer bonitos projetos, leis maravilhosas, e o povo não se apropriar desse conhecimento para utilizar e fazer com que, na prática, seja viável.

Mais uma vez, parabéns. Valeu muito. Desejo sucesso, que esses projetos sejam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Então: sol, nós temos bastante neste Brasil, abençoado por Deus. Por isso, eu acho que ele nasceu neste país. Temos terra, tecnologia, água e um povo com disposição para construir alternativas.

Temos aqui pessoas dos assentamentos, dos sindicatos, dos agricultores, dos produtores, das lideranças, das empresas públicas e das prefeituras. Vamos somar! Vamos somar, todos juntos, porque eu não tenho dúvida! Não deixem escapar para os grandões, e não são do País, são do mundo! O mundo inteiro está nos olhando. Vamos ficar para nós, o que poderá resolver o problema ambiental, social e econômico.

Se for para resolver o problema econômico, vocês dos municípios, os pequenos e microempresários, os agricultores, os trabalhadores, as cooperativas e as prefeituras montem essa alternativa, porque pode ser mais uma alternativa que trará renda mensal. Na agricultura, não dá mais para produzir com renda semestral ou anual. É como o leite. Por que o leite é uma alternativa? Porque dá renda mensal, todo mês. Hoje não é como há trinta anos, quarenta anos, quando o pessoal mais antigo daqui vendia, comprava no comércio e pagava na safra, com juros de 1%, 2% ao ano. Quando os juros, no comércio, estão 20%, 30%, 40%, 50% ou 100%, tu não podes se endividar e depois pagar, no caso da agricultura! Senão o teu lucro vai embora. Então, quando se pensa biodiesel e biocombustível é porque pode ser mais uma alternativa de todo mês ter renda.

E vocês terão aqui uma experiência extraordinária com um frigorífico de peixe. Vocês estão avançando. Quero parabenizá-los!

Das três audiências que realizamos, Criciúma tem bom debate com o pessoal da Epagri; Rio do Sul tem destilarias de álcool, às quais fomos visitar; e vocês têm aqui boa experiência com o girassol, assim como Ipuacu tem boa experiência de venda do girassol para uma empresa.

Podem perguntar: no sul do Estado, o Brasil Ecodiesel comprou girassol. Por hectare, o custo foi de R\$ 715,00, e foi vendido por R\$ 650,00. Então, deu prejuízo. Por quê? Porque ninguém discutiu o que fazer com a torta do girassol, ninguém discutiu a melhor época de plantio do girassol e a situação do clima - em alguns lugares não germinou porque veio o frio. Portanto, é necessário conciliar tudo isso, para fazer um bom debate, uma boa construção e um bom futuro.

Muito obrigado a todos, em nome da Assembleia Legislativa e da Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço aos servidores, aos profissionais do Poder Legislativo. Obrigado às servidoras, que reclamam por eu falar muito rápido, já que elas têm que taquigrafar o que estou falando. Mas aos poucos elas vão pegando o meu jeito rápido de falar. Dizem que eu coloco na quinta marcha; então eu tenho que reduzir para a quarta marcha.

Eu estava torcendo para que aqui a temperatura chegasse a uns 4 graus negativos, a fim de os meus colegas da Assembleia sentirem o frio do oeste, mas não fez esse frio!

Mas, agradeço a todos vocês. Obrigado Joel, obrigado pela luta e experiência de vocês. Aprendi muito com o que foi dito aqui, e dou certeza que esse é um dos caminhos. Estamos construindo esse, outros elaborarão caminhos diferentes. Mas estou convencido que esse vai respeitar os agricultores, os municípios e o oeste de Santa Catarina, porque o dinheiro tem que ficar aqui.

Por que eu defendo uma PCH, e não uma grande hidrelétrica? Está aí a foz do Chapecó: vão colocar um bilhão, dois bilhões, para construir. Porém, terminou a obra, os três mil trabalhadores vão embora, a energia vai embora e o dinheiro vai embora. A Tractebel não investe R\$ 1,00 nos nossos municípios. Ou investe? A Tractebel investe aqui em Abelardo Luz? Vejam quanto retiram de energia, e levam a nossa água embora! A PCH, para quem sabe, investe aqui, produz aqui, reinveste aqui.

O biocombustível, a biomassa, todas essas alternativas de pequeno porte, são para respeitar a juventude, respeitar o futuro de cada município daqui. É nesse futuro que acredito!

Muito obrigado e um abraço a todos, em nome da Assembleia Legislativa.

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO PEDRO UCZAI

PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 087/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 043/2007, de 03/09/2007.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: A.S Manutenção de ar condicionado Ltda. EPP (TECNOKLIMA)

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição e instalação de 21 (vinte e um) equipamentos de ar condicionado, e 14 (quatorze) sistemas de drenagem.

VALOR GLOBAL: R\$ 70.950,00 (Setenta mil, novecentos e cinquenta reais).

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irremovível.

PRAZO: Dá-se ao presente Contrato a vigência a partir da sua assinatura (dia 03/09/2007) até o recebimento definitivo do objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia, ou seja, 12 (doze) meses para os aparelhos de ar condicionado, materiais e também para a mão de obra empregada.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da ação 9192.8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - ALESC), do item orçamentário 449052.34 (Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos) e 449052.39 (Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos) do orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Processo Licitatório modalidade PREGÃO CL Nº 027/2007 e; Autorização para Processo Licitatório nº 096/2007 parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 14 de setembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Luiz Carlos da Silva - Sócio-Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 088/2007

REFERENTE: Convênio CL nº 002/2007, de 13/09/2007.

1º CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º CONVENIENTE: Faculdades Borges de Mendonça

OBJETO: Concessão de desconto de 10% (dez por cento) no valor das mensalidades dos cursos ofertados pela Faculdade Borges de Mendonça, aos servidores da Alesc devidamente matriculados, até o número de 05 (cinco) alunos, percentual este que passa para 15% (quinze por cento) quando o número de inscrição de alunos for igual ou superior a 06 (seis).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Autorização Administrativa.

PRAZO: 5 (Cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

Florianópolis, 17 de setembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Profº Adriano Thomas Fonseca Borges de Mendonça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 005, de 2007

Faço saber que a Assembleia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Júlio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Acrescenta o art. 3º -A e altera o Anexo III da Resolução nº DP 018, de 1998, alterada pela Resolução nº 0007, de 2005.

Art. 1º Fica acrescido o art. 3º -A à Resolução nº DP 018, de 8 de julho de 1998, com a seguinte redação:

"Art. 3º -A Para constituição de acervo, os documentos deste Poder Legislativo serão constantemente aferidos e classificados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, vinculada à Coordenadoria de Documentação e ao Centro de Memória, de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo III desta Resolução, observados os parâmetros da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994.

Parágrafo único. As atribuições da Comissão Permanente de Avaliação Documental, serão estabelecidas de acordo com a legislação aplicável."

Art. 2º O Anexo III da Resolução DP nº 018, de 1998, alterada pela Resolução nº 0007, de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de setembro de 2007

Deputado Júlio Garcia

Presidente

ANEXO III

Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina para fins da Tabela de Temporalidade

IDENTIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS

DOC	DOCUMENTOS	G. TEMP.	GUARDA TEMPORÁRIA	OBS.	OBSERVAÇÃO
PROC.	PROCEDÊNCIA	G. PERM.	GUARDA PERMANENTE		Informação ilustrativa
ANOS	TEMPO DE GUARDA	MICRO	DOC. MICROFILMADO		
TT	TABELA DE TEMPORALIDADE	DIG.	DOC. DIGITALIZADO		

DL	DIRETORIA LEGISLATIVA	PJ	PROCURADORIA JURÍDICA	DRH	DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DG	DIRETORIA GERAL	GP	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAT	DIRETORIA ADMIN. E DE TECNOLOGIA
DF	DIRETORIA FINANCEIRA				

OBSERVAÇÕES

- Documentos correntes - aqueles que tramitam na legislatura em curso.
- Documentos intermediários - aqueles que foram originados nos últimos oito anos. Aguardam a preparação para microfilmagem ou para serem reciclados de acordo com a Tabela de Temporalidade.
- Documentos permanentes - aqueles de cunho probatório, ou seja, relativos a direitos tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto da coletividade, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos, cuja memória, em termos históricos, seja considerada relevante.
- Os documentos manuscritos e impressos, anteriores a 1970,

que não estiverem microfilmados, depois de analisados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, poderão ser considerados de valor histórico, assim sendo, serão mantidos como acervo histórico.

- Os documentos encaminhados à Coordenadoria de Documentação para arquivo só serão recebidos quando estiverem devidamente descritos na "Guia de Remessa de Documentos" e após dois anos de guarda no setor de origem.

- Os relatórios anuais de setores deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Documentação em suporte papel, para posterior microfilmagem.

- Os documentos produzidos em mídia virtual (disquete, CD, DVD, fita) deverão ser reproduzidos a cada cinco anos para atualização de conteúdo e mídia.

Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina para fins da Tabela de Temporalidade

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
1. Abaixo Assinado	DL	-	-	X	X	X	
2. Ação de Inconstitucionalidade	DL	X	05	X	-	-	
3. Assentamentos Funcionais	DRH	X	60	X	-	X	
4. Acervo da Constituinte	DL	-	-	X	X	X	
5. Adicional	DRH	X	60	X	-	X	
6. Atas da Procuradoria Jurídica	PJ	X	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais

7. Atas das Comissões Interna e Externa	DL	-	-	X	X*	-	Na íntegra, nos Anais
8. Atas das Comissões Permanentes	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
9. Atas das Reuniões da Mesa	GP	-	-	X	X	X	
10. Atas das Sessões Plenárias (Taquiog.)	DL	-	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais
11. Atas das Sessões Plenárias (resumida)	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
12. Atas da Mesa	DG DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
13. Atas da Presidência	DG DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
14. Autógrafos das Leis	DL	-	-	X	X	X	
15. Balancete mensal e anual	DF	X	5	X	-	X	
16. Boletins de caixa	DF	-	5	X	-	X	Doc.Tesouraria
17. Cartão - CTO	GP	-	5	X	-	-	Presidência
18. C.P.I. Comissão de Inquérito	DL	-	-	X	X	X	Corpo do Processo e Relatório Final
19. Certidões	DL DG	X	1	X	-	-	
20. Constituição do Estado	DL	-	-	X	X	X	
21. Consultas	GP DG PJ	X	5	X	-	-	
22. Contra Cheque (Ficha financeira)	DRH	X	2	X	-	X	
23. Contratos de prestação de serviços	DL DG	X	10	X	-	X	
24. Contratos de fornecimento de materiais	DG DL	X	10	X	-	-	
25. Convites recebidos	GP	X	1	X	-	-	
26. Convites expedidos	DL	-	-	X	X*	X	
27. Declaração de bens	GP DG PJ	-	30	X	-	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade**

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
28. Decretos Legislativos	DL	-	-	X	X*	X	
29. Despachos	GP/DG PJ	-	-	X	X*	-	
30. Diário da Assembléia (Anais)	DL	-	-	X	X	X	
31. Diplomas	DL	X	10	X	-	X	
32. Documentos contábeis	DF	X	5	X	-	X	Boletins de Caixa Documentos / Tesouraria
33. Dossiê (Doc. diversos)	GP/DG PJ	-	-	X	X	X	
34. Emendas Constitucionais	DL	-	-	X	X	X	
35. Expedientes lidos em Plenário	DL	X	5	X	-	-	
36. Expedientes internos dos setores	GP/DG PJ	X	5	X	-	-	
37. Ficha cadastral de Deputados	DL	-	-	X	X	X	
38. Ficha de proposições dos Deputados	DL	-	-	X	X	X	
39. Ficha estoque	DAT	X	5	X	-	-	
40. Ficha fornecimento (rec. mat.)	DG	X	5	X	-	-	
41. Ficha (protocolo) benefícios	DG	X	10	X	-	-	
42. Ficha (protocolo) req. e anotações.	DG	X	5	X	-	-	
43. Folha de frequência (ponto)	PJ/GP DRH	X	5	X	-	X	
44. Folha de pagamento	DRH	X	5	X	-	X	
45. Fotografias (e negativos)	GP/PJ DCS	-	-	-	X	-	
46. Gráficos	DG	-	-	-	X	X	
47. Guias de remessa	DG	X	5	X	-	-	
48. Guias de correio	GP/DG PJ	X	5	X	-	-	
49. Indicações	DL	X	8	X	-	X	
50. Jornal AL Noticias	DCS	-	-	X	X*	X	
51. Laudos médicos	DRH	X	5	X	-	X	
52. Leis aprovadas (sancionadas)	DL	X	8	X	-	X	
53. Leis promulgadas pela Assembléia	DL	-	-	X	X	X	
54. Licença médica	DRH	X	5	X	-	-	São publicadas nos Anais
55. Licença de Deputados	DL	X	5	X	-	X	São anexadas a frequência
56. Licença-prêmio	DRH	X	60	X	-	X	São microfilmadas com a ficha funcional

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade**

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
57. Licitações	DG	X	5	X	-	X	
58. Lista de presença de Deputados	DL	X	10	X	-	X	
59. Livro de posse	DG GP/DL	-	-	X	X	X	
60. Livro de registro de processos de compra	DG	X	5	X	-	-	
61. Livro de registro Lei	DL	-	-	X	X	X	
62. Livro de registro de diplomas	DL	-	-	X	X	X	
63. Livro de atas - Procuradoria	PJ	-	-	X	X	-	
64. Mandado de Segurança	GP	X	10	X	-	-	
65. Medida Provisória	DL	X	10	X	-	X	
66. Mensagens governamentais	DL	X	5	X	-	X	Encaminhamento
67. Mensagem governamental anual	GP/DL	-	-	X	X*	-	É publicada nos Anais
68. Mídia eletrônica - CD-fita-DVD	GP/DLDG	X	5	X	-	-	
69. Minutas de discurso de Deputados	DL	X	5	X	-	X	
70. Moções	DL	X	8	X	-	X	
71. Ofícios expedidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
72. Ofícios expedidos pelo CGP	GP	X	8	X	-	X	
73. Ofícios recebidos pela Mesa	DL	X	8	X	-	X	
74. Ofícios capeados	DL	X	8	X	-	X	
75. Ofícios expedidos pela Mesa	DL	-	-	X	X	X	
76. Ofícios recebidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
77. Pareceres	GP DG/PJ	X	5	X	-	-	São microfilmados junto dos processos
78. Pedidos de Informação	DL	X	8	X	-	X	
79. Plantas	DAT DG	-	-	X	X	X	
80. Portarias	GP/DGDL	-	-	X	X*	X	
81. Prestação de Contas Proc/Finanças	DG	X	10	X	-	X	
82. Prestação de Contas Gov. Estado	DF	X	10	X	-	X	
83. Processos administrativos disciplinares	DG	X	10	X	-	X	
84. Processos aposentadorias	DRH	X	60	X	-	X	
85. Processos de compra aquisição direta	DG DAT	X	5	X	-	-	São microfilmados nos doc. contábeis
86. Projeto de criação de município	DL	-	-	X	X	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade**

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP	ANOS	DIG	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
87. Projeto de Decreto Legislativo	DL	X	10	X	-	X	
88. Projeto de Emenda Constitucional	DL	-	-	X	X	X	
89. Projeto de Lei Complementar	DL	-	-	X	X	X	
90. Projeto de Resolução	DL	X	10	X	-	X	
91. Projeto de Lei	DL	X	10	X	-	X	
92. Prontuários (C. Assist. Saúde)	DRH	X	10	X	-	X	
93. Protocolos diversos	GP DG/PJ	X	5	X	-	-	
94. Questão de ordem	DL	X	10	X	-	-	
95. Recursos	GP	X	10	X	-	-	
96. Registro de Leis (Livros)	DL	-	-	X	X	X	
97. Relatório mensal/frequência (mapa)	DRH	-	-	X	X*	X	
98. Relatório de atividades dos setores (*) e viagens	GP DG/PJ	-	10	X	-	X	Encaminhar em suporte papel
99. Relatório anual de atividades da ALESC	GP	X	-	X	X	X	
100. Relatório de gestão fiscal	DG	X	10	X	-	X	
101. Representações	DL	X	8	X	-	X	
102. Requerimentos capeados	DL	X	8	X	-	X	
103. Requerimentos de procedência parlamentar	DL	X	8	X	-	X	
104. Requisições (saídas)	GP DG/PJ	-	5	X	-	-	
105. Requisições passagens	GP	X	5	X	-	-	
106. Resoluções	DG DL	X	-	X	X	X	
107. Sindicância	DG	X	10	X	-	X	
108. Subvenção social	DG	X	8	X	-	X	
109. Teleg. expedidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
110. Teleg. expedidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
111. Teleg. recebidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
112. Teleg. recebidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
113. Termo de convênio	DL	X	10	X	-	X	
114. Termo de posse	DG	X	60	X	-	X	
115. Transcrições Sessões Plenárias	DL	X	5	X	-	X	Microfilmadas nos Anais
116. Vetos a leis	DL	X	10	X	-	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

*** X X X ***